



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais

Tiago Henrique Crispim Salvador

**As Pietás Modernas (ou) o Horizonte de Ação de Mães de Traficantes:  
Abordagens Socioantropológicas de Situações Limites**

Rio de Janeiro

2021

Tiago Henrique Crispim Salvador

**As Pietás Modernas (ou) o Horizonte de Ação de Mães de Traficantes: Abordagens  
Socioantropológicas de Situações Limites**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Doriam Borges

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

S182 Salvador, Tiago Henrique Crispim.  
As Pietás Modernas (ou) o Horizonte de Ação de Mães de Traficantes:  
Abordagens Socioantropológicas de Situações Limites / Tiago Henrique Crispim  
Salvador. – 2021.  
89 f.

Orientador: Doriam Luís Borges de Melo.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais.

1. Violência urbana - Rio de Janeiro (RJ) - Teses. 2. Favelas - Rio de Janeiro (RJ) - Teses. 3. Violência policial - Rio de Janeiro (RJ) - Teses. 4. Ciências sociais - Rio de Janeiro (RJ) - Teses. I. Melo, Doriam Luís Borges de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Sociais. III. Título.

CDU 343.97(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Tiago Henrique Crispim Salvador

**As Pietás Modernas (ou) o Horizonte de Ação de Mães de Traficantes: Abordagens  
Socioantropológicas de Situações Limites**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 11 de novembro de 2021.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Doriám Luís Borges de Melo (Orientador)  
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Marcia da Silva Pereira Leite  
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

---

Prof. Dr. Diogo Lyra  
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Rio de Janeiro

2021

## AGRADECIMENTOS

À minha amiga Silvia, que teve toda uma postura altruístas e elucidativa diante de minhas incertezas e desesperanças ao longo dessa trajetória, colocando-se a disposição para a minha caminhada.

Ao meu amigo Marllon que sempre se mostrou prestativo, dando força e estímulo nas minhas produções.

À minha amiga Fernanda Souza, que foi a articuladora e mentora que me incentivou a inscrição do mestrado e serviu de grande auxílio nas horas importantes, amiga está que compartilhou todo o momento discente dessa caminhada acadêmica.

Ao meu Orientador, Dorian Borges, que tive a sorte de ser aluno e orientando, agradeço a toda paciência e força que teve no auxílio as minhas dúvidas e limitações apresentadas ao longo de toda essa produção. Sua ajuda e solidariedade foram fundamentais.

À minha Amiga Bruna Macaroni, que sempre esteve presente nesse meu caminhar, sempre solicita, com quem pude dividir alguns anseios.

À minha tia Tânia Salvador, que além de tia é uma amiga que posso contar e confiar, sendo importante ressaltar o grande estímulo que seus conhecimentos enquanto Docente serviu auxiliar a minha carreira.

À minha amada madrinha e querida professora Maria Auxiliadora (Dora), que além de ser a Docente-mor no repertório de minhas aspirações ao magistério, configura-se em uma das pessoas mais amáveis e humanas que fazem parte da minha vida.

Aos meus familiares ( Mãe, Vânia, Vó, tia Ana, Titinha, que auxiliaram e proveram minha existência, possibilitando que eu tivesse tempo para me dedicar aos meus estudos), ao meu pai Seabra.

À minha eterna amiga e poetisa, Priscilla Neves, seu autodidatismo foi uma das coisas que mais admirei nesses 22 anos de Amizade.

Aos meus amigos, Larissa, Matheus, Rhian e Letícia que tanto me incentivaram e contribuíram intelectualmente para o homem que sou hoje. Dedico também está dissertação a minha grande e estimada amiga Luiza Braga, ser encantador que tão cedo nos deixou, mas deixou-me a persistência em lutar contra a homofobia e o machismo que regem a nossa sociedade patriarcal.

Agradeço a minha grande amiga e Brilhante Professora, Regina, cuja luta em torno da educação Especial e do acesso a uma educação de qualidade serviu de inspiração para que

mesmo em meio ao contexto pandêmico eu encontrasse forças para descobrir a minha paixão no Magistério para anos iniciais.

Agradeço aos meus alunos, que pude conhecer ao longo desses doze anos de licenciatura seja em instituições formais ou na Educação Popular, especialmente aos meus alunos de alfabetização, com eles pude aprender uma nova pedagogia a da " Esperança" e a do "olhar" .

Às mães que fizeram partes dessa entrevista, luzia e Vanessa foram não somente interlocutoras, mas eternas amigas. Também dedico este trabalho a todas as outras mães que perderam os seus filhos nesses circunstâncias trágicas.

Aos meus afilhados que tanto amo.

À todos os trabalhadores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

## RESUMO

SALVADOR, Tiago H. C. *As Pietás Modernas (ou) o Horizonte de Ação de Mães de Traficantes: Abordagens Socioantropológicas de Situações Limites*. 2021. 89 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

A presente pesquisa foi realizada no Complexo do Morro São Rodrigues (Morro de São Carlos), e no Fallet, ambos localizados na Área Central do Rio de Janeiro. O objetivo deste trabalho foi entrevistar, em forma de roteiro semi-estruturado e trabalho de campo, quatro mães que perderam seus filhos “traficantes” em operação policial. Por intermédio desta pesquisa, buscaremos compreender quais mecanismos de mobilização são utilizados por essas mães, tendo em vista, que não buscaram reparação institucional por conta da violência que foram submetidas.

Palavras-chave: estado; violência institucional; mobilização; favela.

## ABSTRACT

SALVADOR, Tiago H. C. *Modern Pietás (or) The Horizon of Action of Drug Traffickers' Mothers: Socio-Anthropological Approaches to Extreme Situations*. 2021. 89 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

This research was conducted in the Complexo do Morro São Rodrigues (Morro de São Carlos) and in Fallet, both located in the Central Area of Rio de Janeiro. The objective of this work was to interview, using a semi-structured script and fieldwork, four mothers who lost their children, who were involved in drug trafficking, during police operations. Through this research, we aim to understand which mobilization mechanisms these mothers use, considering that they did not seek institutional redress for the violence they experienced.

Keywords: state; institutional violence; mobilization; “favela”.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRE	Coordenadoria Regional de Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FEBEM	Fundação para o Bem-Estar do Menor
FIA	Fundação Infância e Adolescência
IML	Instituto Médico Legal
ONU	Organização das Nações Unidas
SEEDUC	Secretaria de Educação
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1 O SURGIMENTO DA FAVELA NO RIO DE JANEIRO E SUA CONSOLIDAÇÃO</b> .....	12
1.1 <b>Território e conflito: a configuração urbana de São Carlos e Fallet/ Fogueteiro e a acumulação “social da violência” - Configuração urbana e disputas territoriais...</b>	14
1.1.1 <b><u>O Morro de São Carlos</u></b> .....	16
1.2 <b>Conflitos territoriais na atualidade: a “guerra às drogas” e a “guerra entre facções” a partir dos anos 1970</b> .....	17
1.3 <b>A criminalização do pobre: As principais Abordagens sobre a temática</b> .....	26
<b>2 AS PIETÁS MODERNAS: O SOFRIMENTO DAS MÃES SOCIALMENTE REDUZIDAS A “FÁBRICAS DE MARGINAIS</b> .....	40
2.1 <b>Incursões etnográficas: Apresentação do campo</b> .....	40
2.2 <b>Apresentação do Estudo de Caso</b> .....	45
<b>3 APRESENTAÇÃO DOS 4 JOVENS (BIOGRAFIA)</b> .....	62
3.1 <b>Biografias</b> .....	62
3.2 <b>Discussões sobre dor, luto e cotidiano</b> .....	65
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	81
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	83

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi realizado no Complexo do Morro Santo Rodrigues, mais conhecido como Morro de São Carlos, e no Fallett, ambos localizados na área central do Município do Rio de Janeiro. Através do método qualitativo, esta pesquisa contou com entrevistas semi-estruturadas e relatos de quatro mães vítimas de Violência Estatal que perderam seus filhos em decorrência de operações policiais. Nos casos analisados durante o campo ao qual me atenho, busquei trabalhar com mães de “traficantes” que não se distanciaram de tal estigma e não acionaram nenhum órgão institucional ou não institucional em busca de possíveis “reparações” pelas violações aos quais estiveram submetidos os seus filhos.

Três das quatro mulheres entrevistadas eram residentes no Morro do São Carlos e uma delas do Fallett. Apesar de não ser o objetivo da pesquisa, pode-se observar certa estruturação entre os fatos e alguns pontos dos relatos no que diz respeito ao contexto político e social desses homicídios. Analisando cronologicamente, dois homicídios foram realizados no período Pós-UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) (2003 e 2008) e os outros dois em meio a instalações destas nessas comunidades (2015 e 2016). Apesar de as Políticas Públicas das UPPs terem sido implementadas com uma perspectiva "civilizatória" ao lidar com as favelas, em vez de um enfoque de enfrentamento direto, o desfecho das violações aos direitos dos quatro jovens resultou no mesmo trágico fim: a morte.

É válido ressaltar o histórico dos conflitos territoriais existentes na região, e como essa disputa enseja-se pelo domínio dos morros através das facções, o que acaba demandando forte presença de incursões e operações policiais violentas ao entorno dessa população. Portanto, a constatare hostilidade entre as diferentes facções impacta no direito de ir e vir dessa população. Isto, de certa forma, foi uma das barreiras iniciais para o início da pesquisa, e a dificuldade para adesão de algumas mães a esta pesquisa.

Buscarei analisar quais os motivos que fazem com que essas mulheres não acionem nenhuma reivindicação frente a qualquer órgão institucional ou não institucional, contra tal violência ao qual foram submetidas. Sendo que o genocídio que cerca os seus filhos afeta a trajetória destas mães, objetivando também os “corpos” dessas mulheres.

O objetivo central é identificar quais os mecanismos de representatividade que as mães de "traficantes" utilizam para manifestar o seu infortúnio e luto diante da "exceção" ao qual foram submetidas, neste caso a execução de seus filhos. Tendo em vista que o seu luto não encontra adesão moral por parte de alguns setores sociais, pois representa a morte de traficantes ou “inimigos da sociedade”.

Por intermédio desta pesquisa, busquei questionar os dispositivos disciplinares e ideológicos aplicados pelo Poder Público que opera com a lógica de extermínio direcionadas as “juventudes” que habitam esses espaços de Favela. Tendo em vista que esses atores sociais, neste caso, os jovens negros e pobres, personificam a construção de um corpo abjeto, por isso, é “matável.”

Começarei este trabalho descrevendo no primeiro capítulo um breve panorama do território ao qual estas Favelas estão configuradas: São Carlos e Fallet. Buscando compreender os dispositivos inseridos no mesmo, visando com isso, mapear os dilemas e a trajetória dos agentes sociais analisados, e também compreender os mecanismos de disputas no jogo simbólico ali acionados.

O contexto que possibilitou o êxito da retórica belicista moralizante da “Metáfora da Guerra” (LEITE, 2008) é o mesmo momento político que possibilita a construção das áreas periféricas como território inimigo número um da cidade, elegendo como alvos os moradores que habitam esses espaços, fazendo com que algumas parcelas da sociedade sejam tolerantes com as diversas “limpezas étnicas” ocorridas nas Favelas.

Podemos então, configurar na passagem do século XX a territorialização dos morros da área central da cidade do Rio de Janeiro, no caso estudado, as Favelas do Rio Comprido, como alvo desse deslocamento midiático moral que criminalizara esses espaços como zona de confronto, tendo em vista, que os seus habitantes, em sua maioria são compostos pela “baixa camada da população.”

Tal contexto também nos permite observar que qualquer manifestação de indignação ou mobilização social por parte de mães de traficantes sejam negligenciadas não somente pelo Poder Públicos e as suas diversas instituições, mas também pela população em geral, tendo em vista que grande parcela da sociedade civil é alimentada por um discurso disciplinar e moralizante que criminaliza as Favelas e que muitas das vezes ignoram os atos de violações feitas em algumas ações policiais, contra essas mães.

No Capítulo dois exploramos os discursos que estigmatizam o luto das mães de “traficantes”. Através dos relatos das entrevistadas do estudo de caso, buscamos entender o sentido que essas mulheres dão a sua dor, e a forma moral ao qual esse luto é manifestado e a possibilidade de acolhida e escuta social que essa dor tem.

Diretrizes dirigentes do poder, e como esse discurso ganha certo respaldo pela sociedade, principalmente para alguns segmentos potencialmente tão matáveis quanto os próprios traficantes, que seriam os mesmos habitantes destas periferias. Ainda que chacinados, não por sua existência física, mas cerceados de exercerem sua existência política e social.

A constante encenação desse binarismo permite que a dor das mães que perderam seus filhos nessas circunstâncias - onde a luta para alcançar o bem (que seria proteger o tecido social da anomalia causada pelo “traficante” que subverte à ordem) permite que a polícia utilize-se do “mal” para chegar a um bem comum - seja moralmente reprimida, o que faz com que essa mãe acione o silêncio como forma de questionamento, como resposta à uma sociedade que viola as suas margens.

O raciocínio do “dualismo belicoso”, que coloca à cidade em dois polos opostos e interdependentes reforça a metáfora do disciplinamento – através do extermínio e da construção de sujeitos periféricos que tornam-se potencialmente matáveis do corpo social. Não obstante, a estigmatização é outro elemento disciplinador, que constrói como abjeção não só os corpos dos traficantes, mas a de todos os indivíduos ligados a eles, como mãe, companheiras, filhos e outros.

É necessário elucidarmos qual contexto possibilitará que o Estado “chacine”, através de suas políticas públicas, determinadas categorias sociais. Trazendo para o debate social, os motivos que fazem com que o corpo do jovem, negro e morador de Favelas personifiquem-se como indivíduos que possam vir a serem elimináveis.

O trabalhador, poder-se-ia dizer, que este corpo, projeta em si a performance do Ethos produtivo, sendo assim, o traficante é colocado como desarticulador da ordem, promovendo os males que assolam à sociedade; quanto ao Evangélico, este, com a expansão das igrejas neopentecostais e sua ética moral disciplinar também são cruciais na dinâmica constitutiva de tais espaços. Seguindo esse raciocínio, é possível elaborarmos os marcadores sociais performativos que diz ideologicamente quais categorias sociais devem ser exterminadas, e qual corpo deve ser preservado. Nas favelas, os trabalhadores e evangélicos, estes últimos, tem em seu corpo a personificação do “sagrado”, obtendo certo status e funcionando como um paradigma moral daquele território.

No capítulo três exploraremos, além da biografia dos quatro jovens, a forma com que as distintas expressões de dor, luto e configurações do cotidiano dessas mulheres são mobilizados nos seus diversos aspectos, e as perspectivas que se engendram nesse cenário.

## 1 O SURGIMENTO DA FAVELA NO RIO DE JANEIRO E SUA CONSOLIDAÇÃO

Começaremos este capítulo apresentando a forma com que as Favelas foram percebidas no espaço urbano do Rio de Janeiro. Podemos iniciar essa problematização colocando como questão o que seria compreendido como “Favela”, elucidando não somente os seus aspectos geográficos, mas também os estigmatizadores e simbólicos o qual esse nome suscita.

Desta forma, o local onde essas categorias sociais iam se fixando passaram a ser estigmatizados. Tanto na sua configuração espacial, como por exemplo os cortiços, e mais tarde as Favelas. Podemos enfatizar o caráter social e classista de tal estigmatização, pois antes estes espaços eram habitados pelos seguimentos sociais mais abastados, no momento em que passa a ser ocupado pelos desfavorecidos, torna ser considerada redutos de “marginais”.

As Favelas desde sua origem são vistas como um perigo moral e social. Seus moradores sempre carregam um legado ao espaço da exclusão. Antes de mais nada, é preciso uma descrição histórica de seus atores sociais, majoritariamente em sua origem, composta por escravos e mais tarde por um grande contingente de mão-de-obra barata que residia quando possível próximo ao seu local de trabalho.

No Rio de Janeiro, assim como na Europa, os primeiros interessados em detalhar minuciosamente a cena Urbana e seus personagens populares voltaram o seu olhar para o cortiço. Considerado o *locus* da pobreza, no século XIX era local de moradia tanto de trabalhadores como vagabundos e malandros, todos pertencentes a chamada “classe perigosa”. Defino como um verdadeiro “inferno social”, o cortiço carioca era visto como antro da vagabundagem e do crime, além de lugar propício às epidemias, constituindo ameaça à ordem social e moral (VALLADARES, 2003. p.24).

Portanto, podemos perceber que desde sua gênese a Favela é vista como uma ameaça constante a ordem moral e social, portanto, ela é representada como um perigo. A história da evolução das Favelas sempre esteve perpassada por essa leitura estigmatizadora dos seus espaços. Tendo sido descrita dessa forma, coube ao Poder Público sempre administrar esses espaços, com a ideia de que estes territórios são instâncias que devam viver em permanente controle por parte dos agentes sociais ali inseridos.

Desde o início do século há a percepção da Favela como um território da pobreza urbana. Pois este é enxergado como um território degradado do ponto de vista urbano, e também como território da marginalidade. Temos que problematizar e nos questionarmos sobre a legitimidade dos dispositivos de gestões desses territórios. Essa gestão de discurso é poderosa, pois reproduz espaços de gerenciamentos.

No texto “A gênese das Favelas Cariocas”, a autora, Valladares (2000) objetiva introduzir o debate da Favela nesse Estado político e social. Destina-se a fazer uma construção

social da favela, longe das análises do senso comum, tornando a sociologia das Favelas um aporte investigativo também para as universidades. Problematizando a maneira histórica com que ocorreu a construção social da Favela, por isso recorrerá “A Gênese das Favelas”:

Podemos identificar a gênese do processo de construção social da favela nas descrições e imagens que nos foram legadas por alguns homens de letras,<sup>20</sup> jornalistas e reformadores sociais do início do século XX. Amplamente divulgados na época, seus escritos permitiram o desenvolvimento de um imaginário coletivo sobre o microcosmo da favela e seus moradores. Pouco importa terem sido intelectuais das mais variadas tendências ideológicas e políticas, com propósitos distintos em suas visitas e subidas ao morro. O importante era partilharem, todos, de um mesmo entendimento sobre o que eram e representavam tais áreas e seus moradores no contexto da capital federal e da jovem República, era estarem todos informados por um mesmo conjunto de concepções, por um mesmo mundo de valores e idéias. A ponto de participarem da construção de um arquétipo, de uma imagem padrão que se tornou consensual a respeito desse “mundo diferente” que emergia na paisagem carioca pela contramão da ordem. (VALLADARES, 2000, p.117).

Sua pesquisa realizou-se a partir de discursos de jornalistas, sanitaristas, e outros gestores públicos, que são personagens que protagonizavam o discurso sobre Favelas, no seu período de gênese. Valladares (2000) pretende dar início aos estudos da sociologia das Favelas, analisando o tema do começo do século XX até os anos 1950, desenvolvendo um arquétipo ou tipo ideal do que seria a Favela. Analisando um segundo período, a autora discute as favelas a partir da década de sessenta, e tem como o marco quando a Universidade cria a Favela como um objeto de estudo com especialistas na área. A autora faz uma relação entre os cortiços e o Morro da Favela (atual Morro da Providência); e também entre morro da Favela e Canudos, e observa como a Favela transforma-se em categoria de resistência. Esse mito de Canudos esteve presente entre os atores sociais que construíram o imaginário social da Favela no início de sua gênese. E percebe-se que no Rio de Janeiro, essa denominação de Morro da Favela remete às resistências contra a opressão que essas habitações sofriam no Rio de Janeiro:

Os estudiosos do cortiço no Rio de Janeiro mostram que essa forma habitacional correspondeu à “semente da favela”. Seja por já se notar no interior do famoso “Cabeça de Porco” a presença de casebres e barracões (Vaz, 1994, p. 591), seja por ter havido uma relação direta entre o “bota abaixo” do centro da cidade e a ocupação ilegal dos morros no início do século XX (Benchimol, 1982; Rocha, 1986; Carvalho, 1986). Alguns estabelecem uma relação direta entre o “Cabeça de Porco” e o desenvolvimento inicial do morro da Providência, depois conhecido como morro da Favella. Isto porque, antes da chegada dos soldados de Canudos, e durante a destruição do maior cortiço do Rio de Janeiro, o prefeito Barata havia permitido a retirada de madeiras que poderiam ser aproveitadas em outras construções. Alguns moradores teriam então subido o morro por detrás da estalagem. Por coincidência, uma das proprietárias do “Cabeça de Porco” possuía lotes naquelas encostas, podendo, assim, manter alguns de seus inquilinos (Vaz, 1986; Chalhoub, 1996, p. 17). Somente após ferrenha campanha contra o cortiço as atenções começam a se voltar para esse novo espaço geográfico e social que vai despotando, gradativamente, como o mais recente território da pobreza.<sup>9</sup> Em especial, *uma* favela cataliza as atenções, mais precisamente o morro da Favella, que entrou para a história por sua

associação com a guerra de Canudos, por abrigar ex combatentes Morena, todas elas *anteriores* ao morro da Favella. O início da ocupação de tais áreas remonta a 1881. Tanto no caso da Quinta do Caju como no da Mangueira, nada comprova que a ocupação original tenha ocorrido por invasão; sabe-se apenas que os primeiros moradores foram imigrantes por turqueses, espanhóis e italianos.<sup>14</sup> (VALLADARES,2000, p.120).

Isso nos permite concluir que o lugar social das classes subalternizadas sempre foi colocado sobre “vigilância” por parte dos gestores de produção do espaço urbano. Desta forma esses territórios têm como principal característica até os dias de hoje de serem definidos como um problema moral e social. As sociabilidades que serão forjadas na interação da “Favela” com o “Asfalto” sempre atravessaram essa ótica estigmatizadora. A sociabilidade dos moradores das Favelas sempre foi vista como algo excêntrico e desordeiro de acordo com a moral social vigente e aceita. Segregou-se os favelados não só espacialmente, mas também moralmente, e isto veio estruturando o conflito urbano e social ao qual à cidade veio sendo construída. O local da exclusão foi o que ficou de legado a esse contingente. Conforme afirma Leite (2014):

Seguindo este viés analítico, considero que são esses dispositivos que constituíram e ainda constituem, a partir de relações de poder situadas, as favelas como "heterotopias": "lugares reais" em que "todos os outros lugares reais dessa dada cultura podem ser encontrados, e nas quais são, simultaneamente, representados, contestados e invertidos" (Foucault, 1967: 80) e, neste sentido, "margens" do Estado e da cidade. Constituídas na percepção social como "margens" da cidade, enquanto território da violência e de uma sociabilidade avessa às normas e valores dominantes, as favelas são habitadas por uma população identificada por esta designação que a encompassa e que essencializa uma diferença desta em relação ao restante da população da cidade, bem como de seu local de moradia em relação aos bairros".(LEITE, 2014, p.3)

O objetivo deste capítulo é compreender a Favela e seus agentes sociais neste enquadramento urbano social que tem sido consolidado desde a sua origem. Podemos observar, que este sempre funcionou como um problema social, que ensejava ordem e controle por parte do Estado. Este estruturamento impactou a vida dos sujeitos que habitam esses espaços. Qual o lugar do Estado nisso?

### **1.1 Território e conflito: a configuração urbana de São Carlos e Fallet/ Fogueteiro e a acumulação “social da violência” - Configuração urbana e disputas territoriais**

Neste subitem pretendo realizar uma breve apresentação histórica do bairro do Rio Comprido, local que será um agente contextual de nosso texto, tendo em vista, que a trajetória

e conflitos protagonizados pelas nossas interlocutoras se orquestram nesse bairro, portanto, é necessário este breve detalhamento historiográfico sobre sua área.

Assim, o atual bairro do Rio Comprido de mesmo nome de um rio que cortava o bairro, localizado no eixo do sopé de encostas da vertente norte do Maciço da Tijuca, apresentou-se no século XVII como região produtora de cana-de-açúcar. Sua produção era destinada à baía e ao porto do Rio de Janeiro e se utilizava de embarcações que navegavam o rio em questão. Outra função do rio Comprido era o abastecimento de água para parte da cidade através do aqueduto do Catumbi (MORAES, 2008, p.209).

O Rio de Janeiro do período colonial tinha uma toponímia extremamente diversa do cenário atual. Geograficamente seus ecossistemas eram completamente diferentes do que vimos nos dias de hoje. Tal importância de sua fauna, pode ser percebida na pungência e importância que tivera seus acidentes geográficos para os primeiros habitantes da Cidade. Tal fato pode ser notado pela nomenclatura do bairro, Rio Comprido, homônimo do rio que era crucial para os residentes estabelecidos nessa região.

Tal aspecto sofreu as mais diversas modificações, a despeito das exigências fundiárias, e a conquista do solo por parte das autoridades, como por exemplo, a transformação de antigas picadas indígenas, como a Rua Itapirú (via de acesso, que comunica os bairros de Catumbi ao Rio Comprido - logradouro ao qual estão situadas as Favelas conhecidas como complexo Fallet-Fogueteiro e São Carlos) em caminhos de ocupação, estabelecendo a hegemonia local nestes domínios por parte das autoridades Régias. De acordo com Amador, 1997:

O Estuário de São Diogo, também denominado Saco de São Diogo, era um extenso braço de mar, bastante largo em sua embocadura, que era balizada pela Gamboa à direita e pela ponta do Caju e Ilha dos Ferreiros à esquerda. Em direção ao interior o estuário se estreitava progressivamente sofrendo uma inflexão para a esquerda até atingir as imediações da atual Praça XI. No seu curso recebia a contribuição dos rios Iguassú (atual Rio Comprido), Maracanã, Trapicheiros, Joana e Catumbi, que descreviam meandros de maré no trecho de planície, serpenteando por extensos manguezais (AMADOR, 1997,p.226).

É válido ressaltarmos, que desde os tempos Joaninos, período marcado pelo estabelecimento da corte de Dom João VI no Rio de Janeiro, o bairro sediou o Quartel General do Exército. Sendo um local ocupado, em sua maioria, por fidalgos ingleses, que possuíam diversas chácaras ali, como nos terrenos das encostas do morro do Fallet:

Entretanto, foi no século XIX que a região do Rio Comprido apresenta significativo crescimento, tornando-se local para a instalação do Quartel General do Exército no período joanino, ou seja, momento em que graças às investidas napoleônicas na Europa e ao não cumprimento do Bloqueio Continental, a Corte Portuguesa vem para o Rio de Janeiro, fazendo-o de sede Governamental do Mundo Luso (GERSON, 2006, p.345).

É válido também apontarmos não apenas a presença militar, mas também eclesiástica. Desde os tempos coloniais, obispado do Rio de Janeiro estava estabelecido na chamada Chácara do Bispo, hoje Rua do Bispo. E a Irmandade São Francisco de Paula, conquistara o direito de implantar em terras, mas tarde contestada com partes do território do Morro de São Carlos (isso ao longo dos anos 1920, com a sua expansão), o São Francisco de Paula. De acordo com Brasil Gerson (1998):

[...] É que de fato acabava de instalar-se na junção dos dois caminhos principais do bairro nascente o primeiro dos cemitérios brasileiros a céu aberto, destinado a não indigentes (..) em 1851, estavam os catumbienses alvoroçados contra a Irmandade de S.Francisco de Paula, primeiro por ter escolhido a chácara de Dionísio Orioste com portões para a Rua do Catumbi Grande (hoje Catumbi apenas) para a localização do seu campo-santo particular, e em segundo, e mais ainda, por querer colocá-lo à disposição do público geral, em troca das vantagens que o governo oferecia (GERSON, 1998, p.379-381).

### 1.1.1 O Morro de São Carlos

Nesse contexto, início do Século XX, começa a ocupação desses morros (aqui estudados) por parte da população de Favelas. Nascido e criado no Morro de São Carlos, hoje com trinta e um anos de idade, posso dizer que minha trajetória, em si, já se faz etnograficamente. Sendo nativo do São Carlos e também do Rio Comprido, sempre circulei nos espaços sociais aqui transpostos, apesar das limitações geográficas e simbólicas imposta pelos diversos fatores e, assim, pude conviver com essa realidade existencial de forma peculiar.

Ao escrever essa Dissertação, em longas conversas com o meu orientador, foi reforçado em forma de conselhos indulgentes, prontamente e necessariamente cumpridos por mim, o exercício antropológico de estranhamento do familiar e ao mesmo tempo o proveito da minha vivência, percepções, lembranças e experiências como pertencente do local ao qual realizei a pesquisa. Pois todo aquele universo social fazia parte da minha realidade, daí a necessidade de mapear as barreiras psicológicas e também sociais, tal estranhamento, tornou viável uma problematização isenta de minha parte.

Como morador do São Carlos, sempre cresci ouvindo por parte de meus familiares e vizinhos, inúmeras histórias a respeito da configuração do morro. A disputa por esse espaço tinha sempre uma abordagem oral, que anos mais tarde tive a oportunidade de constatar em algumas fontes, como fotografias antigas do bairro e também de suas Favelas. Uma das histórias que mais me chamaram atenção gira em torno da ocupação desses Morros. Morei toda a infância, na localidade conhecida como “Esporte”, que na realidade foi ganhando essa

denominação pela população local, em referência aos postes (torres) da Litgh. Tal espaço era contestado entre a companhia de eletricidade e os terrenos da Irmandade de São Francisco de Paula (mais conhecido como Cemitério do Catumbi).

Nessa disputa, tanto a Litgh quanto os terrenos do Cemitério viram em seus arredores a expansão do São Carlos. Na planície deste mesmo morro foi possível visualizar a expansão da parte conhecida como Mineira (reduto de migrantes desse Estado), e que alguns no início de sua ocupação vieram para servir de mão de obra para a construção do Complexo Penitenciário Frei Caneca. Alguns de seus operários passaram a habitar a área conhecida como conjunto São José Operário.

Poder-se-ia dizer que a configuração territorial dessas Favelas sempre foi marcada por esse componente de luta e resistência da população operária residente nesses espaços. A vivência neste cenário possibilitou conviver com a realidade de vários atores sociais dessas favelas, fazendo com que eu compartilhasse de condições sociais similares com muitos.

## **1.2 Conflitos territoriais na atualidade: a “guerra às drogas” e a “guerra entre facções” a partir dos anos 1970**

No fim dos anos 1970 e início dos 1980 do Século XX o Rio de Janeiro sofreu uma nova configuração no seu cenário social. O imaginário Social, amparado pelo discurso midiático, colocou a cidade como um intenso cenário de guerra, estigmatizando com maior intensidade os territórios de Favelas e periferias. Colocando o espaço urbano definitivamente dividido entre duas cidades (VENTURA, 1995). Isto fez com que o Estado legitimasse com mais força um discurso bélico no tocante a sua relação com às Favelas. De acordo com Misse (1995):

O Fantasma criminal que se acumulara com os marginais dos anos cinquenta adquire um novo fôlego, mais agressivo, mais especializado, e mais abrangente, durante os anos 70, com a entrada em ação das quadrilhas de assaltantes armados com metralhadoras, com o aumento do roubo a residências e empresas, com a generalização dos furtos por crianças e adolescentes- os pivetes- já com estes nomes desde a República Velha, com sua passagem para o roubo e o porte de arma, enfim, com a entrada da cocaína nas bocas de fumos [...] será em torno da cocaína e da sua alta taxa de lucro que o fantasma se consolidara nos anos 80, produzindo efeitos de violência para toda a cidade e fazendo da Segurança Pública a principal demanda de seus Habitantes.”(MISSE, 1995, p.188).

Ao debatermos os elementos que fazem com o que o Estado através de seus agentes, mecanismos e políticas, operam com êxito no método de controle e gerenciamento de suas margens, é necessário, antes de mais nada, compreendermos como forjou-se esse arranjo social

excludente. Os mecanismos de discriminação (FOUCAULT, 1976) acionados pela Instituição Estatal nas relações de poder ao qual se legitima, produzem o próprio preconceito individual para privilegiar o Racismo Institucional.

Dessa maneira, cria-se repertórios Hegemônicos que legitimam para si todo imaginário social que construirá através de seus estereótipos os indivíduos sociais que poderão ou não sobreviver a ordem do que o social estabelece como legítimo ou não. Por mais que o Estado se mostre como universalista, na vida cotidiana, o que prevalece são esses marcadores das diferenças que, neste caso, estabelecerá os limites para aqueles que devem ou não ter acesso ao uso da *polis* e os que serão incluídos na gramática dos Direitos Sociais.

Nosso genocídio colonial foi resultado desses fatores acima mencionados, sendo reproduzido nas formas mais diversas ao longo da sociedade moderna. Passada a fase colonial, o destino dos nossos escravos foi o abandono institucional e também social, não sendo inseridos no novo regime republicano que vigoraria. Somente décadas mais tarde a literatura até então, problematizará as bases com que se dera essa inserção. De acordo com Florestan Fernandes, a Inserção do negro na Sociedade de “classes”, dar-se-á:

[...] A sociedade escravocrata só preparou o escravo e o liberto para os papéis econômicos e sociais que eram vitais para o seu equilíbrio interno. No restante, prevaleceu a orientação de impedir todo reflorescimento da vida social organizada entre os escravos e os libertos, por causa do temor constante da rebelião negra (FERNANDES, 2008, p.30).

Como podemos constatar, qualquer forma de organização coletiva e social por parte do escravo ou liberto sempre foi negada. O escravo era um instrumento de mão obra e não social, isso inviabilizou um questionamento da própria sociedade, forjada dentro dessa relação escravocrata de os entender enquanto indivíduos. Portanto, o Poder Público sempre se esforçou para aniquilar qualquer forma de contestação do campo social em relação a isso, sendo o negro sempre visto como um “fantasma social” (MISSE,1995).

Articulado a todo esse cerceamento (MISSE, 1995) esses sujeitos sociais eram também criminalizados e estigmatizados por grandes parcelas da sociedade, e as mesmas, solicitavam legislações rígidas que desenvolvessem leis de “ordem” que objetivassem eliminar as classes ditas perigosas. As elites sempre alimentaram o discurso que cristalizava esses grupos sociais como categorias que não saberiam viver socialmente. Eram uma ameaça ao convívio social.

Vale ressaltar que, conforme ressaltado por Valladares (1998), a Favela desde sua gênese sempre foi vista como um problema a ser administrado e controlado. Ademais, tendo em vista que o contingente favelado era majoritariamente negro (herança da escravatura), então

a sociedade encontrava mais um motivo para descrever seus como segmentos que vivem a margem da lei, da moral e da cultura.

Operando através dessa lógica, o Poder Público distribui de forma desigual o direito à cidade. Enfatizando a “metáfora da guerra”, o Estado reivindica para através dos diversos aparelhos por ele operado o direito de fazer viver de formas diferentes os diversos grupos sociais. Fazendo com que os atores sociais compartilhem do uso a urbe de forma desigual, como por exemplo, instituindo tipo de ofertas nas áreas de saúde e educação diferentes para o conjunto social.

Adotando medidas seletivas no combate desigual ao “crime”, o Poder Público através de seus agentes, muitas vezes, legitima ou tolera políticas racistas a determinadas categorias sociais, neste caso, a juventude negra e pobre que habita às Favelas. O estado deixa as populações desfavorecidas morrerem através da forma de tolerância. Deste modo, medidas como o “auto de resistência” são legitimados pelo Estado, pois seus alvos são a parcela estigmatizada da sociedade: negros e moradores de favela. A violência exercida por agentes do Estado e por grupos paramilitares, como as milícias, desrespeita os direitos dos negros e de moradores de favelas e periferias, e tira a vida de grupos sociais específicos, tudo isso legitimado pelo Estado, sem que haja punição adequada:

O termo “auto de resistência” não existe penalmente. Em entrevista ao Nexô, Ignácio Cano, membro do Laboratório de Análise da Violência da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), disse que se trata de uma ficção administrativa criada durante a ditadura militar (1964- 1985) para impedir que policiais fossem presos em flagrante por homicídio. O objetivo, afirma, era transmitir a ideia de que houve resistência, ou seja, de que a morte foi em legítima defesa do policial (BANDEIRA, 2017, p.30)

A tendência predominante dos governos a partir desse contexto histórico, foi optar pela “guerra”, política de enfrentamento e confronto. Temos que salientar que a intenção de matar não está isolada na cabeça do policial individualmente, pois isto significaria incapacidade do estado de gerir os seus agentes. Não se trata de excesso, porque este ficará só na responsabilidade do policial, quando na verdade, é um dispositivo do Sistema Estatal:

Até a década de 80, o mercado informal no Rio de Janeiro, era dominado pelo jogo do bicho. Somente a partir do final dos anos 70 é que o tráfico de cocaína começa a ser detectado no Rio, e sua importância só se consolidará na ‘primeira fase do tráfico’, período em que o mesmo foi efetivamente controlado pelo ‘Comando Vermelho’ (fase que entrou em declínio no final dos anos oitenta). A ‘segunda fase do tráfico’, caracterizada pela decadência do controle externo do ‘Comando’ sobre as áreas do tráfico e a segmentação dos territórios, com constante guerra entre diferentes grupos do ‘movimento’, continua até hoje, mas atingiu o seu ápice, até o momento entre 1985 e 1992. É a fase mais violenta, marcada pelo extraordinário aumento da desconfiança entre lideranças e grupos, por lutas intestinas pela liderança no interior de um mesmo

território ou entre territórios e pelo aumento da repressão policial violenta-principalmente a partir dos anos 1994-.” (MISSE, 1997, p.30).

A internacionalização, muda toda a escala anterior existente e incipiente em relação a esse mercado de entorpecentes. Sendo este, muito lucrativo, os pontos de distribuição usados para o tráfico de cocaína, também foram os mesmos utilizados para maconha: Favelas e Periferias. Embora, as Favelas estivessem integradas as cidades, havia toda uma construção destas como um lugar estigmatizado.

Tem-se então uma divisão de classes que se expressam num acesso desigual a cidade, que vão se traduzir em desigualdade educacional e de trabalho. A elite, vai com isso, construindo a figura do “marginal” (que é moralmente degradado), sem admitir que são as próprias relações sociais que constroem essas desigualdades. Esses elementos estruturais, oriundos de nossa formação colonial não transparece essa denúncia.

Também durante os anos 1980, a guerra entre quadrilhas rivais em algumas Favelas da Cidade, disputando os pontos de venda de drogas, tomou visível dois fenômenos, oriundos da consolidação do mercado internacional do tráfico de drogas ilícitas, tais como: os armamentos (a qualidade das armas), e paralelo a este fator, o da juvenização das quadrilhas (nesse primeiro momento, associando a adesão do jovem ao mundo do crime organizado por decorrência a ausência de oportunidades no mundo de trabalho, e também a evasão escolar). De acordo com Barcellos (2017):

Os homens que podiam mudar a vida miserável dos moradores da Santa Marta naquele ano de 1987 eram seus vizinhos mais próximos. Os muros do Palácio da Cidade faziam divisa com a Favela. Os barracos de alvenaria e madeira, que cobriam o morro de cima a baixo, eram a única vista do gabinete do Prefeito, que podia vê-los a toda hora, mas que parecia nunca lembrar de trabalhar por eles.(...) Escondidos no coração da região mais rica da cidade, a Zona Sul, os moradores da Santa Marta viviam há 53 anos sem uma única escola ou hospital e sem ter nenhum dos 84 becos pavimentados pela Prefeitura. Toda a cobertura de concreto dos becos era obra dos mutirões. Desde 1935, início da ocupação, o esgoto corria em grandes valas a céu aberto e não havia coleta de lixo eficaz (BARCELLOS, 2017, p. XXX).

Essas mudanças no cenário Nacional impactaram o debate Público. No início dos anos 1990, as Chacinas de Acari (1990), Candelária (1993) e Vigário Geral (1993), serviram como mote para a formulação da ideia que à Cidade do Rio de Janeiro vivia uma guerra entre a Favela e a rua. Dando essa ideia de que o Rio vivia em constantes conflitos. Esse imaginário de “Guerra”, foi-se forjando. Leite (2004) diz que as favelas muitas vezes são associadas aos territórios de violência e perigo, obtendo fronteiras espaciais e morais. Faz-se necessário, compreender o papel que o Estado engendra nesse campo, gerenciando os conflitos sociais e as vidas nas favelas. A autora observa que o Estado, posicionando-se desta forma, ao longo de

contextos históricos e sociais específicos, faz com que as favelas tornem-se objetos de Políticas Públicas.

As favelas são encaradas sempre como locais de irregularidades, nesse ponto a autora assemelha sua crítica a da Lícia Valladares. Perpassada a construção desses territórios como espaço de ausências, enclava-se a construção da dicotomia elencada na cidade, dividindo o espaço social entre os cidadãos de bem e as chamada “classes perigosas”. A corporeidade desse segmento, criará na cidade um estado de guerra, ao qual a autora explicara através do conceito de “Metáfora da Guerra”:

A representação do Rio de Janeiro como “uma cidade em guerra” foi gestada a partir de uma série de episódios violentos (arrastões, assaltos, sequestros, tiroteios, “balas perdidas”, chacinas, rebeliões em presídios e instituições de jovens infratores, paralisações do comércio, escolas e serviços públicos por ordens de bandidos, muitas vezes emitidas do interior de prisões de “alta segurança”), que produziram um forte sentimento de insegurança diante das crescentes ameaças à integridade física e patrimonial de seus habitantes (LEITE, 2012, p. 33).

Esse discurso metafórico, fazia com que os indivíduos optassem pelo lado da ordem ou o da ilegalidade, e contra aqueles que incorporassem o repertório de escolha, ao lado da desordem ou violência, construía-se toda uma gramática belicista que legitimando o extermínio das chamadas “classes perigosas”. A diferença do contexto da “Metáfora da Guerra”, reside no fato, de que em nome desse estado de caos letal, era permissível o extermínio e genocídio das classes indesejáveis.

Na obra “Entre o individualismo e a solidariedade”, Leite (2000), trabalha como foi elaborada a ideia do Rio de Janeiro como “Cidade Maravilhosa”. Segundo a autora, isso foi orquestrado como política de governo desde a gestão do prefeito Pereira Passos, no início do século XX. No início dos anos oitenta, esse imaginário lúdico passa a ser desconstruído, por conta da sensação de insegurança que se implantava, ao menos de forma construtiva metodológica neste Estado. A violência urbana começa a ser interpretada como uma questão social, alguns sujeitos teriam direito à cidadania, e outros eram subordinados à Políticas Públicas que visavam o controle desse grupo social identificado com a desordem urbana. É criada pela mídia uma questão que seria imprescindível: dividindo a cidade entre “asfalto” e “Favela”. Consagrando a Favela como o território de proliferação das “classes perigosas”, a serem controladas.

Essa ideia de cidade partida é equivocada, pois quando se têm duas partes, o cidadão deve escolher em qual lado estará. Essa repartição, não aparece apenas como um corpo físico, mas também simbólico. Essa cidade dividida, de certa maneira, vai legitimar a violência

policial, a aceitação da prática letal - chacinas e extermínios - por conta dos agentes do Estado contra a população que reproduz essa portabilidade violenta, os temidos “fantasmas sociais”, trabalhado acima, por Michel Misse. Existe uma aceitação social dessa letalidade, desde que protagonizada pelo Estado.

Considerando que à cidade é vista através do *ethos* de que vivemos em um mundo de caos, os direitos humanos são colocados como incompatíveis com a segurança pública, porque vivemos em uma cidade “sitiada”. É essa argumentação que os jornais reproduzem insistentemente no cenário social, elegendo todo tempo os moradores negros das Favelas e periferias com os portadores dessa violência. A “metáfora da guerra” serve para aprofundar as ações de controle das classes perigosas.

A divisão da cidade é uma metáfora da guerra, é um conflito social que existe entre os espaços, e acaba sendo um mote para o Estado. O que Leite (2012) incrementa com suas contribuições teóricas na literatura sociológica, não diz respeito somente da visão que esses dois mundos vivem entre si, e sim a ideia do conflito entre esses dois atores sociais: asfalto e favela. Por conta desses fatores, ela aprimora, no sentido de destacar esses conflitos entre esses dois mundos, política e intencionalmente colocados como espaços antagônicos, por isso será uma “metáfora da guerra”. As Políticas Públicas, voltadas ao gerenciamento desse conflito, preocupam-se em levar normas do mundo urbano para a favela, porque para esse grupo, só é normativo o que está no asfalto (normatização das favelas). Essa prática cristaliza o imaginário da cidade antagonizada entre a favela, representando a produção da violência, tramitando entre a desordem e a incivilidade, e como sinônimo de barbárie; e o restante da cidade ou “asfalto”, onde seus habitantes sobrevivem com medo da crescente violência urbana, fruto da violência protagonizada pelos grupos de alguns jovens armados das favelas. De acordo com Leite (2012):

Formulada no interior de um discurso que chamava a população a escolher um dos lados de uma cidade pensada como irremediavelmente “partida” (VENTURA, 1994), a metáfora da guerra foi reafirmada, ao longo das décadas seguintes, toda vez que se ampliou a percepção de agravamento da situação de violência no Rio de Janeiro, ou quando o tema era posto na agenda política pela disputa eleitoral para a prefeitura do município ou a governança do Estado (SILVA; LEITE; FRIDMAN, 2000, p.54).

Esse conflito é compreendido como uma “metáfora da guerra” porque o lugar dos moradores de favela no tocante aos direitos de partilhamentos da Cidade (aos direitos de cidadania e transitar por territórios gentrificados, perpassava a ideia de construção da cidade como um palco de guerra).

A “metáfora da guerra”, vai dizer que em situações de guerra, é válida a suspensão de Direitos. As construções de espaços de fronteiras físicas, culturais e simbólicas tem os atos de

exceções como base, tais como em alguns territórios das periferias do Rio denominados “Faixa de Gaza”. Tudo isso é uma metáfora da guerra (LEITE, 2014). Na realidade, o que reside aí é um conflito social que existe entre esses espaços, acabando sendo um mote para o Estado, negligenciando as relações que esses dois mundos vivem entre si, a ideia do conflito entre esses dois atores: asfalto x favela. De acordo com Leite (2014):

As demandas por ordem encontravam justificativa em Hobbes, aludindo à quebra do pacto civil/civilizatório e à irrupção do estado de guerra: os “bárbaros” invadiam a cidade. Presumindo que se vivia de fato uma guerra que opunha *morro e asfalto*, favelados e cidadãos, bandidos e policiais, os partidários desta perspectiva aceitavam a violência policial em territórios dos e contra os grupos estigmatizados e assistiam passivos ao envolvimento de policiais militares em várias chacinas.” (LEITE, 2014, 57).

O outro sentido dessa guerra diz respeito ao dilema que faz com que esta cidade fosse se dividindo - “Cidade Partida” (VENTURA, 1995). O ressentimento e a apartação da cidade que se configurou a partir desse conflito. As Políticas Públicas que ganharam hegemonia na resolução desse fenômeno foram, de certa maneira, construídas pela mídia e falam dos governantes que optaram por acionar uma guerra contra o crime. “Um tipo de guerra da Favela contra os moradores da cidade”, atribuindo aos favelados, certa conivência com o tráfico. Esta afirmativa está presente na fala de muitas autoridades políticas, quando no ano de 2014, o então Governador do Estado do Rio de Janeiro, chama as mães de comunidades de “fábricas” de fazer “marginais”. A partir dessa gramática segregadora e hostil de parte de agentes do Poder Público, reforça certos estereótipos que impedem a possibilidade dos moradores de Favelas serem compreendidos como cidadãos, já que habitam esses territórios inseridos nas dinâmicas socializadoras locais. De acordo com o então Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (200-2014), em entrevista ao Portal G1, em 2007:

A questão da interrupção da gravidez tem tudo a ver com a violência pública. Quem diz isso não sou eu, são os autores do livro "Freakonomics" (Steven Levitt e Stephen J. Dubner). Eles mostram que a redução da violência nos EUA na década de 90 está intrinsecamente ligada à legalização do aborto em 1975 pela suprema corte americana. Porque uma filha da classe média se quiser interromper a gravidez tem dinheiro e estrutura familiar, todo mundo sabe onde fica. Não sei por que não é fechado. Leva na Barra da Tijuca, não sei onde. Agora, a filha do favelado vai levar para onde, se o Miguel Couto não atende? Se o Rocha Faria não atende? Aí, tenta desesperadamente uma interrupção, o que provoca situação gravíssima. Sou favorável ao direito da mulher de interromper uma gravidez indesejada. Sou cristão, católico, mas que visão é essa? Esses atrasos são muito graves. Não vejo a classe política discutir isso. Fico muito aflito. Tem tudo a ver com violência. Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal. Estado não dá conta. Não tem oferta da rede pública para que essas meninas possam interromper a gravidez. Isso é uma maluquice só. (G1, 2007).

O argumento supracitado reforça as justificativas de ações de Segurança Pública que optam pelo enfrentamento ao “crime” nas favelas. Este reflexo pode ser sentido no Governo de Marcelo Allencar, que encarrega o então, primeiro general do exército, Nilton Cerqueira, que antes viera dirigir a Segurança Pública no Rio de Janeiro. Tal colocação, já coloca o sentido de guerra. Guerra a territórios inimigos, ou seja, as favelas. De acordo com Ramos, 2016:

Até a década de 1980, o estado do Rio de Janeiro mantinha suas taxas de homicídio próximas às da média brasileira. Começa a se afastar a partir de 1983 e descreve uma curva ascendente muito acentuada até 1995, apesar de altos e baixos. Em 1983 o Brasil ostentava uma taxa de 13,8 homicídios por 100.000, enquanto a do Rio de Janeiro era de 15,9, ou seja, 16% maior. Já no final do período, a taxa do estado pulou para 62, tendo aumentado 288,8%, o que levou o Rio de Janeiro a encabeçar, por vários anos, o ranking nacional da violência (Waiselfisz, 2012). De 1995 até 2006, houve uma redução do número de mortes, mas o estado se mantém com taxas em patamares ainda altíssimos (na casa de 50 e 40 por 100.000). A partir de 2007, as taxas anuais começam a cair, com uma queda ainda mais acelerada de 2008 em diante (Ibid.).

Nilton Cerqueira, introduziu a “gratificação faroeste”, também conhecida pelo nome de “gratificação por ato de bravura”. Esta medida instaurou um imenso conflito, em respeito da gestão desses territórios, até final dos anos 1990, e continua com muitas nuances até os dias de hoje, colocando a questão social como caso de polícia. O que reforça mais as políticas de extermínio na égide dessas retóricas:

A violência policial mostrou-se altamente seletiva: mais nas favelas do que no asfalto, proporcionalmente mais negros do que brancos, muito mais nos bairros pobres do que nos bairros ricos da cidade (Musumeci, 2002). Como veremos, estranhamente, a revogação da “gratificação faroeste” – que vigorou na administração Marcello Alencar (1995 a 1998) e que previa que policiais que prendessem ou matassem criminosos passariam a incorporar um pecúlio aos seus salários – não se traduziu em queda dos autos de resistência. Pelo contrário, a prática foi incorporada como característica persistente da polícia fluminense, tendo atingido seu auge nos anos 2000 nas administrações Anthony Garotinho (1999 a 2002) e Rosinha Garotinho (2003 a 2007) e nos dois anos iniciais da primeira administração Sérgio Cabral (2007 a 2011), como mostra o gráfico 3. As demais características da com posição de mortes intencionais no Rio acompanham o quadro nacional: muito mais homens do que mulheres (mais de 90% das vítimas de homicídios são do sexo masculino), altamente concentrada entre jovens, especialmente na faixa de 15 a 29 anos, e entre os classificados como “pretos” e “pardos” (Musumeci, 2002; Waiselfisz, 2014). O perfil faz com que no Rio de Janeiro as características de sexo, idade e cor no que se refere à morte intencional coincidam com as do Brasil, isto é, muito desigual. Em relação à *geografia da morte*, os achados são contundentes: as taxas de homicídios segundo regiões do estado (divididos por Áreas Integradas de Segurança Pública) mostram que áreas da Zona Sul da cidade têm taxas próximas às norte-americanas e europeias, estando as taxas de áreas da Zona Oeste próximas às venezuelanas. As diferenças são ainda mais acentuadas quando comparamos áreas do município do Rio com áreas da Baixada e São Gonçalo. E há ainda outra especificidade geográfica, as favelas (RAMOS, 2016, p. 67).

Ramos (2016) problematiza as taxas de homicídios e sua escalada nas últimas três décadas na cidade do Rio de Janeiro. A autora procurou elucidar o debate teórico mostrando

como a letalidade por parte dos agentes estatais vem funcionando como a única política de combate a violência urbana, e demonstrou que tais políticas de segurança pública reforçaram o aumento dessas letalidades. A autora, através de estudos quantitativos fez uma análise contextual do cenário de violência no Rio de Janeiro, mostrando que até o início dos anos 1980 os índices de homicídios da cidade não eram tão destoantes do restante das outras cidades brasileiras. Segundo ela, a mudança que fez com que o Rio de Janeiro singularize-se entre as demais, foi a forma de enfrentamento com que as Políticas Públicas voltadas a administrar o conflito social, optaram por acirrar o discurso de “guerra à violência urbana”.

A política de segurança pública dirigida às favelas nessa época (e não houve muitas mudanças) era a de guerra, que operava com a lógica de extermínio, de genocídio dos “bandidos” e dos seus “cúmplices”, criminalizando todo o território das periferias, incorporando na categoria de bandidos todos os que ali residem. A clara intenção de matar, trata-se de uma política de extermínio, porque a lógica não é prender e interrogar, mas sim exterminar essas pessoas.

Um dos principais problemas a ser observado consiste no fato da ideia do “confronto” não ser reproduzida somente pela Instituição policial, mas também no campo da segurança pública, ou seja, na forma de gestão da sociedade civil. A ideia geral dessa retórica é a de “guerra às drogas” e isso leva a morte, que é o confronto. A letalidade policial (CANO, 2007) acontece por conta desse distorcido entendimento “belicista” do que seja representado enquanto segurança pública.

Esta seletividade se expressa nesses territórios, porque a lógica presente nessas retóricas consiste no fato dos direitos civis e sociais não serem pensados de forma universal, na vida cotidiana, ou seja, não são para todos. Funcionando como mera abstração jurídica e política, pois os que habitam os territórios de pobreza não são categorizados como cidadãos, apartados do acesso ao direito à vida. Podemos notar que o repertório mobilizado pelos moradores, não se dirigem aos direitos civis, mas sim aos direitos humanos. A cidadania, segundo Marshall:

“Thomas Humphrey Marshall, sociólogo britânico do início do século XX, desenvolveu a ideia de cidadania a partir do conjunto de três elementos de natureza normativa, uma parte civil, uma parte política e uma parte social. T. H. Marshall relaciona o desenvolvimento da cidadania ao desenvolvimento de cada um daqueles três de seus elementos, surgidos e afirmados cada qual em um século diferente: os direitos civis, no século XVIII; os direitos políticos, no século XIX, e os direitos sociais, nos civis teriam se formado no século século XX. A divisão é didática e, como adverte o próprio autor, ditada mais pela história que pela lógica (MARSHALL, 2002, p. 9). O autor considera que é por meio dessa construção histórica que se estabelece a ideia de cidadania (CADERNOS DE DIREITO, 2017 )

Além das análises de Marshall da ascensão histórica da emergência da cidadania, poderíamos também salientar, a elaboração dos “direitos do homem e do cidadão” (surge nos Estados Unidos da América, em 1776). Sendo interpretado como os Direitos dos indivíduos para se defenderem dos poderes abusivos do Estado, tendo em vista que o conceito de homem, é uma categoria filosófica do Século XVII. No ano de 1945, esses direitos vão ressurgir com a Organização das Nações Unidas (ONU), pois estávamos saindo de genocídios da Segunda Guerra Mundial.

Esse repertório é acionado pelos moradores das Favelas, questionando a sociedade e o Poder Público sobre o fato de não serem considerados cidadãos. Pois ao poder institucional na sua lógica “belicista”, oferta um tratamento diferenciado a essas populações, que é considerado ilegal e ilegítimo, como por exemplo, os momentos com operações policiais, onde a polícia chega atirando, e muitas vezes matando. Um exemplo é a gestão do Governador Wilson Witzel (PSC) que, em 2019, deliberou explicitamente a legitimidade ao uso de força extrema por parte da polícia. Este governador defendeu que “bandidos” armados deveriam morrer com tiro na “cabecinha” por meio de atiradores de elite. Esses atiradores, denominados Snipers, têm a função deliberada pelo poder público de exterminar os sujeitos por eles denominados “traficantes”. Segundo declarações do então governador Witzel “o protocolo é claro: `se alguém está com fuzil, tem que ser eliminado de forma letal`. “(EL PAÍS, 6 abr. 2019).

### **1.3 A criminalização do pobre: As principais Abordagens sobre a temática**

O medo do “crime” é uma construção ideológica formada por diversos atores sociais: a Mídia funciona enquanto suporte dessa ideologia, tendo em vista, que tais meios de comunicação mobilizam diferentes atores aos políticos; seguranças públicas, e alguns programas de cunho assistenciais. Apesar do trabalho não aprofundar esses outros agentes sociais, pois centralizarei neste tópico, análises interpretativas referentes ao fenômeno da violência urbana e a letalidade policial nas favelas, como essa dinâmica vem sendo abordada nos diversos grupos acadêmicos. Ao longo do item, abordaremos a necessidade de se desdobrar e interpretar a cultura policial, partindo de uma abordagem de orientação sociológica, a partir dos respectivos textos. Problematizar a função social da polícia, através da gênese desse modelo de serviço público que é oferecido ao corpo social, e o que vai ser esse *modo operandi* de manter a ordem social. De acordo com Leite (2014):

Representar o conflito social nas grandes cidades como uma guerra vem implicando acionar um repertório simbólico em que lados/grupos em confronto são inimigos e o extermínio, no limite, uma das estratégias para a vitória, pois com facilidade é admitido que situações excepcionais — de guerra — exigem medidas também excepcionais e estranhas à normalidade institucional e democrática. É neste universo semântico que se insere a qualificação da violência policial em bairros populares, favelas e periferias e do desrespeito aos direitos civis de indivíduos de classes populares suspeitos de participação ou convivência com a criminalidade violenta como simples “excessos”, males necessários e secundários na guerra contra o crime. (LEITE, 2014, p.27).

É necessário obtermos um panorama da violência no Rio de Janeiro, não através do senso comum, que é construído a partir da manufatura e vulgarização dos problemas sociais, que nunca são elencados nos assuntos corriqueiros do mundo cotidiano, com a denúncia social, que de fato, se necessita. O objetivo deste tópico é analisar algumas das estruturas, em diferentes contextos históricos da nossa cidade, mas a partir da institucionalização deste fenômeno social (a violência urbana no Rio de Janeiro) nas Universidades Fluminenses.

Detectando dentro desta ordem estrutural, quais os sujeitos sociais passíveis de criminalização, e como tal construção legitimou-se no imaginário social. Pois para essa letalidade policial, configura-se como legítima, foram construídos fantasmas sociais desses estereótipos, e como esses sujeitos foram historicamente destinados a tornarem-se vítimas de tais políticas genocidas por parte do Poder Público.

A literatura produzida sobre esta temática, da letalidade policial, mostra como se constrói diferentes personagens que vão mudando suas representações sociais, ao longo do contexto da cidade, e do aprofundamento da “Metáfora da Guerra” (LEITE, 2012). Porém, o que mantém certa continuidade nessa representação estigmatizada, e nos dados de homicídios, é o perfil da vítima: acaba sendo sempre o negro, principalmente a juventude que compõe tal categoria étnica.

A questão da violência urbana na Cidade do Rio de Janeiro, se consolida nas Universidades, como campo específico das Ciências Sociais, a partir da década de 1960. A partir desse período, em diferentes contextos políticos e sociais, as abordagens sobre letalidade, Favelas e Segurança Pública, tornaram-se referência nos mais diversos campos e espaços da vida social, direcionando inúmeras Políticas Públicas.

A contribuição das Ciências Sociais para a compreensão desses fenômenos foi importante, pois através dos conceitos levantados pelos diferentes cientistas sociais, deu-se a oportunidade da elaboração de leituras não criminalizantes da ordem social. Promovendo com isto um debate sobre o caráter paradoxal com que é manifestada a nossa democracia, e como algumas classes sociais são excluídas do seu direito à cidadania.

Alba Zaluar e Edmundo Coelho foram os autores percussores dos estudos de violência no Brasil. A importância de suas obras: “A criminalização da marginalidade e a marginalidade da criminalização” (1978), de Edmundo Coelho, e “A Máquina e a Revolta, de Alba Zaluar, marcam a institucionalização dessa temática na academia brasileira. A importância da construção desses marcos teóricos, deu-se na legitimação desse problema social nas abordagens dos estudos acadêmicos, retirando a hegemonia que a mídia e a literatura tinham desse fenômeno social da violência.

Edmundo Coelho (1978), abordou como os sujeitos sociais, nessas organizações Urbanas, formalizam a dita criminalidade. O autor, na primeira parte, selecionou tipologicamente o que se classificava de crimes: latrocínios, lesões corporais, furtos, etc. Dados quantitativos sobre sub-registros, do ano de 1978. A importância do método realizado na pesquisa do autor serviu para mostrar como essas taxas de crimes tinham um impacto sobre a sensação de medo no social:

A conceituação do que seja a marginalidade e a identificação da população marginal pode suscitar - e frequentemente suscita - sérias disputas entre os especialistas. Na verdade, a mera opção pelo termo *marginalidade* já sugere conotações teóricas, normativas ou ideológicas. Mas, independentemente das sutilezas semânticas, o referente empírico dos termos é geralmente o mesmo: a população marginal é aquela constituída pelos que se encontram em situação de desemprego, subemprego ou pobreza. A operacionalização destes termos está também sujeita a controvérsias. Por exemplo, existem faixas de pobreza, e os critérios para demarcação de seus limites não são consensuais, da mesma forma que não há muito acordo quanto ao número necessário de horas semanais de trabalho para que um indivíduo não seja considerado em situação de subemprego. A despeito destas dificuldades adicionais, o que parece certo é que quaisquer que sejam os indicadores utilizados, a correlação entre desemprego, subemprego e pobreza será alta (COELHO, 1978, p. 78).

Coelho (1978) nos atenta para a necessidade de não trabalharmos criminalidade e marginalidade como sinônimos conceituais. Nos centros urbanos, ambas acabam sendo vistas a luz da mesma direção. Tal equívoco ocorre, pelo fato da população tipificada como marginal está associada a um perfil (de pobreza, desemprego e subemprego), acabarem sendo um explicativo para criminalidade. Todos esses fatores, farão com que a pobreza seja associada a criminalidade e marginalidade. De acordo com Coelho (1978):

O que faz da marginalidade um fenômeno urbano é o número absoluto de marginais que vivem nas cidades. Embora não constituam proporção muito alta das populações urbanas, como é frequentemente o caso nas áreas rurais, os marginais urbanos formam massa crítica de grande magnitude. Para exemplificar apenas com o desemprego, taxas superiores a 3% representam um contingente de mais de um milhão de indivíduos no Brasil.' Além disso, a incidência do desemprego aberto não é o elemento de maior participação relativa na composição do contingente marginal. Admitindo-se que renda familiar abaixo de um salário mínimo mensal defina o nível de pobreza crítica, a média brasileira para centros urbanos com população acima de 50 mil habitantes pode estar em torno de 36,5%. Ao associarmos marginalidade a

tamanho urbano pode-se esperar que desemprego, subemprego e pobreza tenham comportamento diverso. (COELHO, 1978 p. 110)

O autor ressaltará que um criminoso, necessariamente não estará a margem. Tendo em vista que sujeitos de classes sociais elevadas que cometem delitos não são vistos como marginais. Emprega-se o conceito de ecologia, termo mais utilizado nas vertentes Norte-Americana, para tipificar os diferentes modelos de crimes que são realizados em certas estruturas sociais. Essa “ecologia urbana”, tem divisão diferenciada:

Os estudos de ecologia urbana estão entre os que mais avançaram no conhecimento da estrutura espacial interna das cidades, aí incluídos os padrões de distribuição residencial dos diversos grupos sócio-econômicos. Neste particular, tornou-se clássica a hipótese das *zonas concêntricas*, de Burgess, e a questão de sua generalidade serviu como estímulo para a análise ecológica de cidades dentro e fora dos Estados Unidos.<sup>1</sup> No que diz respeito às cidades americanas, os estudos revelaram uma acentuada regularidade nos padrões locais de residência das várias classes sócio-econômicas. Um dos seus aspectos é a concentração das camadas de renda mais baixa nas cidades centrais das áreas metropolitanas (quadro 6). Quando, todavia, se examina a localização residencial dos pobres acima do nível de subsistência, a concentração é menos acentuada, e a dispersão aumenta com os níveis de renda. Um segundo aspecto é a concentração da pobreza nas zonas centrais das cidades, o que especifica a tese da associação negativa entre centralidade e *status* sócio-econômico.<sup>2</sup> Estes dois aspectos, característicos da ecologia das cidades americanas, têm estado associados a mudanças no uso do solo urbano e ao movimento das populações de renda mais elevada em direção à periferia das cidades. A ecologia das cidades latino-americanas tem pouca semelhança com o padrão norte-americano, inclusive revertendo o sinal da associação entre centralidade e *status* sócio-econômico. As zonas centrais aparecem historicamente como locais de residência das classes mais altas, concentrando-se a pobreza na periferia urbana. Apesar de sua ocorrência freqüente, sobre tudo nos países latino-americanos de língua espanhola, este padrão é mais genérico e parece ser uma característica da ecologia das cidades *pré-industriais* do passado e do presente.<sup>3</sup> Neste sentido, algumas investigações procuram verificar a hipótese de que o padrão ecológico das cidades é função tanto do nível de desenvolvimento dos países quanto do tamanho das cidades, de tal forma que em nações em vias de desenvolvimento as cidades primárias tendem a se aproximar do padrão americano (COELHO, 1978, p.178).

Porém, uma das críticas ao conceito de “ecologia do crime” utilizado pelo autor, consiste no fato, desse conceito pressupor a distribuição do crime nos centros urbanos. Isso, quando não bem relativizado, levar-se-ia ao risco da “falácia ecológica”, que se dá no emprego de uma informação agregada sendo inferida sobre um grupo de indivíduo:

Quanto à *ecologia do crime*, é impressionante o número de investigações **que consistentemente indicam as zonas centrais das cidades norte-americanas** (principalmente a zona de transição adjacente ao centro de negócios) como as áreas que abrigam a maior parcela dos criminosos identificados pela polícia, a maior parcela de delinquentes e a maior incidência de crimes de todos os tipos.<sup>4</sup> Neste sentido, a distribuição espacial da pobreza dentro das cidades coincide sistematicamente com a da criminalidade. Na América Latina, um estudo da delinqüência na cidade de Córdoba, Argentina, revelou que a distribuição espacial das residências dos delinquentes coincide com a das residências das camadas mais pobres

da população: ambas convergem para as áreas mais deterioradas da cidade.” (COELHO, 1978, p.37).

Partindo de certa etnologia do crime, o autor constatou a existência de mecanismos e processos sociais que construiu algumas categorias como criminosos. Existem crimes de colarinho branco que são análogos aos de ruas, mas por serem cometidos por pessoas de status sociais elevados, não são vistos como o mesmo tipo social de indivíduos de classes inferiores. Pessoas com lugares sociais diferentes. Segundo Coelho (1978):

Apesar de tudo isso, a etiologia do crime continua ocupando o centro da literatura especializada. Por que os criminosos são como são? Por que não procedem como pessoas *normais*? O que há de errado com eles? E ao fazerem tais perguntas, os estudiosos do tema aceitam a premissa de que há algo qualitativamente diferente nos atos que violam a lei, ou as pessoas que os cometem. Mas as questões que realmente interessam, e que vão ao cerne do problema, raramente ocorrem aos especialistas. Por que um mesmo comportamento pode ser uma infração quando cometido por certas classes de pessoas, mas não quando cometido por outras? Quais são os mecanismos e processos sociais pelos quais certos comportamentos são considerados criminosos no sentido legal, mas não outros? (COELHO, 1978 p.45).

Essa associação entre criminalidade e marginalidade, trata-se de um processo de criminalização do pobre e também da pobreza. Essa prática tem todo um papel político e social de controle dessas populações mais pobres, consideradas “classes perigosas”. A importância do trabalho de Edmundo Coelho, consiste em problematizar a errônea relação que é feita entre pobreza e criminalidade, o autor desconstruirá tal argumento.

Alba Zaluar, com sua obra “A Máquina e a Revolta”(1985), foi importante por cristalizar no campo acadêmico, uma literatura que suscitará os motivos da adesão que alguns jovens da Favela utilizam como válidos para ingressarem no crime. A autora foi uma das primeiras a abordar esse debate, valendo-se de sua etnografia realizada com jovens da Cidade de Deus, no Rio de Janeiro no início da década de 1980.

No início, Zaluar (1985) pretendia estudar as relações de trabalho em classes populares no Conjunto Habitacional da Cidade de Deus, na Zona Oeste Carioca. Mas ao longo de sua pesquisa, percebeu o tráfico de drogas nas relações sociais dentro daquele contexto, o que, em certa forma, a impulsionou a ingressar no campo que deu origem à obra: “A Máquina e a Revolta”.

Ninguém é bandido porque quer" é uma frase que nos traz para o terreno das determinações, das explicações objetivistas. E elas são múltiplas. Apontam para a falta de assistência do governo, a pobreza cada vez maior entre as famílias de trabalhadores, a polícia corrompida, as atrações e facilidades do tráfico, o exemplo e sedução dos bandidos da vizinhança, a revolta que os métodos violentos provocam (ZALUAR,1985, p. 151-153).

Para tratar do aspecto multidimensional da criminalidade, a autora divide duas categorias: bandidos e trabalhadores. A noção de bandido como alguém que assistia a comunidade, por falta da presença Estatal, não tem sustentabilidade para Zaluar. Os limites de agência desses grupos, subordina-se a normativas cumpridas para seguir um conjunto de regras de tais territórios, estabelecido através de códigos de éticas morais específicos. Para ela, eles não são líderes e nem heróis:

A identidade de trabalhador constrói-se em parte por oposição a bandidos e vagabundos que não trabalham. Mas, se o trabalho é um critério fundamental de diferenciação entre tais categorias, isso não quer dizer que a oposição entre eles seja rígida e absoluta, ou que exista, no plano das relações sociais, uma segregação claramente demarcada, separando-os completamente. Ao contrário, as relações entre bandidos e trabalhadores mostram-se muito mais complexas e ambíguas, tanto no plano das representações que a atividade criminosa tem para os trabalhadores, como no plano das práticas efetivamente desenvolvidas entre eles (ZALUAR, 1985; p.47).

O esforço do texto é compreender através do discurso dos trabalhadores, os valores morais que estes atribuem à criminalidade: o bandido desarmado é mais bem aceitável que o que armado, ou seja, quanto maior for o nível de letalidade promovida pelo bandido, mas reprovado este seria pelos moradores. A característica condenável útil é a condição e disposição para matar.

É importante ressaltar, que o adjetivo trabalhador é uma categoria nativa na Favela, é o sujeito que não está no mundo do crime. Para Zaluar (1985) os aspectos que unem bandidos e trabalhadores é a defesa do Território. E essa coesão (brigas entre quadrilhas) deriva-se de uma cultura viril- uma extensão do narcisismo masculino- Ethos de masculinidade. Essa ideia, compartilharia com a teoria de Luis Eduardo Soares (2000) da “invisibilidade social”, do jovem negro que não é percebido socialmente, então como contrapartida, passará a ser visto socialmente através do medo, quando opta pelo uso da arma.

Soares (2000), está dialogando com Alba Zaluar, quando pressupõe que o jovem está inserido no universo social, mas ancorado pela invisibilidade e insignificância social de sua vida. Ele aderirá ao tráfico de drogas, objetivando uma maneira de conquistar o poder seja status social ou econômico está relacionado a questão da auto-estima.

Para a autora, na Favela, os trabalhadores sentem-se superiores aos bandidos, apesar das trajetórias serem diferenciadas. Ao analisar os discursos dos bandidos, aparecerá com certa hegemonia elementos de consumo e virilidade. O foco da mesma é perceber que eles acionam mais questões viris e consumistas do que sobre desigualdades sociais.

Machado Silva vem discutindo a ideia de “Sociabilidade Violenta”, problematizará em que contexto essa modalidade de ordenamento social se aplicará. O autor acaba fazendo a dualidade entre as ordens da legalidade e da ilegalidade, para tentar compreender que este fenômeno é muito mais complexo do que um simples problema de polícia:

Analisada em seus conteúdos de sentido mais essenciais, a representação da violência urbana seleciona e indica um complexo de práticas que são consideradas ameaças a duas condições básicas do sentimento de segurança existencial que costuma acompanhar a vida cotidiana rotineira – integridade física e garantia patrimonial. Ela aponta para o crime comum, mas o foco de atenção é a força nele encrustada, a qual é definida como responsável pelo rompimento da “normalidade” das rotinas cotidianas, isto é, de seu caráter cognitivo e axiologicamente não-problemático e moralmente lícito. Esta é a razão pela qual violência urbana não é simples sinônimo de crime comum nem de violência em geral. Trata-se, portanto, de uma construção simbólica que destaca e recorta aspectos das relações sociais que os agentes consideram relevantes, em função dos quais constroem o sentido e orientam suas ações. Desta perspectiva, possui um significado instrumental e cognitivo, na medida em que representa, de maneira percebida como objetivamente adequada a determinadas situações, regularidades de fato relacionadas aos interesses dos agentes nestes contextos. Mas, como toda representação, a violência urbana é mais do que uma simples descrição neutra. No mesmo movimento em que identifica relações de fato, aponta aos agentes modelos mais ou menos obrigatórios de conduta, contendo, portanto, uma dimensão prático normativa institucionalizada que deve ser considerada.<sup>6</sup> Conjugando estes dois aspectos, uma vez constituída como representação, a violência urbana é um “mapa” que apresenta aos atores um complexo de relações de fato e cursos de ação obrigatórios – expressão simbólica de uma ordem Social (MACHADO,1999 p.118).

A questão da "Sociabilidade Violenta" (MACHADO, 2008) não se esgota em um conflito entre classes, pois as “classes perigosas” (bandidos), também são uma ameaça aos pobres. Nota-se uma certa influência Durkheimiana no autor, pois a violência por ele é vista como patologia ou desvio. Para Machado (1999) ocorre uma nova forma de sociabilidade: que é a desconcentração da violência física, que se desconectará do monopólio do Estado, e passará para o tráfico de drogas, por isso é ilegítima:

Em primeiro lugar, é pertinente propor, ao menos como hipótese de trabalho, que, como categoria de entendimento e referência para modelos de conduta, a violência urbana está no centro de uma formação discursiva que expressa uma forma de vida constituída pelo uso da força como princípio organizador das relações sociais. Ou seja, a representação da violência urbana capta, simbolicamente, um âmbito da vida cotidiana em que ocorre a universalização da força como fundamento de um complexo orgânico de práticas que suspende – sem, entretanto, cancelá-la ou substituí-la integralmente – a tendência à monopolização da violência pelo Estado, generalizando e “desconcentrando” seu uso legitimado. Assim, esta representação pode ser considerada a chave para a compreensão sociológica de um complexo de práticas sociais que não são coerentes com as rotinas cotidianas estatalmente organizadas, mas que, tampouco, podem ou devem ser evitadas ou negadas (MACHADO, 1999, p. 43).

De acordo com o autor, a Violência Urbana, é uma representação social, pensando no que é força letal. Está encarnada em um rompimento das rotinas. A violência Urbana é uma

construção simbólica, por isso é um objeto e não um conceito. E a Sociabilidade Violenta é a manutenção e a ordem que manifesta-se através da violência física. Essa distinção entre a representação simbólica dessa violência é um fator fundamental para Machado (1999).

O ator social, nesse caso, o traficante como portador da violência urbana, se enquadrará nesse escopo metodológico, pois é portador da violência urbana, pois suas atividades ilícitas são mais estáveis e duradouras que outras atividades de crime. Ele utiliza a submissão através da força. Então, dentro dessa ordem social, o traficante torna-se o ator. Quando Machado (1999) apresenta o conceito de “sociabilidade violenta” está falando do traficante, ele é que é o portador da violência urbana, fazendo com que os outros sujeitos sociais deixem de ter segurança, reorganizando as condutas.

Tendo em vista que a Sociabilidade Violenta é uma situação limite. Configura-se como um conjunto de indivíduos, nem um referencial nítido referente a valores, mas sim, operando através de um etos militar (manter-se vivo). Neste tipo de situações, a relação com a alteridade passa a ser de subjugação e indiferença. Este conjunto de relações explicam a gramática da violência urbana na Favela:

[...]embora a violência urbana seja uma característica geral da configuração social das cidades brasileiras que abrange, portanto, todo o seu território, é mais ou menos consensual que ela afeta mais direta e profundamente as áreas desfavorecidas, especialmente as favelas, provavelmente devido à forma urbana típica desses locais, em geral muito densos e com traçado viário precário, dificultando o acesso de quem não está familiarizado com eles e, portanto, favorecendo o controle pelos agentes que lograrem estabelecer-se neles. Os moradores destas áreas estão, mais diretamente submetidos à violência urbana e, portanto, merecem um comentário especial[...] A sociabilidade violenta, levando nestes locais o risco pessoal ao paroxismo, gera medo nos agentes sociais que continuam a se constituir de forma tal que não estão preparados para “abandonar-se” à violência como princípio (é por isto que eles constituem o estrato dominado). A conhecida “lei do silêncio” parece ser mais perniciosa do que normalmente se imagina: não se trata apenas do fechamento para os “de fora” das populações mais diretamente afetadas pela sociabilidade violenta, mas da incomunicabilidade entre seus próprios membros produzida pelo medo e pela desconfiança. Esta talvez seja a consequência mais perversa da implantação da sociabilidade (MACHADO, 2008, p. 46).

Para Machado (2008), a Sociabilidade Violenta é uma construção social. O indivíduo não nasce com esta, mas o contexto vai introjetar isto nele. Como já mencionado, há um certo determinismo Durkheimiano nesse ponto de vista do autor. A sociabilidade não é só um indivíduo, tem que ser uma ordem social:

Como toda a população urbana, eles articulam suas práticas segundo uma dupla inserção, como participantes da ordem estatal e, paralelamente, da sociabilidade violenta. Quanto à primeira, eles têm se organizado em torno de variados projetos, individuais e coletivos, com diferentes graus de adesão. Pode-se dizer, assim, que estão ativamente engajados no entendimento de sua própria situação, independente da direção das práticas que este entendimento indica (as quais, como sabemos, variam

muito no tempo e no espaço). Neste sentido, mesmo nos momentos mais autoritários de funcionamento do controle estatal sobre a organização de suas condutas, tem havido espaço para o desenvolvimento de uma capacidade autônoma de formas de ação visando à obtenção de seus interesses. Mas quanto à adesão à sociabilidade violenta, ela se caracteriza antes como submissão que como subordinação, na medida em que este último termo implique a existência, em algum grau, da formação de condutas autônomas (MACHADO, 2008, p. 54).

É importante elucidarmos que Machado foi o primeiro pensador a chamar atenção ao fato da violência urbana ser uma representação social. E o autor vai focar a sua análise nessa representação. Ao contrário de Misse (1999), que pesquisou os processos de acumulação social desse imaginário. Apesar do autor usar o traficante, teremos outros atores sociais protagonistas de sociabilidades violentas. A abordagem de Machado, é mais restrita a esse nível de sociabilidade em um único grupo, porém, Michel Misse, tentou organizar essas características.

Na obra “República dos Meninos”, Diogo Lira, mostrou que os meninos “do tráfico” tem valores subjetivos que explicam sua adesão ao mundo do crime; não operam só por valores de armas.

Desenvolvendo trabalhos emblemáticos nos últimos quarenta anos, Michel Misse vem trazendo algumas contribuições conceituais para a literatura sociológica, tais como: a “acumulação social da violência” e a “sujeição criminal”. Na Tese “Malandro, Marginais e Vagabundos & a Acumulação Social da Violência no Rio de Janeiro.” De acordo com Michel Misse (2002):

A violência parece um processo social que exige acumulação histórica, embora o desenvolvimento de mercados ilícitos de <<vícios>> possa ser importante ou até mesmo central nessa acumulação originária em seus estudos superiores(...)a complexa interligação entre mercado informal clandestino de drogas a varejo e a percepção social de um aumento de violência geral(...) passa por uma específica acumulação social da violência, cujos contornos exigem uma conotação histórica (MISSE, 2002, p. 17).

Segundo o autor, o marginal não carrega as características do malandro: o marginal utiliza a arma, abdica da violência das mãos, ele é um sujeito social de outro contexto, com outras características, propriamente letais. O malandro vai fugir do conflito, tendo como oponente o otário. É importante observar que esses grupos sociais vão sendo construídos ao longo dos diferentes contextos históricos. O malandro não é um produto da Favela, antes delas se formarem, ele já existia.

É importante observar que o marginal e o bandido têm resquícios de um “Fantasma Social”, que transforma-se em um perigo, que obtêm a arma de fogo, como um componente desse fantasma social. Analisando contextualmente esses níveis de sociabilidades articuladas a

letalidade, podemos constatar a existência de um novo “Fantasma Social: as diversas modalidades de grupos de milícias disseminados nas zonas periféricas da cidade.

De acordo com Misse (1999), a Sujeição Criminal não é algo arbitrário, não atribui um valor negativo qualquer só no código penal. Nestes casos, ao adjetivar o bandido, estarei colocando o mesmo numa posição onde este não tem mais como negociar sua identidade. Misse (1999) procurou romper um pouco com a categoria estigma (que é apenas acusador). O autor buscou compreender como o rótulo é introjetado por parte da subjetividade da pessoa (sujeição criminal). A relação da sociedade com o bandido não é só estigma, também será na teia do conflito. O autor, buscou mapear a forma com que se institui este processo de criminalização preventiva:

O que tenho chamado, em meus trabalhos, de “acumulação social da violência” refere-se a um processo social que já dura cerca de meio século aproximadamente. Ele pode ser historicamente delimitado, até agora, entre os anos 1950 e os dias atuais. Esse processo ocorre na cidade do Rio de Janeiro e em sua área de influência imediata – a região metropolitana do Rio – mas pode, em alguns momentos, alcançar outras cidades do estado, algumas capitais de outros estados e outras cidades brasileiras, como já aconteceu, adquirindo potencialmente abrangência nacional. Embora apresente semelhanças com o caso do Rio de Janeiro, define-se sempre por compartilhar com o Rio algumas dimensões comuns, cujo desenvolvimento local particulariza-se em suas diferenças(...)O que chamo de “acumulação social” designa um complexo de fatores, uma síndrome, que envolve circularidade causal acumulativa (MYRDAL, 1961). Isolar esses fatores não é tarefa fácil, pois eles se enroscam cumulativamente e qualquer tentativa de separá-los analiticamente conduz, às vezes, a resultados superficiais ou tautológicos. Para lidar com essa dificuldade, precisei propor conceitos que reúnem diferentes contribuições teóricas, mesclando-as com o material empírico encontrado. Assim, por exemplo, como é muito comum no Brasil que a lei não seja seguida em certos e variados casos, e como seus contextos produzem às vezes formas que padronizam práticas extra-legais relativamente legítimas, não faz sentido encerrar a construção social do crime apenas no processo de criminalização, aceitando seus termos codificados pelo direito positivo vigente. É preciso ir além e reconhecer as formas concretas pelas quais as práticas e suas representações sociais combinam, em cada caso, processos de acusação e justificação, criminalização e des-criminalização, incriminação e discriminação que, fora ou dentro do Estado, mantêm-se relativamente autônomos frente à lei codificada e em permanente tensão com ela.”(MISSE, 2008, p. 77).

Para Misse (2008), a acumulação social da violência é um processo social. Atualmente, a violência é utilizada como uma acusação social, entretanto, se formos a gênese dessa manifestação letal, podemos concluir que nos anos 1950 o Esquadrão da Morte, protagonizou o início da acumulação violenta na Cidade do Rio de Janeiro. Nesses casos, a sujeição criminal deu legitimidade a tais extermínios, dando aval para a polícia matar, pois os indivíduos considerados traficantes, eram portadores da sujeição criminal. A acusação da criminalidade a determinadas pessoas - os traficantes, que são vistos como fantasmas sociais - é feita a partir de uma interação social. O bandido é um sujeito social, construído pela imprensa, polícia, moral,

por uma gama de instituições e atores, isto sempre levando em conta a “territorialização” dessa sujeição criminal. O crime é construído no plano da moralidade, na ruptura da normalidade, o sujeito que rompe a ordem normativa será visto como o criminoso:

Quando a incriminação se antecipa à criminalização (e mesmo à criminalização) de forma regular e extra-legal, isto é, quando se passa diretamente da acusação à incriminação, mesmo sem que qualquer evento tenha sido “criminado”, isto é, interpretado como crime, temos então que o foco se desloca do evento para o sujeito e do crime para o virtual criminoso. Essa passagem, que Foucault interpretou como derivada da passagem da lei para a norma (FOUCAULT, 1977), cria a possibilidade de que um sujeito torne-se identificado com o “crime em geral”, e que ele (e suas extensões como tipo social) torne-se assujeitado ao “crime” que ainda não ocorreu. As chamadas “leis de contravenção penal” são exemplos de incriminações antecipatórias de condutas que, supostamente, podem levar ao crime. No Brasil, a prevalência extra-legal desse processo é generalizada. Não se trata de uma exceção, mas de uma regra. Para distinguir esse processo social de um processo de incriminação racional-legal, chamo-o de “sujeição criminal”. Nele, primeiramente, busca-se o sujeito de um crime que ainda não aconteceu. Se o crime já aconteceu e se esse sujeito já foi incriminado antes, por outro crime, ele se torna um “sujeito propenso ao crime”, um suspeito potencial. Se suas características sociais podem ser generalizadas a outros sujeitos como ele, cria-se um “tipo social” estigmatizado. Mas a sujeição criminal é mais que o estigma, pois não se refere apenas aos rótulos, à identidade social desacreditada, à incorporação de papéis e de carreiras pelo criminoso (como na “criminalização secundária” de Lemert). Ela realiza a fusão plena do evento com seu autor, ainda que esse evento seja apenas potencial e que efetivamente não tenha se realizado. É todo um processo de subjetivação que segue seu curso nessa internalização do crime no sujeito que o suporta e que o carregará como a um “espírito” que lhe tomou o corpo e a alma. Não é à toa que, no Brasil, a chamada “ressocialização” de sujeitos criminais se faça predominantemente via conversão religiosa.”(MISSE, 2008 p. 79).

Outra diferenciação que o autor faz é na perenidade dessa acusação. Os rótulos (o policial, o drogado, o favelado) podem ser retirados, já a sujeição criminal não sai do indivíduo, ela estará ligada ao sujeito. Essa ligação não é necessariamente vinculada ao território, mas esse pode interferir. É preciso observar que o indivíduo da sujeição criminal é um personagem que se assujeita, e esta sujeição é uma formação de subjetividade, e será um processo que vai construir a auto-imagem do bandido, até que o próprio reconheça-se como tal.

Na obra “Autos de Resistência: uma análise dos Homicídios cometidos por policiais na Cidade do Rio de Janeiro (2001-2011),” Misse (2007) faz minuciosa análise dos autos de Resistências ocorridos na primeira década do Século XXI, na cidade do Rio de Janeiro. Tendo como base, os dados oficiais do Instituto de Segurança Pública (ISP- SSP- RJ). Concluindo que neste período mais de 10 mil pessoas foram mortas em conflito com a polícia no Estado do Rio de Janeiro. Esses homicídios foram registrados como auto de resistência. Isto mostra como a Instituição (Estado) produz todo esse processo de criminalização. Essa representação social que é reforçada pela mídia, e os diversos outros setores da sociedade civil leva a sociedade a

acreditar que a única solução viável para os que acreditam ser a resolução desses conflitos seria o extermínio desses grupos sociais.

O principal fator que opera no imaginário social para legitimar as operações policiais em Favelas, onde as mesmas visem o confronto e eliminação de jovens, consiste na aposta feita através de toda essa Metáfora (LEITE,2014) belicista que faz com que o dito “cidadão de bem” optem pela “legalidade”. Sendo o “bandido”, identificado com a desordem moral e conflituosa, e a sua exterminação por parte de agentes do Estado, torna-se legítima.

Antônio Rafael (2001) faz uma apresentação do que seria o tráfico de drogas, no seu livro intitulado: “Um abraço para todos os amigos”, no trabalho “O baile e a prisão” e em “As armas do crime: reflexões sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro”. Essas fontes serão de total importância para a compreensão da organização e interação desses atores sociais na sociabilidade da cidade. Suas produções são mais recentes. Ele também trabalha o conceito de Biopolítica na obra “Biopolítica, sistema penitenciário e tráfico de drogas no Rio de Janeiro”.

No seu trabalho “As armas do crime: reflexões sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro”, o autor, trabalha muito a noção da amizade, como um elemento fundamental na dinâmica do tráfico de drogas, pois a hierarquia ali, está subordinada as alianças estabelecidas pelos membros inseridos nestes grupos:

O crime, entretanto, não se reduz a formação de bando do ponto de vista de sua realização concreta ou institucional. Devemos dizer, antes, que o tráfico, assim como as demais atividades criminosas (as armas do crime – segundo uma antiga gíria), se vê atravessado por um “devir-bando”. Uma afecção que une alguns indivíduos, dando existência a esta formação, durante algum tempo. Afinal, vemos o tempo todo o aparecimento e o desaparecimento dos bandos – chamados à existência e à dissolução por “fatores ecológicos”, igualmente, se entendermos por essa expressão uma composição política e econômica que permite “interagir” (afetar e ser afetado) com o meio circundante (produzindo o próprio meio “circundante” enquanto “meio de circulação”) quando do cumprimento de certas atividades. Para o caso do tráfico, podemos citar como exemplo os grupos de soldados que cobrem o território a pé, circulando em fila pelos becos e vielas das favelas e morros, ou em velocidade sobre motos ou automóveis. Podemos aludir aos bondes do tráfico que fazem suas blitz nas vias públicas para roubar carros e motoristas ou que saem das favelas para roubar bancos. Podemos mencionar os grupos presentes nas guerras geradas pela invasão de territórios ou os que se formam dentro das cadeias, como já disse (BARBOSA, 2002, p.128-129).

Barbosa (2002) explorou o papel da mídia e do senso comum no trabalho de construção social da imagem do traficante. Tal configuração, não permite enxergar as relações organizadas entre crime e Estado. Tal visão, acaba ontologizando o tráfico de drogas, fixando essas categorias de forma estanque. De alguma maneira, o tráfico de drogas, aplica esse mesmo imaginário: a ideia do Estado. Pensando na ideia do poder do estado e na sua própria legitimidade. Não é um crime organizado, mas uma organização de crime. Não explica a

criminalidade para não criminalizar a pobreza, então a ideia, que trata-se de um complemento e não crime organizado, nas para o traficante existe uma interiorização, em um espaço ausente de Estado, o tráfico acaba sendo uma atividade complementar:

Ainda devemos assinalar que se a formação de bando se realiza de maneira intermitente é porque o tráfico possui ainda dois outros componentes ou possibilidades de realização. Componentes ou vetores estes que irão conferir a tal atividade o seu aspecto de “organização” (fornecendo o encaixe, como mencionei anteriormente, para os discursos sobre o “crime organizado”). O tráfico possui sua “forma-Estado”,<sup>11</sup> o que é percebido nos sobrecódigos (a “lei” do tráfico) que afetam significativamente a vida comunitária e em sua disciplina interna, em suas hierarquias, em seu controle territorial. E tais características, tais formas de interioridade são, fundamentalmente, aprendidas no lugar onde se está mais dentro do Estado: numa prisão. (O Comando Vermelho, em razão da sua origem é o que tem, em relação às demais facções, este aspecto mais desenvolvido).<sup>12</sup> O tráfico possui também um caráter empresarial. A firma - assim é chamado o grupo de traficantes (por eles próprios) em nível local. Nesse caso, em morros com grande movimento de vendas, vamos encontrar realmente algo que se aproxima do modelo empresarial: vendedores (vapores); gerentes; contadores; aqueles que se encarregam de aplicar o dinheiro; abastecedores (de drogas, de armas e munição); plantel de médicos a disposição; seguros de saúde; escalas de trabalho; salários fixos etc. O tráfico aparece, assim, como um bom empregador, no ambiente circundante de miséria e pouca oferta de postos de emprego (as falas comuns assinalam esta percepção: “trabalhar para o tráfico”). E o lucro, como nas demais empresas (embora em algumas delas seus gestores não digam isto abertamente), torna-se o objetivo máximo a ser alcançado, o fundamento da ética que vigora no meio e que é transmitida às novas gerações (BARBOSA, 2006).

Esse agenciamento é territorial, pois existem diferenças no tráfico, na administração. Isso quebra a ideia de que existe um padrão a ser seguido, então, não é organizado. É uma organização do crime, e não crime organizado, essas dimensões vão marcar o funcionamento dos grupos. Esse modo operandi marcará a estrutura organizacional do tráfico.

O artigo, “O baile e a prisão” é posterior ao trabalhado acima, também de 2006, com a mesma teorização sobre o tráfico de drogas. Partindo da convergência das facções, fazendo uma reflexão a partir do baile e da prisão. Entendendo que os chamados “comandos” configuram-se como conjuntos de alianças que controlam grupos locais. Não há um supremo líder, chefes são os donos daqueles morros, mas que partilham com o comando.

Tanto a prisão como o baile, são locais de encontros que reforçam a aliança entre esses grupos (comandos). Pensar esses lugares (prisão e baile) como espaço e tempo onde ocorrem as alianças. O baile além da estratégia de aliança, também é o local que movimenta a economia de diferentes setores da Favela.

Em sua obra “Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro”, Cano (1997), realizou uma pesquisa pelo Instituto dos Estudos da Religião nos anos de 1996 e 1997, a pedido da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro; o autor tipificou de forma elucidativa o que vem a ser Letalidade Violenta, tendo como seus constituintes: o Homicídio

Doloso, Latrocínio e Auto de Resistência. A Letalidade Policial deriva por conta desse errôneo entendimento sobre Segurança Pública, que aposta na ideia de combate a questão social, como a “guerra as drogas”. O alarde feito por matérias publicadas por jornalistas do Jornal do Brasil, em fins de 1996, sobre homicídios decorrentes em confronto policiais, impactou a produção de análise desses dados, e despertou o interesse de outros agentes sociais, inclusive, muitos cientistas sociais, sobre a questão. A própria imprensa (citada acima), fez essa pesquisa nos poletins da Polícia Civil, e ficou impactada com o crescimento dos autos de resistência (nomenclatura oficial dada pela própria Instituição policial para designar os homicídios procedentes de operações policiais naquela época). Alarmados por esses dados, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio decidiu pedir um estudo sobre esses fatos.

O objetivo do autor foi calcular através de dados quantitativos o número de civis mortos em operações policiais no Rio de Janeiro. Ele acompanhou a distribuição dessa letalidade para detectar se o aumento dos homicídios decorrente de intervenção policial por conta do estado aumentou ou diminuiu, considerando o contexto onde se deu essas mortes e o perfil social das vítimas atingidas por essa violência.

O autor mostrou como a democracia brasileira funciona através de paradoxos, pois embutidos na Ideologia de “Guerra as Drogas”, alimentada pela crença de que nossa sociedade está mergulhada na lógica da “Metáfora da Guerra”(LEITE, 2014), o Estado, passa a operar com a dimensão que aposta na crença de que o criminoso, é um não cidadão, e negando-se a cidadania às classes vistas como portadoras de uma “Sujeição Criminal” (MISSE, 2008), permite-se uma série de violações de direitos desses sujeitos, inclusive o direito à vida, o auto de resistência vem consolidar isso.

Levando em conta as análises suscitadas por esse problema estrutural, Ignácio Cano (2012), contradiz com alguns autores acerca da questão sobre o "Genocídio da Juventude Negra". Para ele, tecnicamente, o termo “Genocídio” não se aplicaria, pois as vítimas dessa violência estariam nas periferias, o recorte então seria por classe. O autor evidencia, que o uso letal, utilizado excessivamente, por parte dos agentes da lei, deve-se, entre outros motivos, pelo alto despreparo da polícia em lidar com situações de riscos.

## 2 AS PIETÁS MODERNAS: O SOFRIMENTO DAS MÃES SOCIALMENTE REDUZIDAS A “FÁBRICAS DE MARGINAIS

### 2.1 Incursões etnográficas: Apresentação do campo

O presente estudo de caso foi realizado, no Morro Santo Rodrigues, mais conhecido como Morro de São Carlos, e no Morro Fallet/ Fogueteiro, ambos localizados na área central do Município do Rio de Janeiro. Este trabalho teve como base entrevistas semi-estruturadas e relatos de mães de vítimas de violência policial, que perderam seus filhos em decorrência de operações policiais. Nos casos de campo ao qual me ateno, busquei trabalhar com mães de “traficantes” que não se distanciavam de tal estigma.

É válido fazer as devidas descrições do meu acesso ao campo, devido a desconfiança e descrédito das mães em relação as minhas intenções enquanto pesquisador. Para mulheres que foram e são violadas institucionalmente e moralmente pelos agentes da lei, mas também por grande parte das camadas sociais, em um primeiro momento, souo como estranho o meu interesse na temática e em relação as suas vidas. De acordo com a definição de Geertz (1989):

O conceito de Cultura que eu defendo, e cujas utilidades os ensaios abaixo tentam demonstrar, é essencialmente simiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a Cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma Ciência experimental, em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais enigmáticas na sua superfície. Todavia, essa afirmativa, uma doutrina numa clausura, requer por si mesma uma explicação (...) em antropologia ou, de qualquer forma, o que os praticantes fazem é a Etnografia. E é justamente ao compreender o que é a etnografia, ou mais exatamente, o que é a prática etnográfica, é que se pode começar a entender o que representa a análise antropológica como forma de conhecimento. Devemos frisar, no entanto, que essa não é uma questão de métodos. Segundo a opinião dos livros-textos, praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante, mas não são só essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma “descrição densa”, tomando emprestada uma descrição de Gilbert Ryle (GEERTZ, 1989, p.13 15).

De acordo com Geertz (1989) a Antropologia é uma ciência interpretativa buscando o significado das ações. Para ele, a Cultura é uma “teia” de significados. Nesse sentido a “descrição densa” deve considerar o contexto das relações sociais ao qual o antropólogo se debruça. Neste sentido, notamos a Cultura como uma ciência interpretativa que vai buscar o significado das ações sociais. O Antropólogo olha através do nativo (GEERTZ,1989), tendo

que apreender o código Cultural no trabalho de campo, e considerando que o mesmo apreende o código, no sentido de interpretá-lo.

Como o autor está pensando a Cultura como um sistema simbólico, é preciso olhar no interior das relações e interações ali estabelecidas. Ao observar a construção desses discursos sociais, a vida ganha dimensões significativas através da elaboração desses sistemas simbólicos. Esses arranjos, que são códigos, formarão uma “teia” de significados, e ganham sentido para os indivíduos que estão dentro desses códigos.

Portanto, a compreensão da representação social das mães que perderam seus filhos em operações policiais, terá certo significado para as pessoas que estão compartilhando e socializando os códigos dessas culturas, nesses casos os territórios ao qual estas estão submetidas. Mas o condicionante moral de sua dor, tem um significado que pode ser traduzido em determinados contextos, porém, este poderá ter novos significados e sentidos em outros lugares do espaço urbano. A leitura desse lugar moral, ao qual se insere essas mães, não é algo aberto aos atores sociais que estão fora dessa interação.

A escolha do tema advém da indagação que sempre fiz, não somente enquanto pesquisador, mas desde minha adolescência, a respeito da manifestação ou representação social que muitas mães de traficantes acionavam quando tinham seus filhos (também adolescentes, jovens da mesma faixa etária que a minha) “abatidos” em resultado do “confronto” com os policiais.

Conviver no mesmo ambiente hostil em que residiam as minhas interlocutoras, trouxe uma certa intimidade com as nuances belicosas existentes no local. O fato de eu morar, ser “cria” do São Carlos, tendo minha família migrado para o Morro desde 1994, fez com que eu encontrasse alguns familiares, cuja biografia fosse atravessada por esses infortúnios, no entanto, isto não significou facilidade para conseguir a adesão de entrevistadas.

Em um primeiro momento, estabeleci alguns contatos informais com Lúcia, que frequentava o mesmo culto evangélico da igreja onde meu tio é pastor, e minha mãe congrega. Lúcia conhece minha família há longos anos, chamada de tia Lu. Entretanto, quando apresentei o meu interesse em sua saga, e na biografia de seu filho, e no desfecho trágico de sua história, diferente das outras mães, ela aceitou de primeira, e com certo entusiasmo ao meu pedido. Devido a sua intermediação, pude chegar ao contato de outras duas mães do São Carlos.

Depois, Lúcia foi aos poucos me apresentou a duas outras mães: Jéssica e Marly. A segunda, em um dos contatos estabelecidos, teve que ausentar-se por ter adoecido, internando-se em seguida. Porém, a mesma convidou-me a fazer visitas no Hospital. Este fato foi facilitado pela aproximação e intermediação feita por Lúcia. O meu contato com outra mãe, Antônia,

moradora do Morro Fallet, foi intermediado por uma amiga de infância. Devido essa proximidade com minha antiga colega, esta mãe se mostrou menos receosa em participar da pesquisa, relatando não só os aspectos da vida de seu filho, mas o de toda a família. Esta entrevistada me convidou a participar de reuniões familiares, inclusive solicitando que eu a acompanhasse na escola de seus filhos.

Daí em diante, fui percebendo que a única forma dessa barreira ser quebrada, entre pesquisador e interlocutor, era ao vencer o abismo da ocasionalidade. Passei a ter uma participação mais efetiva no cotidiano dessas mulheres, tais como: festas de aniversários, visitas à hospitais, orientações quanto a matrículas de filhos e netos em escolas, como conselhos mútuos entre fenômenos circunstanciais do dia a dia entre elas e eu. Depois de demarcados os vínculos de confiança, o campo se apresentou de maneira mais decifrável, fazendo com que eu habitasse aqueles sujeitos inseridos em seus respectivos contextos sociais.

Muitas mães desistiam de participar das minhas entrevistas, apesar de eu não me apresentar como uma figura a parte e alheia ao espaço social em questão, tendo em vista, que desenvolvo projetos sociais em Educação Popular (Sendo coordenador e Professor de um Pré Vestibular Social No Morro do São Carlos na época). Depois de ter conseguido estabelecer um vínculo de confiança com a primeira entrevistada, comecei a perceber que eu só conseguia obter êxito em minhas investidas antropológicas, quando a primeira Mãe, que aqui chamarei de Lúcia, começou a contar de sua experiência com a minha entrevista, o que possibilitou o acesso a outras mães

A incursão Antropológica ao campo acompanhando as Mulheres (mães), necessitou ser realizada paralelamente as entrevistas. Por todas as dificuldades e nuances levantadas no início deste trabalho, fui percebendo que muitas vezes, a tentativa de entrevista por meio de roteiro semi-estruturado fazia com que algumas mães em questão se desconectasse do contexto. Por outro lado, a permanência por um período em campo foi significativa: iniciando-se no segundo semestre de 2018 e concluindo-se em fins de 2019.

Um dos momentos mais determinantes para o campo foi quando Antônia, após relatar os episódios que desfecharam com a trágica morte de seu primogênito, narrou a perseguição e tortura ao qual foram submetidos seus outros filhos, na época adolescentes. Um deles, após apanhar, foi colocado em um buraco, ao qual ficou durante horas. Este, no período da pesquisa, tinha aderido e “evadido” por diversas vezes do tráfico. Antônia mencionou as vezes que tentou retirá-lo. Ela acreditava que o regresso do mesmo aos estudos e ao mercado de trabalho formal o afastaria do “crime.” Atendendo de prontidão a seu pedido, coloquei-me a disposição, dirigindo-me com a mesma a SEEDUC (Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro).

De acordo com Antônia, o retorno aos estudos seria a única possibilidade de ascensão moral e também, uma das únicas possibilidades do filho vir a resgatar “sua dignidade”, tendo um futuro melhor. Essa visão do sistema escolar como “redentor” da sociedade funciona como algo que promoveria certa cidadania a esses jovens. Muitas das vezes a inserção dos mesmos ao sistema escolar (desde da permanência, ou retorno ao mesmo na modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos) pode também ser percebida por alguns autores como um dispositivo que está sempre caracterizando a juventude das Favelas como atores sociais como sujeitos que estão sempre oscilando no campo do “risco” ou do “perigo” (SPOSITO; CARRANO, 2003).

É importante mencionar a importância que essas duas mulheres (Antônia e Lúcia) obtêm em suas Favelas. O fato de eu estar articulado com essas interlocutoras foi crucial no acesso que realizei nas duas favelas pesquisadas (Favelas de São Carlos e Fallet), uma vez que ambas vivem em perpétuo conflito. Esse conflito se dá pelo fato de cada uma pertencer a uma facção rival da outra, sendo, inclusive, rejeitada qualquer forma de socialização entre os moradores dessas favelas. O convívio e o intercâmbio entre esses espaços são encarados com desconfiança e certa ressalva; porém o fato dessas duas mulheres mobilizarem diversos mecanismos simbólico de mobilizações locais, tendo em vista que ambas são membros de Igrejas Pentecostais, foi possível desenvolver até uma certa mobilização social no território em questão. Detalhes estes que serão explorados na seção seguinte.

Outro motivo que consolidou meu interesse no tema proposto desta etnografia foi o mapeamento dos mecanismos possíveis acionados por essas mães para manifestarem sua indignação diante da violação moral à qual foram submetidas. Qual o campo de possibilidades encontrados por elas para vivenciarem o seu infortúnio, tendo em vista, que à sua dor é moralmente repudiada pela sociedade?

Seguindo esse raciocínio, é possível elaborarmos os marcadores sociais performáticos que diz ideologicamente quais categorias sociais devem ser exterminadas, e qual corpo deve ser preservado. No que diz respeito a preservação nas favelas, os trabalhadores, as mulheres e os evangélicos tendem a serem protegidos. Estes últimos, tem em seu corpo a personificação do “sagrado”, obtendo certo status e funcionando como um paradigma moral daquele território. Já o trabalhador, poder-se-ia dizer, que este corpo, projeta em si a performance do Ethos produtivo, sendo assim, o traficante é colocado como desarticulador da ordem, promovendo os males que assolam à sociedade.

A desigualdade a qual essas mães estão inseridas, é fruto de uma violência Institucional que produz uma desigualdade durável para essas mulheres, por que é estruturantes da sociedade.

Essa vulnerabilidade as impede de recorrerem moralmente e socialmente por qualquer série de Direitos. De acordo com Mary Douglas (1984):

Pode parecer que numa rica cultura organizada por ideias de contágio e purificação o indivíduo esteja agarrado a férreas categorias de pensamento, as quais são pesadamente salvaguardadas por regras de escape ou por punições. Pode parecer impossível para tal pessoa libertar seu pensamento das rotinas protegidas de sua cultura. Como ele pode dar as costas ao seu processo de pensamento e contemplar suas próprias limitações (DOUGLAS, 1984, p.14).

Na obra “Pureza e Perigo”, a autora, explicita que essa categoria binária está ligada ao ordenamento social. Essas categorias de pensamento estarão presentes em todas as sociedades. Trabalhar com essa chave binária de forma semelhante a Durkheim na sua famosa formulação de “sagrado e profano”. Para Mary Douglas, o que subverte a ordem social é a sua margem, que para ela seria anomalia.

Quem delimita a ordem é a desordem, portanto, será o caos que mostrará a desordem. É importante considerarmos o diálogo que todas as culturas fazem com essas categorias binárias (Ordem e Desordem, Puro e Impuro, Sagrado e Profano, etc.). A ordem delimita as classificações possíveis. O que os atores sociais destoantes da normatividade ensinam, reside no fato deles estarem colocando em cheque uma estrutura estabelecida, ou seja, ela acaba sendo pejorativizada para manter a ordem social. Por isso, precisará ser contida, ou seja, você está o tempo todo corrigindo e disciplinando, aqueles que saem dos sistemas classificatórios.

A autora eleva, em primeiro lugar, o sistema social em suas análises, e o conceito Durkheimiano sobre Coesão. Mesmo a pensadora sofrendo tais influências, irá postular tal avanço em sua metodologia, que será as Margens (isso é o que ela trará de novo). O poder positivo das margens. O que difere a autora de Durkheim, é que mesmo este reconhecendo as margens, ele buscou o equilíbrio, já a autora não estava pensando no conflito, mas procurou ir além do binarismo.

Este trabalho permite salientar que o silêncio derivado da dor dessas mães é um ato político. O sofrimento pode ser compreendido também como um convite à escuta, mas há um distanciamento entre a sociedade e essas mulheres (mães dos traficantes). A dor dessas mães não consegue penetrar a sociedade, ter minimamente uma acolhida social, fracassando em qualquer possibilidade de estabelecer uma rede de sociabilidade com os outros indivíduos.

## 2.2. Apresentação do Estudo de Caso

Este capítulo, através do método qualitativo conhecido como Estudo de Caso, buscará compreender o luto e a dor de perder um filho pelo Estado através da trajetória de quatro mulheres de distintos perfis: duas engajadas e duas não engajadas. Entre elas há um relacionamento com a religião, mães: Antônia, Jéssica, Lúcia e Marly. Entre outras coisas, na análise das trajetórias dessas mães foi possível estudar como as mesmas reconstruíram suas rotinas através do homicídio de seus filhos por agentes do Estado, tentando compreender as formas com que elas estabeleceram o seu luto, e os significados que deram as suas experiências, através dessa situação limite. As referidas mães são<sup>1</sup>:

Antônia, 47 anos, moradora do Morro do Fallet, dona de casa, mãe de 4 filhos, frequentou Igreja Evangélica enquanto membro, mas no momento desta pesquisa, encontra-se “desviada” (“conceito nativo” utilizado pela interlocutora). Apesar de obter ligações de cunho sociais com redes evangélicas, Antônia não se articula de forma ativa dentro deste espaço. É uma liderança de mediação com a Polícia Militar na Favela, sempre socorrendo tanto jovens quanto outras mães que estejam em situações de violações por parte dos agentes públicos. Ela começou a sua atuação após a morte de seu filho. Durante a sua atuação foi vítima de violência sexual por um policial. Diferentemente de Lúcia que é ouvida o tempo todo, Antônia não tem esse espaço na favela. Seu filho foi executado em 2008.

Mãe de seis filhos, Antônia perdeu um deles, Antônio, assassinato em uma operação policial, em maio de 2008 no Fallet. Antônia é casada e hoje reside na presença de três dos seus filhos em sua casa. Ao longo da entrevista sempre mostrou o quanto um filho sempre pode ter até a adolescência todo o cuidado e atenção dos pais. Casada há vinte anos, sempre residiu no Fallet. Na juventude, Antônia teve uma breve participação no tráfico, o que possibilitou o desenvolvimento de uma certa rede de capital social com muitos traficantes (alguns deles hoje em dia já estão falecidos, presos e alguns desligaram-se do mundo do crime tendo outra trajetórias). Antônia, há mais de 15 anos guia-se pelos princípios da doutrina evangélica assembleiana, apesar de não ser mais praticante. Antônia coloca-se como mediadora dos conflitos bélicos entre a Polícia Militar e os “meninos do morro” como costuma referir-se aos jovens armados vinculados ao tráfico de drogas. Por exemplo, em janeiro de 2019, Antônia foi acionada como elo entre algumas lideranças locais e a polícia em função da operação realizada na gestão do então Governador Witzel que resultou na execução de 15 jovens, ao qual a polícia

---

<sup>1</sup> Os nomes das entrevistadas são utilizados em forma de pseudônimos para assegurar a privacidade das mesmas.

e grande parte da mídia, em um primeiro momento, elencou como “combate” a traficantes. Nessa ocasião, além de ser uma representante da comunidade, Antônia era tia de uma das vítimas. Naquele instante, Antônia foi acionada por muitas mulheres, entre elas mães de algumas das vítimas e familiares, para tentar intervir e conseguir a liberação para que os familiares tivessem acesso a cena do crime. Como de costume, Antônia relatou a truculência dos agentes que, aos gritos e insultos, cercearam as famílias o direito de tentar reconhecer entre aquelas vítimas os seus mortos. Antônia ficou inquieta e tentando alguma forma de acolhida e suporte moral aquelas vítimas (familiares). Tentou intervir na tentativa de conseguir algumas outras mães para esta pesquisa, mas não foi muito êxito. Esse é um dos inúmeros casos, onde está mãe foi acionada a intermediar com a Polícia Militar.

Esses elementos servem para mapearmos a própria possibilidade de existência e corporalidade nesses territórios. Tem-se todo um mecanismo performativo que permitira a articulação dessas trajetórias nesses espaços. Explicarei isso com mais clareza ao longo do capítulo (através de Antônia e Maria). Por mais que essas mães tenham em comum as circunstâncias trágicas da qual decorreu o assassinato de seus filhos, o próprio poder de mobilização e escuta delas, seja no território ou em outras situações sociais, tem um imperativo moral diferenciado de muitas outras mães.

Tomada pela sua indignação, e pelo senso e sentido de justiça que a perda do filho passou a atribuir, Antônia milita em prol de reparação desta perda de forma extremamente subjetiva ao que a sociedade civil venha a entender por militância. Esta busca é feita de forma peculiar, quando presencia cada abordagem policial feita em cima de qualquer jovem na Favela. Toda situação que entende como arbitrária, Antônia diz intervir.

A perda de ANTONIO ME ENSINOU MUITA COISA. Hoje faz dez anos que ele foi embora. E eu não sofro de contar sobre isso, porque tudo o que a gente passa tem resposta lá na frente. Cada vez que morre um jovem na comunidade vem a polícia e mata, eu sofro porque me coloco no lugar daquela mãe. Fica a sequela, e ela é a SAUDADE. Eu não confio na justiça do Homem, eu confio na justiça de Deus. Porque eu já passei muita injustiça, mas hoje me sinto uma mulher forte, muito forte” (Antônia, Fallet)

Ele [Antônio] era um menino esforçado, estudava, tava na FIA [*Fundação para a Infância e Adolescência*] a tarde. Na época, ele tinha 14 anos. Mas mudou toda a vida dele. Até a adolescência eu tentava dar tudo o que precisava, mas depois queria comprar as coisas dele. No trabalho ganhava pouco e também já foi morar com uma menina, tinha um filhinho. (Antônia, Fallet)

Isto mostra que muitas vezes, a vida das crianças nas Favelas, podem adquirir a mesma proteção familiar que teria qualquer outra criança de outra classe social ou moradora de outras

localidades. Por mais que as condições materiais dos meninos do morro se distancie do poder econômico das famílias medianas do asfalto, existe todo um empreendimento moral, mas também econômicos dos pais dos mesmos, lógico que de acordo com seus condicionamentos sociais. De acordo com Lyra (2013):

Nos primeiros anos de sua vida, o garoto do morro pouco se diferencia das crianças de qualquer outro lugar. Obviamente, ao viver em uma comunidade dominada por facções criminosas, aspectos cruciais de seu dia a dia sofrem um impacto profundo e podem gerar desdobramentos negativos indiscutíveis. Entretanto, ao contrário do que muitos pesquisadores afirmam quando se referem a 'pedagogia negativa' exercida pelo tráfico sobre as crianças que vivem nessas áreas, a infância do menino do morro, ao menos no que tange ao padrão social mais particular de seu cotidiano, suas obrigações, deveres e cuidados, a orientação dos pais e as suas próprias expectativas, é muito semelhante ao modelo pequeno burguês de qualquer outra criança das grandes cidades brasileiras e, na maior parte das vezes, recusa o 'estilo de vida' criminoso como um modelo possível. Durante essa curta etapa eles vão ao colégio, fazem seu dever de casa, brincam e estão quase sempre sob constante vigia dos pais. Como na vida de qualquer outra criança de sua idade, seu dia a dia é organizado pelas tradicionais instituições da família e da escola, restando pouco para seu arbítrio e os perigos das más influências. (...) De fato, nem todas as famílias da Favela conseguem dar o suporte afetivo e moral de que seus filhos necessitam, mas essa é apenas uma parcela mínima e um dado que não é particular ao morro, mas constatado em diversas classes sociais(...)" (LYRA, 2013, p. 75 e 76)

A adesão do jovem da Favela ao tráfico de drogas deve ser enxergada nos seus mais variados aspectos. O poder simbólico ao qual essa escolha acontece é fruto de uma gramática social muito mais complexa e plural, por mais que a maioria das pessoas assim não o entendam. Tal equívoco já fora feito por muitos intérpretes que se debruçaram a analisar o tema das Favelas e seus atores sociais, poucos observadores acionaram essa heterogeneidade. De acordo com Lyra (2013):

Quando falamos do menino do morro, porém, esse longo rito social de preparo e anuência sobre a autonomia do indivíduo não se apresenta de maneira tão clara e definida. Ainda que em última instância o jovem favelado se encontre submetidos a requisitos legais que definem a ideia de quem é adulto, sua dinâmica social também se encontra regida por parâmetros de passagens diferentes daqueles que conhecemos(...) seu processo de independência começa mais cedo e, em certo ponto da vida, pode ser que ele opte pelos pré-requisitos diferenciados presentes na dinâmica coletiva do morro para se tornar um adulto. Assim nasce o sujeito- homem, categoria nativa que expressa para o jovem um status de respeito e aceitação, mas que também revela a tensão entre sua condição prática de indivíduo autônomo na sua comunidade e seu enquadramento como 'menor de idade', tal o concebemos no mundo legal (LYRA, 2013. p. 74 e 75).

Tal concepção de Lyra (2013), que demonstra como as famílias no morro partilham dos mesmos valores morais difundidos também pelas famílias moradoras no "asfalto", ou seja, de proteção afetiva e material a trajetória dos seus filhos, na fase de infância e juventude. Pude observar tal aspecto no momento do trabalho de campo quando, por diversas vezes, muitas mães

me acionavam para pedir auxílio ou informações a respeito de como proceder para inscrição do programa jovem aprendiz ou a matrícula de filhos nas escolas:

O que mais me chamou a atenção no dia foi o desrespeito com a família. A gente não põe um filho no mundo para ele ser bandido. Eles têm que saber que atrás de um jovem que é um bandido ele tem uma família., eles tratam a gente como se nós fossem culpadas deles tarem ali. Eles têm nojo da gente.” (...) “Eu não consigo entender como a pessoa desarmada, sem camisa, a polícia vem e não dá uma chance para esse jovem se redimir. Ele não precisava estar morto agora, ele não tinha sido fichado. Nem preso ele poderia ser porque ele não estava com nada, estava sem camisa (Antônia, Fallet).

Não portando armas, mas estando ligada as redes que operam em sintonia com o tráfico de drogas, tais como suporte em casas de endolações<sup>2</sup>. Esse passado, é deixado de lado, no momento em que se converte a igreja evangélica, apesar de hoje se dizer “desviada”. Por ter tido, na sua juventude, um breve envolvimento com o tráfico local, foi adquirindo uma certa confiança entre os traficantes.

Desde que nasci moro no Fallet. No início era mais complicado...” (Antônia, Fallet)

Morar aqui para mim é ótimo. É igual todas as comunidades, quando tem tiroteio, quando polícia entra, fora isso, pra mim é bom morar aqui”. (Antônia, Fallet)

O infortúnio de Antônia se inicia no momento em que o filho é baleado aos 14 anos. A bala perdida não deixou apenas sequelas físicas no corpo do filho e no seu, enquanto mãe, mas este episódio operou como um catalisador, que modificou a vida dos mesmos. As mudanças decorrentes dessa experiência ocorreram de forma radical na trajetória de filho. Isso pode ser notado de acordo com a fala de Antônia:

Ele [Antônio] parou [de estudar] depois do tiro que levou. Isso mudou toda a cabeça dele. Ele não podia comer mais as coisas que tanto gostava, ficou com alguns problemas. Aí já não queria mais estudar. Começou a faltar. Ele tava na oitava série. Também saiu da FIA [Fundação para Infância e Adolescência]. Queria conseguir dinheiro para comprar as coisas dele. Depois dessa “bala” a vida dele mudou toda. (Antônia, Fallet)

Quando Antônio foi exterminado na operação policial tinha 18 anos. Ele estava há pouco tempo no tráfico de drogas. Na tarde em que foi executado não estava armado, tampouco ofereceu resistência, mas nem por isso deixou de ser abatido. Antônia ficou sabendo do ocorrido horas depois, através de vizinhos, onde prontamente, as pressas, correu em busca do corpo do filho, que aquela altura já tinha sido levado pelos policiais. Antônia descreve esse momento trágico:

---

<sup>2</sup> Denominação nativa dos traficantes a casas, ou locais, destinado a embalagens de, preparo e refino de drogas para vendas ilícitas, tais como cocaína e maconha.

Naquele momento ele pediu para não morrer. Viram ele pedindo para não morrer, e o policial deu um tiro no rosto dele que deformou a cabeça dele toda. Ele levou um tiro no rosto à queima roupa. Ele tinha subido numa moto, tentou sair da moto para vir para casa. Ele estava tentando sair da moto, mas não conseguiu, porque a polícia veio e deu um tiro no rosto dele. O motivo dessa morte era porque Antônio era negro [...]. E ele fez questão de contar para mim. Me desrespeita será porque porque, eu Antônia, sou negra? Ele saiu daqui morto. (Antônia, Fallet)

Este trecho, mostra a forma com que o racismo estrutural se manifesta através de agentes do Estado (nesse caso, os policiais) em operações nas Favelas. Segregados de qualquer direito social, incluindo o básico, que consiste no direito à vida, esses jovens e as suas famílias são submetidos ao que podemos observar de mais tênue entre a fronteira de situações limites. A vida nessas ocasiões torna-se inexistente no que diz respeito a sua preservação, e esse estigma é direcionado não só a esses meninos, mas também a todos os que estão ligados a eles:

O que mais me chamou a atenção no dia foi o desrespeito com a família. A gente não põe um filho no mundo para ele ser bandido. Eles têm que saber que atrás de um jovem que é um bandido ele tem uma família. Tava ali no tráfico para fazer dinheiro, eles tratam a gente como se nós fossemos culpadas deles tarem ali. Eles têm nojo da gente. (Antônia, Fallet)

Essa criminalização da família e de todos os favelados por parte do poder estatal e da sociedade civil, na verdade, é uma extensão do olhar punitivista que enxerga a favela como lugar de ausência dos critérios morais que legitimariam a inserção desses sujeitos sociais no vocabulário político de Direitos. Esta gramática, que defende o ethos de que os habitantes de Favelas são coniventes de bandidos, impossibilita qualquer forma de acolhida social das arbitrariedades cometidas pelos agentes de Estado ali. Depois de ter tido o seu filho assassinado, no mesmo dia do crime, Antônia e sua família tiveram que vivenciar outras inúmeras cenas de violação, como o fato da morte ter relação com o racismo estrutural.

Semanas após o assassinato do jovem Antônio, em 2008, outro filho de Antônia, José de 12 anos, foi colocado durante horas em um buraco nos terrenos da casa por policiais pertencentes ao mesmo grupo que executou Antônio. Enquanto isso, o restante dos seus familiares eram agredidos com insultos dos mais condenáveis. Esta situação de violação de direitos não se manteve isolada a esta situação trágica. As futuras investidas contra a família de Antônia se perpetuou durante outras operações policiais. Antônia relatou o sofrimento durante o episódio com seu filho José:

Eles queriam socar a minha família, bater na cara de todo mundo. O que me chamou atenção foi que eles estavam muito drogados. Porque muitos deles vem para as comunidades drogados. E o próprio policial falou para mim: - Foi eu quem matou teu filho, eu dei um tiro na cara dele. E o seu outro está ali, dentro do buraco”. Eles não podem fazer isso, tem que vir para comunidade com cursos, escola. Vir para a

comunidade com coisas para esses jovens fazerem, para socializar esses jovens.  
(Antônia, Fallet)

No trecho acima podemos ver como a noção de cidadania é desconsiderada por parte de muitos agentes do poder público, quando suas ações são destinadas as favelas. O relato de Antônia ilustra de maneira elucidativa o despreparo dessas Instituições, nesse caso a Polícia e o seu aparato intervencionista na periferia, herdeiro da estrutura militar dos tempos da Ditadura Militar no Brasil. Mesmo com a redemocratização, a sistematização das práticas de tortura, uso desmedido de força policial, arbitrariedades, etc continuam fazendo parte das práticas policiais. Não deixaram de fazer parte do repertório de ações da Polícia Militar quando esta se direge em suas diárias incursões nas Favelas e Periferias.

Outra mãe ouvida nesta pesquisa foi a Jéssica de 37 anos, moradora do São Carlos, dona de casa, mãe de três filhos, casada com um moto táxi que aos fins de semana trabalha na feira próxima ao local. Esta mãe não é engajada politicamente na favela. Ela passou a identificar-se como portadora de síndrome do pânico depois do assassinato do seu filho (SOARES; MIRANDA; BORGES, 2006). Jéssica parece estar sempre em um estado de depressão e em pânico diante de operações policiais no morro. Seu filho foi executado em 2017. Ela tem um filho de 17 anos que está desempregado e que, segundo ela, não é assíduo no curso Noturno do EJA (Educação de Jovens e Adultos). Esta mãe mostra-se temerosa quanto a isso, semelhante a Antônia, uma vez que enxerga o filho flutuando na categoria do “Risco Social”, tendo em vista que no senso comum estes jovens, quando estão sem ocupação, são facilmente induzidos a adesão ao tráfico de drogas.

Foi possível acompanhar Jéssica, assim como eu fiz com outras mães, durante algumas semanas do primeiro semestre de 2019. Cheguei ao seu contato, através de membros da Igreja Pentecostal situada no São Carlos. A mesma instituição religiosa que Maria pertence. Diferente das outras mães, Jéssica não é nascida na Favela ao qual atualmente pertence. No ano de 2021, Jéssica mudou-se para sua terra natal, Espírito Santo.

Acho que desde 2014 [mora no São Carlos]. Eu não sou daqui, morava na Praia de Ramos. Antes de vir pra cá, fomos morar uns bons tempos no Espírito Santo. Isso na época com meu ex. Quando vim para cá [São Carlos], primeiro fui morar no 108, depois no Ambiré. Aí, no fim, parei nessa casa. (Jéssica, São Carlos)

Por não ser nativa do Morro, Jéssica se sentia mais reclusa, no sentido de não se sentir entre familiares e ser nova na Favela. Como dona de casa e fazendo “bicos”, como cuidar de crianças, ela foi aprendendo a conquistar e a tecer relações e capitais sociais neste território.

Quando chegou no São Carlos, foi na presença do atual companheiro que, é moto taxista e morador há muito mais tempo no local. Diante disso, Jéssica foi aos poucos se familiarizando:

O São Carlos só não é tranquilo quando tem operação policial! Eu tenho pavor deles, só em ver começo a passar mal, minha pressão sobe.” (Jéssica, São Carlos)

A percepção de desestabilidade para Jéssica só acontecia com a chegada das rotineiras operações policiais na Favela.

Depois que eu perdi meu filho minha vida não é mais a mesma: veio depressão e muita saudade. Tudo o que faço lembra ele, até a comida que vou fazer” (Jéssica, São Carlos)

A dor da perda instaura um novo cotidiano, as formas encontradas para reconfigurar as suas vidas a posteriore do trauma da perda de um filho provoca marcas profundas no cotidiano dessas mães (SOARES; MIRANDA; BORGES, 2006). A dor se transmuda homologamente como saudade, e pode ser sentida nas atividades rotineiras, que antes eram tão banais e que neste ínterim passaram a ser marcas profundas na reorganização dessas rotinas, virando sinônimo de dor: tal como fazer a comida que antes era o prato preferido do filho. De acordo com Labronici (2017):

Seria a morte o fim absoluto? Segundo a obra da antropóloga Flávia Medeiros, não necessariamente. Em seu livro intitulado *Matar o morto: uma etnografia do Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro*, fruto de um trabalho etnográfico elaborado inicialmente como dissertação de mestrado, a autora nos leva a pensar a morte, não como o fim, mas como o ponto de partida para compreender como um fenômeno “natural” se torna cultural por meio de uma série de processos institucionais que expressam distintos significados de um corpo sem vida. Aqui, a autora discute como uma instituição da burocracia público-estatal, submetida à polícia, exerce o controle sobre corpos sem vida e como esses corpos são transformados em mortos pela burocracia. Para isso, adentra no cotidiano do Instituto Médico-Legal Afrânio Peixoto (IML), destacando a prática de trabalho com cadáveres, para então entender como os registros públicos lá produzidos se relacionam com a produção de verdade sobre os mortos. Os exames dos corpos e a produção de registros têm como objetivo revelar a causa da morte, a identificação civil do cadáver e, concomitantemente, produzir informações sobre a morte, isto é, o IML dá prosseguimento à morte à medida que a define. Assim, é a morte que dá vida a esta estrutura que se organiza através dos saberes da medicina, da polícia, do direito e da medicina legal; saberes que conformam o esquema básico da vida burocrático-institucional. Para além de uma atribuição do IML, a morte é um acontecimento ao qual cada cultura atribui significados próprios. Suas relações encontram-se presentes nas sociedades e fazem com que ela e as maneiras de lidar com ela sejam particulares a partir de significados construídos. Enquanto tabu, a morte“ (LABRONICI, 2017, p.34)

Esse universo de produção da perda é fundamental para discutir a existência social do morto. A comida que lembra o filho, o objeto que gostava e ficou guardado, tudo isso faz parte da linguagem simbólica dessa perda. Funciona para a produção da mesma, legitimando em certa

medida a morte. Isto faz com que a morte venha obter o reconhecimento social, pois para ter o morto é preciso uma rede social que o trate como tal.

Ao longo da entrevista Jéssica foi colocando o seu descrédito e apatia não somente pela Instituição policial, mas também de sua genitora, o Poder Estatal. Vale ressaltar que a entrevistada, muitas vezes, menciona como os aparelhos do Estado participaram do assassinato de seu filho. A orquestração que foi montada no decorrer do socorro e diagnóstico de óbito que produziram a morte de Diogo:

A polícia poderia ter pegado o meu filho e levado preso, mas acharam pouco. Ele chegou a ser render, mas não teve jeito. Mataram ele, assim mesmo. Quando eu cheguei lá já tinham levado ele. Só vi o chinelo e o sangue. Sumiram com a identidade de meu filho. Também não houve perícia. Na certidão de óbito colocaram “morte por dilaceração cefálica infálica cardíaca”; mas na verdade meu filho chegou morto, com um buraco aberto na cabeça.

O que permite a existência de violações como estas, ocorrida com Jéssica e outras mães de Favelas em situações similares, reside na pouca significância da sua vida e de seus filhos no meio do tecido social. Encarados como não cidadãos, esses sujeitos são submetidos ao seu cotidiano aos diversos dispositivos arbitrários geridos pelo Estado através de seus agentes, aparados pela legitimidade do matar, da suposta “legítima defesa” e pela “legalização” por dispositivos que desresponsabilizam o policial do homicídio. Segundo Farias (2015):

(...) Assim como na maioria dos casos de execução sumária de moradores de Favelas cometidos por policiais militares, o registro de ocorrência traz a versão da troca de tiros entre traficantes e policiais - versão na qual estes últimos, na iminência de serem alvejados por tantos disparos, não tiveram outro modo de agir, a não ser fazer uso das armas de fogo que traziam consigo, em legítima defesa e como forma de fazer cessar a resistência oposta pelos infratores. Configura-se, assim, o já referido registro do ‘auto de resistência’, que neste - como também em muitos casos semelhantes - vem acompanhado da informação de que os policiais presentes na ‘operação’ prestaram socorro à vítima, levando-a para o hospital municipal mais próximo, local onde ela, então, teria falecido (FARIAS, 2015, p. 437).

Farias (2015) faz em sua análise toda essa composição entre território e corpo, onde o Estado, através de suas técnicas, reproduz toda essa trama, disciplinando e executando as vidas que são vistas como indesejáveis ao senso comum. O corpos dos sujeitos sociais da Favela (tanto mães como filhos), acabam sendo imolados e massacrados. O filho no corpo físico e a mãe no social.

Temos que pensar os tramites que são acionados para a construção da narrativa dessa morte e das circunstâncias da mesma. Existe uma retórica que é disputada por toda a tecitude de uma burocracia estatal, incluindo a forma como o IML (Instituto Médico Legal) fabrica essas

mortes, bem como as polícias e o judiciário legitimam este ato através de dispositivos como o “auto de resistência”, produzindo uma leitura esfriada e objetiva.

O plano de confecção argumentativo para essas execuções sumárias em territórios de margens, advém de certas categorizações que vão produzindo a não existência social da produção daquela morte. Isto, aos poucos, vai sendo consagrado de forma técnica, sendo legitimado pela burocracia estatal. São papéis sociais que eles administram, são pessoas e vidas por eles consideradas sem importância.

Mesmo com o fim das entrevistas, pude conviver através de alguns encontros ocasionais e também alguns marcados com a minha interlocutora. Um deles diz respeito a tentativa de Jéssica em tentar rematricular o filho no EJA. Esta iniciativa não somente para Jéssica, mas também para Antônia e diversas outras mães, apareciam como uma solução que afastaria os outros filhos do envolvimento com o mundo do tráfico. De acordo com Rocha (2015):

A imagem corrente das Favelas como Lócus de pobreza e violência transfere para seus moradores o estigma de carentes ou perigosos. Entre os moradores de Favelas, é possível que sejam os jovens aqueles que mais sentem o peso do estigma, por serem considerados a faixa mais inclinada a aderir uma carreira criminosa. Assim, atualmente são os jovens moradores de Favelas que personificam o “problema da Favela”, por serem os agentes potenciais do tráfico de drogas, e é sobre eles que mais incidem as políticas públicas em execução nos territórios, especialmente as ligadas a projetos sociais” (ROCHA, 2015, p.86).

De acordo com esta problemática, podemos observar que esses jovens são modelados por esses dispositivos disciplinares, em todos os aspectos: seus corpos são adestrados a serem dóceis em todos os contextos, mesmo ultrapassando os limites da Favela. Se desejam serem inseridos no universo do mercado de trabalho ou até mesmo o escolar, é exigido que estes saibam se afastar do estigma da “favela”. Atendendo ao pedido de Jéssica de ir com a mesma a CRE (Coordenadoria Regional de Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro), esta foi relatando sobre as aptidões do filho ao trabalho:

“Sim. Já trabalhou por um tempo no MC Donald’s, também vendeu água e cerveja com meu marido no carnaval. Ele ficaria feliz em trabalhar até em supermercado, quem aguentou Mc Donald’s, está pronto para tudo.” (Jéssica, São Carlos)

Podemos perceber que para o jovem das Favelas, o condicionamento ao disciplinamento é o capital necessário ao bom êxito no mundo do asfalto, como o acesso ao mercado de trabalho e ao desempenho no universo escolar (haja vista a criminalização de sua cultura dentro do espaço escolar, como perseguição as práticas culturais como o Funk). Ter sido funcionário de rede de *Fast Food* é encarado como o ápice do ajustamento a qualquer situação social limite

que este possa a vir encarar no mundo do trabalho, uma vez que se passar por essa tarefa árdua, está aprovado. Segundo Rocha (2015):

Vale ressaltar que as políticas sociais voltadas para os Jovens no Brasil, no geral, enquadram os grupos como “problema” mesmo quando não são executadas em Favelas (Cf, Sposito e Carrano, 2003). No entanto, muitas dessas ações têm por objetivo, direta ou indiretamente, conter o risco real ou potencial que esses jovens de camadas pobres dos centros urbanos brasileiros representam, através de seu afastamento “da rua” e da ocupação de suas “mãos ociosas(...)”.(ROCHA, 2015).

Portanto, este jovem, mesmo que não demonstre o menor interesse pelas atividades do “tráfico”, que são vistas como lócus de sua territorialidade, ou seja as favelas e periferias das cidades brasileiras, sempre serão vistos como flutuantes na linha de risco social (ROCHA, 2015). Este será o seu capital social.

Temendo a possibilidade do filho se relacionar com outros segmentos, como amigos ao qual Jéssica poderia desconhecer, esta manda o filho mais novo, de 11 anos, ir morar com o pai no Estado do Espírito Santo. O risco de envolvimento aparece com muita força também no imaginário social de muitos moradores das Favelas, por isso para vários pais, a inserção do jovem no mundo do trabalho tem um valor simbólico importante, pois diminui as chances de adesão do jovem ao “tráfico.”

A outra mãe que entrevistei foi Marly, 45 anos, moradora do São Carlos, faxineira e solteira. Diferente das outras três mães que já apresentei, ela não se declara como sendo filiada a nenhuma religião específica. Marly não possui liderança simbólica na Favela. Apesar de ser muito conhecida e admirada no local, não se engaja de forma política na Favela. Seu filho foi executado em 2015. A relação de Marly com seu filho Carlos, assassinado em confronto policial, era um pouco diferente da relatada pelas outras mães, pois a adesão de Carlos ao Tráfico se deu por motivos muito mais complexos e simbólicos:

“Ele [Carlos, seu filho] estudou até a sétima série. Depois, não quis mais, foi matando aulas. Ele foi entrando nessa aos poucos: passou a parar com uns e fumar as maconhas dele, e estava com os “meninos” no meio da rua. Apesar das dificuldades, eu como mãe, sempre dei tudo. Já foi preso, parou no Padre Severino. Saiu de lá e voltou para o tráfico.. Foi preso novamente. Sempre em cadeia de menor.” (Marly, São Carlos).

Diferente dos outros jovens, as condições para adesão de Carlos foi fruto de uma gama de escolhas que operavam muito mais no campo do simbólico. Em dado momento, fora do contexto de entrevista, Marly mencionou que já tinha conversado com o filho sobre a possibilidade de dar uma mesada maior em suas mãos, afim de cobrir o dinheiro dos gastos dele com a maconha, os passeios a sítios e aos bailes. Carlos, foi assassinado aos 19 anos, mas ao contrário de Antônio e Moisés, tinha uma vida social muito mais diversificada por conta do

investimento econômico que a mãe projetava em si temendo os riscos (ROCHA, 2015) de seu ingresso no crime:

“Moro no São Carlos há 45 anos. Desde que eu nasci, e nessa mesma casa. Nunca tivemos parentes no crime. Isso me surpreendeu muito. De início, dei uma surra nele, mas foi pior, no dia seguinte ele estava lá.” (Marly, São Carlos).

Ao longo das entrevistas e dos períodos de campo realizados com algumas mães, como acompanhamento do culto evangélico na Igreja Pentecostal ao qual Maria pertence, e as constantes visitas e encontros na casa de Antônia, além dos encontros nas mais diversas formas com as outras mães, pude perceber que o silêncio na dada situação socioantropológica ao qual coloquei o meu problema de pesquisa não se encaixava em tal gramática nativa acionada pelas mães. A gramática emocional sempre colocada em questão e percorrida pelas minhas interlocutoras era o da reparação. Mesmo que acionada através de mecanismos simbólicos distinto do senso comum, quando a questão em cheque por estas seria a possibilidade de acolhida moral e de condições de escuta, que permitissem que o luto acionado por mães de traficantes tivesse margem de aceitação social pela sociedade.

Em dado momento da entrevista com as Mães, aconteceu toda uma situação que esbarra na impossibilidade de sentido da minha primeira formulação de hipótese ao longo da pesquisa: o de silêncio dessas mulheres. O silêncio não se formulava como uma opção política, mas sim fruto de um condicionamento social imposto aquelas margens, domesticando corpos. Porém, apesar de todo cerceamento, a resistência se faz presente. Como no relato de Marly:

Entrevistador: A Sra conhece algum movimento social de ajuda a Mães Vítimas de Violência Decorrentes de Intervenção Policial? Se sim, qual? Como a Sra soube deste movimento? A Sra já participou ou participa deste movimento? Se Sim, como foi acolhida?

Marly: Não. Eu não sabia nem que existia. No início fui a algumas chamadas no Fórum, mas não deu em nada. Nem sabia que existia” (Marly, São Carlos).

Neste diálogo entre a interlocutora fica nítido que o silêncio, nesses casos, nem é válido suscitarmos esse elemento. Se existe, é fruto da situação social e do contexto ao qual estão submetidos os atores em questão. O silêncio, neste sentido, não é um imperativo moral acionado por essas mães. As impossibilidades de escuta de sua dor por parte da camada social, faz com que estas mulheres criem mecanismo de busca por justiça ou reparação de forma subjetiva aos demais.

A quarta mãe entrevistada foi Lúcia, que tinha 73 anos e vivia no Morro de São Carlos desde 1964. Filha do êxodo intra-rural ao qual vivia a cidade, até aquela época, chamada Estado da Guanabara. Filha de mineiros, ela veio para o Rio de Janeiro com os pais, aos três anos de

idade. O seu pai trabalhava como colono em sítios e fazendas da Zona Oeste. Lúcia, antes mesmo da entrevista, sempre fazia questão de, pedagogicamente, contar as histórias da cidade e como se deu a definição do espaço urbano nos anos 1960. Com a abertura da avenida das Bandeiras, que viria a ser a Avenida Brasil, que retalhava vários sítios na Zona Oeste, local que também já morou, Lúcia lembra com muito entusiasmo que seu pai foi um dos operários contratados a construir os conjuntos Habitacionais das Vilas Aliança e Vila Kennedy.

Conta essas memórias, mas sempre realçando o impacto cultural que foi para ela e sua família a convivência com os moradores removidos das favelas da Zona Sul e que passaram a residir nesses conjuntos habitacionais. Por ser uma das irmãs mais velhas, e ter que trabalhar cedo como doméstica, foi morar na casa das patroas na Zona sul, e isso fizera com que Lúcia e suas irmãs mais velhas optassem por habitar mais próximas da área central da cidade:

Eu moro no São Carlos há 50 anos. Já passei por muitas coisas e vi muitas coisas aqui. Quem mora na comunidade tem boca e não pode falar, tem olhos e não sabe enxergar, mas eu sou respeitada, sei viver. Eu tenho parentes e amigos aqui, me dou com todos eles, sei fazer amizade e as pessoas sabem me respeitar...(Lúcia, São Carlos).

Vivendo no Morro há mais de 50 anos, Lúcia ao longo de toda a pesquisa pôde contar inúmeras histórias sobre este território tão nativo desta. No relato acima, ela ressalta que um dos atributos ao qual funciona como uma ferramenta imprescindível para a boa convivência na Favela, reside no fato do bom desempenho dos papéis apreendidos na sociabilidade dos atores sociais ali presentes: “ter olhos e não sabe enxergar, ter boca e não poder falar” são produtos essenciais que são reproduzidos como estratégia de sobrevivência para os sujeitos que vivem a opressão nos seus corpos, tanto da polícia como por parte do tráfico local.

Lúcia, de certa forma, acompanhou várias dinâmicas presentes na configuração do Morro, no que diz respeito as nuances ao qual se enquadram não só as Favelas, mas a sua relação com o asfalto, e as dinâmicas de sociabilidade que se mantiveram nesses territórios nos mais distintos contextos históricos. Em um dado momento ao qual acompanhei Lúcia ao longo da pesquisa, ela pôde contar as vivências que presenciou no Morro, isso de forma quase que lúdica. Lúcia relatou que nos anos 1960 as atividades de venda de drogas aconteciam de forma mais discreta. Lembra que nessa época a hegemonia mesmo era dos chefes do jogo de “bicho”, os então, denominados “bicheiros” (MISSE, 1999). De acordo com a mesma, o que viria a ser caracterizado como o embrião dos grupos de “bandidos” era timidamente representado por três personagens locais, que operavam com códigos de condutas e morais tipicamente distintos dos grupos de “tráfico” dos dias de hoje.

Sendo mãe de três filhos, em 1985 Lúcia se vê mãe do seu filho caçula, Juquinha. Este, foi executado por policiais na Favela um mês antes de completar 18 anos, em 2003. Em 1988, Lúcia se converte a uma Igreja Neopentecostal no Morro de São Carlos. Tal Instituição é vista como uma das mais antigas ali, obtendo certa credibilidade moral que não pode ser desconsiderada à nível de padronização e disciplinamento moral dos corpos neste território, mas que não será aprofundada por mim nesta pesquisa, só articularei a relevância que este aspecto adquire em algumas dessas mães ao escolherem como mecanismo de reparação moral a justiça “divina”, o que faz com que me atenha em ressaltar alguns desses imaginários contidos nas falas de minhas entrevistadas.

Ressalto tal comentário, quando das vezes que acompanhando Lúcia ao culto (de Agosto à Dezembro de 2018), foi possível observar as possibilidades de agência de Lúcia e algumas outras mulheres dentro dessas reuniões. Por ter uma vivência que se mistura com a própria história do local, Lúcia se faz muito respeitada, e em certas ocasiões até temida. Sua voz, se não é relevante fora da Favela, ali naquele território esta é um personagem atuante.

Na Igreja Lúcia tem responsabilidades de abrir e até conduzir cultos. É algo tipicamente curioso, tendo em vista que não são todas as mulheres que conseguem concentrar em suas mãos tais funções. Pois em muitas igrejas ali, tal função só pode ser exercida por pastores. Em muitas ocasiões, ficou perceptível a influência Maria em várias facetas sociabilizatórias não só na igreja, como na Favela: ocasiões onde esta conseguia indicação de empregos para membros da igreja, organizações de festividades religiosas, e principalmente a evangelização na Favela.

Tendo vivenciado as dinâmicas de transformação do crime no Morro de São Carlos desde que ali chegara, nos meados dos anos 1960, Lúcia viveu estas mudanças não como mera expectadora, mas também aprendeu a lidar com o estigma de estar as “margens” desde cedo. Mulher solteira, trabalha na mesma casa, hoje como governanta, desde os anos 1960. Em 1982 seu primeiro filho foi preso na antiga FEBEM (Fundação para o Bem-Estar do Menor). Este filho, segundo ela, começou a cometer furtos, conhecido como 157, e dali em diante a vida de Lúcia passou a ser entre visitas ao filho na “cadeia”. Isto se tornou constante em sua vida. Hoje o mesmo se encontra preso e Lúcia não consegue visitá-lo por conta de dados de filiação errado na certidão. Este é um dos outros motivos de sua angústia. “Totoco”- seu primogênito - apelido ao qual é conhecido no Morro, desde a adolescência poucas vezes ficou em liberdade. Isto fez com que Lúcia desencadeasse uma certa rede de influências na favela, tendo em vista que como mãe de um preso, acabava levando comidas e muitas vezes, segunda ela, “o carinho e a palavra de Deus” aqueles presos que ficavam mais solitários. Isto deu um certo reforço moral e um notável capital social a mesma no desempenho de suas relações nativas.

Por todos os percalços de sua trajetória, misturado aos inúmeros infortúnios enfrentados, Lúcia decodifica de forma abrangente os códigos nativos presentes nas relações de sociabilidades traçadas no São Carlos. Por ser uma atriz social nitidamente astuta nesse jogo, passa a ser uma personagem ao mesmo tempo respeitada, mas também temida. Ela criou o neto, único filho que Juquinha teve e não chegou a conhecer. Tendo em vista que é respeitada na Favela, Lúcia conta um pouco da sua relação com as pessoas no São Carlos:

Eu sou mãe, sempre aconselho aos jovens: trabalha, porque nós não temos direitos. Só o de chorar, calados e escondidos. Eu sei muito pouco assinar meu nome, apreendi a ler meu nome em jornais e na casa de “madame.” Me dou com todos, sou muito respeitada.” (Lúcia, São Carlos)

Lúcia contou, com nostalgia, que antes das guerras belicistas acionadas contra as favelas, este território era um lugar onde se podia viver com certa paz. Com a acirramento do “conflito” entre Favela e asfalto, com o cerceamento das periferias pelo Poder Público, as coisas começaram a mudar. Isso também teve impacto nas relações de sociabilidade na Favela. Lúcia enfatizou muito a questão da juvenização do tráfico de drogas no decorrer dos anos 1990. De acordo com esta mãe, no início da formação dos grupos de traficantes, a adesão era feita por adultos. Homens com idade, muitas vezes superior aos trinta anos, isto na época do “trio ternura”, e as regras morais eram outras. As “agitações” acerca de tráfico de drogas ilícitas, segundo os moradores antigos, eram feitas de forma mais silenciada e escondida. Com a construção ideológica da “Favela” como lócus do crime, nos anos 1980 e 1990, esse cenário fez com que as relações e a adesão ao mundo do crime também afetassem aos jovens, criando ali também, em seu imaginário social, uma divisão entre os “meninos do tráfico” e os que estão fora dessa criminalização para os atores sociais ali presentes:

Ele era um garoto muito quieto. Gostava de futebol. “Muito” família. E quando ele se transformou eu não esperava isso, começou a frequentar baile e más companhias e, de repente, começou essa transformação, depois que passou a sair a bailes, aí começou essa mudança.” (Lúcia, São Carlos)

O imaginário social que opera com a lógica que a Cidade do Rio de Janeiro vive o ápice da “metáfora da guerra”, criou não somente no mundo do “asfalto”, a leitura que cristaliza os moradores de Favelas como uma ameaça à cidade. Este olhar também pode condicionar as condutas nas Favelas, fazendo com que através de mecanismos nativos próprios os moradores seletivassem aqueles que estariam inseridos ou não no estigma de traficantes.

Partilhando dessa gramática social, do discurso que constrói muitas vezes o traficante como o protagonista da “desordem” social, os sujeitos, mesmos os que são vítimas dessas arbitrariedades, se não compartilham da ideia de eliminação social do traficante, de uma certa

forma, quando que possível tentam fazer uma limpeza moral dos indivíduos que não estão inseridos nesse tipo ideal acusatório.

Lúcia descreve o baile funk como um dos catalisadores para o mau presságio que viria depois a enfrentar o seu filho. O exemplo do baile é bem emblemático para compreendermos essa questão da adesão a ideologia da criminalização dessa prática cultural que é oriunda dessas populações, e percebemos como esse discurso ganha adesão inclusive por parte de moradores de Favela. Tal criminalização encontra eco em algumas categorias de sociabilidade imposta por distintos grupos sociais presentes em tais territórios que vão funcionar como empreendedores morais de algumas práticas e condutas: o evangélico e o trabalhador. Para Lúcia, que é evangélica, o baile funcionaria no campo daquilo que é profano, ou seja, está no limiar do que é mundano. Para o discurso do trabalhador, tal prática cultural terá uma precisão ainda muito mais ambígua, ora operando como um refúgio ao lazer, pois é uma prática cultural de raiz desses territórios. Sendo uma representação deste território e de seus atores, o acontecimento dessas festas em lugares conhecidos como bailes, pode operar a partir de uma percepção de perigo para a juventude do Morro, que será sempre visto pela ótica do “risco”.

Lúcia, prossegue ressaltando os esforços que empreendera para, segundo ela, afastar o seu filho do que ela enxergou como o mundo do tráfico. Sendo que com Juquinha, seu filho mais novo, Lúcia pôde matriculá-lo na Escolinha de Futebol do Flamengo. Todo esse esforço de afastá-lo de uma possível vinculação ao mundo do tráfico pode ser observado. Porém, como já foi mencionado, os motivos da adesão de um jovem ao tráfico são muito complexos:

Entrevistador: “Sra poderia falar um pouco mais do Juquinha?”

Lúcia: “Ele não trabalhava. Fazia Esporte Só. Ele faria 18 anos em março, um mês antes de ser morto. Ele deixou um filho que não viu nascer, hoje criado por mim. Ele estudava e parou com 14 anos na oitava série. O motivo para parar de estudar foi quando começou a sair para baile, começou a faltar. Nos finais de semana ia muito à praia e sítio. Eu sempre me esforçava para pagar essas coisas boas que ele gostava de fazer.” (Lúcia, São Carlos)

Como no caso de Marly, houve toda a tentativa de um empreendimento econômico desenvolvido por Lúcia na trajetória dos seus filhos, que se reforçava com mais intensidade durante o período de adolescência dos mesmos, mas isso não evitou a adesão ao tráfico por parte dos dois jovens em questão. Mas que a auto-suficiência, tanto para Juquinha quanto Marcos, os demarcadores que influenciaram sua adesão foi o fato de futuramente ascenderem simbolicamente através do tráfico, tendo sido cruciais, uma vez que os dois eram personagens que possuíam cargos altos na hierarquia do tráfico na favela:

Entrevistador: “Em sua opinião, quais **foram os principais motivos** para esta morte acontecer?”

Marly: “Ele morreu porque já estava sendo divulgado, então o motivo foi esse. E não deram chance nenhuma para ele tiraram a vida dele. Não houve perícia, não houve chamada. Não aconteceu nada com eles. Eles acham que vagabundo tem que morrer, acabou.” (Marly, São Carlos)

Os discursos e gramáticas em torno da criminalização dos jovens envolvidos com o comércio de venda de drogas ilícitas me chamaram muita atenção. Não só por parte do Estado, mas também como esses signos encarnam toda uma acolhida moral, ainda mesmo que não sentida de tal forma, muitas das vezes, por parte das próprias vítimas:

Entrevistado: “A Sra poderia contar um pouco sobre a morte do Juquinha?”

Lúcia: “Comunidade não tem justiça. Nós somos pobres, porque você vê que justiça para nós não tem. Já os grandões fazem, tudo merda aí e há. Agora quem é morador na favela, é pobre, não tem justiça. Justiça quem faz é eles e acabou, não temos direitos de gritar, temos direitos assim, de desabafar como essa entrevista que você ta fazendo... se eles prendessem, eu tirava o papel para eles, porque ele tava numa vida errada, ou que eles tivesse armado e eles por legitima defesa matasse, mas ele estava desarmado, tanto que ele tava sem camisa com uma blusa nas costas, então foi um ato de covardia. Não pude ir a delegacia por ameaças. Porque se meu filho era um bandido, eles não dão esses direito a nós. Favelados não temos o direito de gritar, falar e apontar, se não pagaremos o preço, a única defesa para nós é ele” (Lúcia, São Carlos).

Mesmo que exista toda uma gramática acionada por muitos familiares vítimas de violência policial, principalmente quando seus filhos ou parentes estejam relacionados com o “tráfico”, se a morte de bandidos for em um cenário onde de fato se prove a existência do confronto, o homicídio destes passa a ser legitimado. Este ato não é encarado como violação, em parte, graças a internalização da “Sujeição Criminal” (MISSE, 1999), por parte dessas pessoas. Isto, em certa medida, não rompe com a visão que legitima a vida dos “traficantes”, como sujeitos sociais “matáveis”.

Essas afirmações na construção dos discursos pela sociedade civil, mas também utilizada por algumas vítimas, faz com que se reproduza todo processo de criminalização de condutas, corpos e territorializações de espaços. Tendo em vista, que o discurso de morte em legítima defesa - o auto-de-resistência - passa a configurar como um dispositivo que funciona de forma sistemática, fazendo que executem-se todos aqueles que se encontram nos tipos ideais de criminalizações:

Isto rompe com a constitucionalidade dos direitos civis. Mesmo sendo uma prática ilegal, amparados por toda essa representação social que é legitimada pela mídia e reproduzida, em grande medida, por boa parte da população, romper com a constitucionalidade, mais do que

viável, acaba sendo uma opção acionada e legitimada. Estas arbitrariedades de execuções sumárias dirigidas a sujeitos sociais criminalizados passam a ser mediadoras das relações sociais em territórios de margens.

Dentro deste campo das margens, serão acionados não somente dispositivos de controle que vão gerir a produção da morte nesses espaços, mas também possibilitará a existência de papéis sociais, clivados de códigos morais distinto do tecido social comum, criando novas reformulações performáticas. Temos dessa maneira, a mobilização emotiva da mãe, e as formas de manifestação de seu papel social no repertório da articulação de suas emoções:

A morte dele foi assim: porque nós que somos mães, temos um sexto sentido. Eu cheguei do trabalho, e estava fazendo uma comida que ele gosta: quiabo com galinha. E falei, meu filho, vai embora! Vai cortar seu cabelo, ir para casa do seu tio. Isso ele se arrumou e saiu, quando ele saiu, não fez cinco minutos e eu escutei três tiros. E falei: ai, meu Deus, meu filho! Veio uma vizinha e falou q ele tinha sido baleado e levado para o Souza Aguiar, mas na verdade já saiu daqui morto. Minha filha, pegou uma Kombi e foi ver.”

A forma com que a morte reelabora o cotidiano dessas mães pode ser descrita nas mutações que operam diante da rotina dos atores sociais envolvidos diretamente neste processo, como os familiares. As mães são as que mais modificam suas trajetórias diante das circunstâncias trágicas ocorridas. Na sua gramática emocional fica tangenciado as marcas que ficam na releitura de suas vidas, como a lembrança da comida preferida dos filhos, os últimos passos dos mesmos ao encontro da morte.

### 3 APRESENTAÇÃO DOS 4 JOVENS (BIOGRAFIA)

#### 3.1 Biografias

Neste bloco vamos elencar a trajetória dos quatro jovens mortos nas ações policiais relatada por suas mães. Os casos são colocados seguindo uma cronologia no que tange ao período de assassinato destes. O objetivo desta seção é proporcionar um resgate singular da biografia de cada um desses garotos, mostrando os motivos que colaboraram para a adesão dos mesmos no “Mundo do tráfico.”

Juquinha, filho caçula de Lúcia, negro, tinha 17 anos quando foi assassinado em 2003. Ele foi morador do São Carlos desde que nasceu. Segundo sua mãe teve uma infância muito protegida, temerosa de ter o mesmo destino de seu irmão mais velho, Totoco, que passou boa parte da adolescência na antiga FEBEM posteriormente na prisão. Lúcia, sua mãe, tentou dar ao filho uma vida material mais ostensiva, isto sem contar a constante vigilância que a mesma infligia sobre ele, temendo o risco dele aderir a práticas criminosas.

Este rapaz não conviveu diretamente com o pai. Este era presente em raras ocasiões. Lúcia, de certa forma, criou os seus quatro filhos sozinha. Ela trabalhava como empregada doméstica, posteriormente alçando o cargo de governanta, o que permitiu que proporcionasse um destino menos árduo a Juquinha, se comparado aos seus irmãos mais velhos. Lúcia chegou a pagar a Escolinha do Flamengo para que o mesmo pudesse jogar profissionalmente. Juquinha largou os estudos aos 14 anos. Segundo sua mãe, isto ocorreu depois que o mesmo passou a frequentar bailes Funk. Juquinha era descrito por Lúcia como uma criança meiga, amorosa e apegado a ela. No início da adolescência não mudara muito o seu comportamento: poucas vezes saía do Morro, sua vida social, durante a infância era praticamente ligada a igreja que a mãe frequentava, mas foi afastando-se desta, interessando-se por outros atrativos culturais, como o baile funk que sempre era realizado aos fins de semana na Favela.

Ao completar 15 anos, Lúcia, passou a dar mesadas consideráveis, além de roupas com fins de ostentação, visando distanciar Juquinha de possíveis envolvimento com amigos que já estavam inseridos no mundo do tráfico. Acabou não tendo muito êxito. No ano de 2001, o Jovem ingressou de vez no mundo do crime, alcançando o posto de “gerência” e comando no grupo armado da comunidade. Sendo temido e respeitado. De acordo com Gilberto Velho (1996):

(...) A ideia de uma vida breve, mas intensa e repleta de gratificações, é recorrente  
(,,,) a notoriedade da atividade criminosa, com assaltos, sequestros e guerra entre

quadrilhas com repercussão imediata na imprensa e particularmente nos noticiários de televisão, constitui fonte de prazer e realização.” (VELHO, 1996, p.20)

De acordo com seus familiares, apesar da rápida ascensão e notoriedade alcançada no “mundo armado”, Juquinha continuou tendo a mesma personalidade com os seus familiares e amigos. Mesmo pertencente a uma família evangélica de tradição na comunidade, o desvio ao qual estava mergulhado não abalou a rede de capital social que Juquinha tinha com os mesmos, em certos casos, até aprofundou. Uma de suas tias, conhecida como Ana, irmã mais nova de Lúcia, estava sempre disposta a intermediar e fazer-se presente em sua busca, temendo que fosse detido ou morto em dias de operação policial.

Juquinha, apesar de introspectivo, sempre manifestava que um de seus interesses em aderir ao tráfico de drogas do morro não estaria ligado apenas a indignação que sentia em relação as incursões policiais nas Favelas. A possibilidade de ter diversas mulheres, carros, motos o encantava, e o fascínio que sentia pelo perigo. Foi muitas vezes descrito assim por sua mãe.

Tanto poder local gerou cobiça em seus próprios aliados. De acordo com a mãe, sua morte foi “comprada”, de certa forma, facilitada. Foi “tocaiado”. Tinha sido para ir cortar o cabelo, estava desarmado, com a camisa pendurada nas costas. Rendido, levou três tiros no peito. A família não pôde acompanhar o corpo até o hospital, pois os policiais os impediram.

Antônio, filho de Antônia, negro, tinha 18 anos quando foi assassinado em uma operação policial no ano de 2008 no Morro do Fallet. O primogênito de 5 filhos, sempre morou na comunidade do Fallet. Antônia e o pai, apesar das dificuldades que tiveram, tentaram proporcionar uma infância equilibrada ao filho. Segundo relatos, ele era muito apegado a mãe.

Parou de estudar aos 14 anos, após ter sido baleado no Morro. Na época trabalhava em meio período na FIA (Fundação Infância e Adolescência). Depois do incidente foi tomado por problemas emocionais e sua vida nunca mais fora a mesma, abandonando os estudos e, aos poucos, ingressando na vida do crime.

Como a maioria dos jovens da sua idade, gostava de sair, ir ao baile Funk nos fins de semana. Algo que passou a fazer com maior frequência depois que conseguiu o seu primeiro emprego. Após o acidente que sofrera, a frequência a ambientes de lazer diminuiu, porém foi aumentando a medida que Antônio passava a se enturmar e ingressar no tráfico de drogas.

Quando foi assassinado, Antônio estava há pouco tempo no crime. Era tido por muitos como inexperiente e não tinha grande relevância no universo do crime. Quando foi morto na ação policial realizada por policiais militares no Fallet, estava desarmado e sem camisa. Implorava aos policiais para não morrer, inutilmente, pois levou um tiro no rosto.

Moisés, filho de Jéssica, pardo, tinha 19 anos quando foi assassinado. Primogênito de dois filhos, era apegado a mãe. Na época da infância de Moisés, após migrarem do Espírito Santo para o Estado do Rio de Janeiro, Jéssica, sua mãe, era solteira, tendo que trabalhar como empregada doméstica. Dessa forma, ficou delegado a Moisés a responsabilidade de ajudar a cuidar do irmão enquanto a mãe trabalhava.

Em seguida, foram morar em Acari e depois na Favela da Praia de Ramos, de onde mudaram-se para o Morro de São Carlos em 2014 na adolescência de Moisés. Nesse ínterim, o rapaz conseguiu um emprego no MC Donalds, qualidade esta admirada pela mãe, que dizia que o filho desde cedo era acostumado ao trabalho. Aos fins de semana, e durante o carnaval, ia vender água e bebidas com o padrasto ou trabalhar na feira.

Observando a trajetória de Moisés, e também de alguns períodos da biografia de Antônio, podemos problematizar algumas abordagens que interpretam os motivos de adesão dos jovens ao mundo do crime como uma negação ao ethos do mundo do trabalho.

Além de construir a imagem do homem como um ser feito na guerra. Moderno, porque não se baseia em relações pessoais de lealdade e dependência, mas na visão atual do homem como quem leva vantagem em tudo, típica de um mercado não regulamentado e não limitado institucionalmente (ZALUAR, 2000, p.115).

Com o passar do tempo, Moisés, segundo sua mãe, foi socializando-se com alguns amigos, frequentando bailes Funk e começou a inserir-se com mais intensidade em alguns ambientes desconhecido por seus familiares, que lhe proporcionou um retorno mais imediato. Jéssica demorou a acreditar que o filho estivesse envolvido no tráfico de drogas, até o que o viu armado em uma “boca de fumo”.

Moisés foi assassinado em uma operação policial realizada pela Polícia Militar em 2017. Foi Rendido, porém assassinado. A mãe foi avisada instantes depois, porém só encontrou o chinelo do filho e uma poça de sangue. O local de sua morte não foi periciado. De acordo com Jéssica, sua identidade foi levada pelo policial, e o mesmo dera entrada no Hospital Municipal Souza Aguiar como falecido.

Carlos, filho de Marly, negro, tinha 19 anos quando foi assassinado em 2015. Sua família sempre residiu no Morro de São Carlos. Sua mãe, solteira e auxiliar de serviços gerais, sempre fizera de tudo para lhe proporcionar certa segurança. Criança descrita pela mãe como ativa, alegre e travessa, Carlos sempre foi extrovertido na vizinhança tendo vasta rede de amizades. Na escola sempre teve um perfil contestador. Com a chegada da adolescência tornou-se rebelde, matava aulas para ir à praia. Amava passeios aos Sítios. Era muito namorador,

deixando cinco filhos, quando faleceu. Gostava de frequentar o baile Funk aos Fins de semana, o que para sua família representou sua decadência e postura rebelde.

De acordo com sua mãe, a descoberta de que estava fumando maconha e andando com “amigos envolvidos” foi um desvio que abalou todos os seus parentes, pois sua família tinha uma conduta moral intocável por essas condicionantes. Carlos teria sido o primeiro membro a aderir ao Tráfico de drogas. No desespero, Marly o surrou por diversas vezes na tentativa de impedi-lo de se enturmar, o que piorava a situação. Chegou a ser preso por duas vezes e ser internado no Degase, no entanto, voltava para o tráfico de drogas.

Em seguida, no ano de 2013, Carlos abandonou a escola e ingressou de vez na vida do crime. Sua mãe ficou inconformada. Assumiu cargos de alta hierarquia e foi conquistando toda uma rede de capitais simbólicos e sociais na Favela. Assim como Juquinha, alguns moradores chegaram a cogitar a possibilidade de “tocaia” para o seu assassinato, devido a fama, popularidade e temerosidade adquiridas. Foi assassinado em 2015 em uma operação policial realizada pelo Bope na Favela de São Carlos.

### **3.2 Discussões sobre dor, luto e cotidiano**

As questões do “tempo”, da dor e do luto adquirem formas completamente subjetiva na trajetória dos familiares de vítimas de homicídio cometido por agentes do Estado, principalmente para as mães. Nessa questão do tempo, a produção política de construção e reconstruções dessas vidas envolve um trabalho no “tempo”. Os manuseios sociais do tempo adquirem uma precisão singular nessas biografias. Podemos observar então através de todas essas representações que o “tempo” possui agência.

É necessário pensar como essas experiências de ausências são construídas política e socialmente. A visão de desumanização de corpos e práticas vai reproduzir toda uma retórica criminalizadora de territórios e indivíduos estigmatizados, e tais práticas propiciará a não existência dessas vidas e o seu possível extermínio. Essa intensificação da figura de sujeitos vistos como “inimigos” reforça o binarismo que é construído em cima da ideologia que fratura a cidade e a ordem urbana entre “cidadãos” do bem e do mal. Esses discursos construídos pelo Poder Público contra esses territórios e grupos são narrativas que estão trabalhando com questões sociais prontas. Através desse “simulacro” (CHAUI, 2006) se constrói ideologicamente representações do que seria entendido por violência. Esta está inserida em um conjunto de coisas domesticadas sobre o que seria tangenciado como transgressões.

Isto ganha relevância no mundo social, tornando-se consenso, porque há todo um conjunto gramatical direcionado a naturalizar tais práticas como desviantes. Ao acessar essa narrativa entra em campo o uso de falas específicas, que não dialogam com outras questões do cotidiano. Existe toda uma política indexatória do sofrimento dessas pessoas, a sobrevivência por essas situações limites deixa marcas no redirecionamento do cotidiano desses indivíduos.

Para Lúcia, a justiça que opera na vida social dos homens não promoveria reparação moral a dor ao qual tem que lidar diariamente, a morte do seu filho. Tendo noção que a impunidade do Estado e de seus agentes, em relação a essas mortes, sempre ficará impune, uma vez que estas ações contra a juventude pobre e negra das Favelas é legitimada pela sociedade. Portanto, o consolo para ela, ou justiça, só é alcançada em Deus.

A ideia de “reparação” acionada pelas mães não segue a lógica de representação Institucional ao qual recorrem a maioria dos familiares vítimas de violência policial. A reparação obtida via Estado, feita por muitas famílias, ou o próprio acesso a Movimentos Sociais de Vítimas da Violência não se mostra como opção para estas, pois sendo mães de “traficantes”, a morte de seus filhos seria compreendida como aceitável por maior parte da sociedade.

Essa reparação que também se inviabiliza enquanto reconhecimento por conta da Sociedade Civil, acaba ganhando consistência em outros campos, sendo acionada por modo subjetivo. De acordo com o que a trajetória dessas mulheres pode direcionar a nível de mobilização. O campo simbólico e o capital social que cada uma dessas mulheres predispõe na Favela também acaba sendo um fator que permite uma maior ou menor possibilidade de aceitação moral e social por parte do tecido comum em relação a sua dor.

É importante observarmos como esses personagens sociais, nesses casos, as mães e seus familiares, passaram a reelaborar suas rotinas depois da dor da perda de seus filhos. No caso de Antônia, além de lidar com a execução do filho, os mesmos agentes, agrediram fisicamente e torturaram outros filhos seus, e isto impactou a adolescência dos mesmos. Além das depressões, a falta de perspectiva e com o ingresso ao “tráfico” anos mais tarde. Antônia passou a se mobilizar interferindo em qualquer situação de conflito que envolvesse violência policial na Favela; Jéssica, se fechou na própria dor, devido aos vários problemas de saúde e psicológico que obtivera por conta da tragédia ao qual sua vida foi submetida; Maria buscou a mobilização através da Fé, a dádiva para ela estava ligada ao mundo espiritual; Marly canalizou também sua indignação direcionada ao Estado e a forma negligente com que os mesmos as trataram. Nesses casos, não foram só os corpos de seus filhos que foram mortos, mas também os seus. A inviolabilidade aqui se estende as mães, na forma de morte moral e social. A forma com que as

audiências são montadas nos Fóruns, por exemplo, enfatiza toda a criminalização de condutas que estejam associadas ao que se classifica como vida “bandida”. Portanto, uma representação social que está à margem da lei, fazendo com que o Estado seja tolerante a essas execuções. Misse (2011) descreve o discurso utilizado para representar a criminalização e legitimação dessas mortes:

Naquela tarde, tanto acusação quanto defesa centraram suas indagações na figura de um dos mortos, tentando obter de sua mãe, que não havia presenciado a morte, informações sobre o cotidiano de seu filho, se trabalhava, se era envolvido com o tráfico, o que estava fazendo dentro de uma favela com tráfico de drogas na hora da ação policial. Tanto o promotor quanto o advogado dos réus explicaram a ela que estavam lhe dirigindo tais perguntas para saberem quem era o seu filho- se uma pessoa de bem ou um suspeito. Por um lado, o promotor queria obter informações que pudessem caracterizar o morto como uma pessoa “trabalhadora”, certificando-se sobre o seu passado- ele não tinha passagens pela polícia- e dirigindo perguntas sobre a rotina do mesmo. Já o advogado utilizou as respostas da mãe para insinuar que o filho poderia fazer algo de errado naquele dia, já que a mãe se quer sabia o endereço da padaria onde ele trabalhava(...) a inquirição da mãe acabou sendo, assim, uma inquirição sobre o morto, e não sobre as circunstâncias da morte. (MISSE, 2011, p.52).

De acordo com esta narrativa, podemos perceber que toda a audiência se organiza em torno de buscar a condição moral da vítima, neste caso, tanto defesa quanto acusação se empenham, cada uma em seu campo, na responsabilidade de enfatizar o estigma desses sujeitos. Mesmo no caso de uma leitura que utilize o afastamento da vítima ao estigma, podemos entender que qualquer aproximação desses jovens ao papel social do traficante, impossibilita a interpretação e compreensão da morte como execução, sejam quais forem as circunstâncias do fato.

Tendo conhecimento dessa acusação e a certeza de que a morte de seus filhos não provocaria um apelo moral, mesmo que seu assassinato seja comprovado, isto fez com que as mães não viabilizassem a opção de almejar uma reparação através do Estado, mesmo tendo a certeza da inconstitucionalidade dessas mortes. Portanto, o mecanismo de manifestação da injustiça ao qual foram submetidas percorre por outros meandros. Elas buscam uma reparação que será distinta das de outros familiares vítimas de violência. Para Lúcia a reparação está no “além corpo”, ultrapassa o que ela chama de justiça dos homens. Essa justiça ultrapassa o mundo político, só a fé em Deus pode recompensar. A Igreja fornece um outro caminho de busca à justiça, que é a Divina. Porém tal aceção ao divino, não dá suporte ao fato de ter que lidar com a dor da perda de um filho; Antônia, também está no caminho religioso, mas acionou a “dádiva”. Buscou a reparação no corpo de outros jovens da Favela.

Sempre militando, se mobilizando em torno das violações de Direitos cometidos no Morro por policiais, Jéssica falava através do próprio corpo: a depressão e seus traumas

psicológicos, pós tragédia; Maly sentiu-se nesta mesma condição, tendo o próprio condicionamento fruto da situação social permanente em um determinado momento. Qualquer expressão de resignação é fruto de sua situação de vida. É importante destacar que esta mãe se quer sabia da existência de movimentos de familiares vítimas de violência policial.

Através da dor passou a indignar-se de forma inquisitória com o mundo que envolvia o seu contexto, tanto problematizando a violência de forma heterogênea, que passou a ampliá-la tanto no asfalto, como na forma simbólica com a qual vivenciou, enquanto seu papel social de mãe pelo estado. A resignação, em um primeiro momento, se permutou em questionamento. Portanto, não configuraria um refúgio, mas motivou a mobilização política de sua dor.

Assim, a maior reparação acionada por estas foi a moral. Isto foi sentido em todo o momento da pesquisa. A gramática emocional utilizada por essas mulheres na narrativa de suas trajetórias, no desfecho trágico ao qual foram colocadas a vida de seus filhos, e no sentido que davam a voluntariedade em descrever a biografia de seus filhos, mostrando que apesar destes serem traficantes, os mesmos participavam de códigos morais partilhados pela sociedade civil: amavam, tinham sonhos, famílias. Por mais que tenham “desviado” de certos valores simbólicos, estavam em suas vidas cotidianas partilhando do mesmo código afetivo cultural de toda a sociedade.

Então, elas não se resignam. Suas dores e engajamento são manifestados politicamente através de um vocabulário emocional distinto, partilhado por estas mulheres ou outras que tiveram em comum o mesmo infortúnio, e também por pessoas afetiva e contextualmente ligadas a elas, como no caso, os moradores das periferias. Nestes cenários, o convite a escuta de histórias de vidas, onde a situação-limite é a regra, essas experiências de violações podem funcionar como um vetor, ao menos de reconhecimento, enquanto vítimas dos atores sociais que estão fora desse contexto

Cada história, cada desdita contada, colocava o modo com que essas mulheres iam elaborando não somente suas histórias de vida pré infortúnio ou mesmo, *a posteriori* da experiência trágica aos quais suas vidas foram submetidas. O desafio foi compreender como essas mães, partilhando de uma violência comum ao qual foram submetidas, através das mortes dos seus filhos, elaboraram formas de saída ou reparação moral dessa injustiça, através de gramáticas emocionais extremamente subjetivas.

A partir dessa observação, pude perceber que existia sim uma resposta política de engajamento ao cerco moral que foram cerceadas: o fato de serem mães de traficantes impermeava qualquer escuta por parte de grandes segmentos da sociedade; tal fato não impedia que as mesmas não manifestassem tal indignação, e se não recorriam isso de forma típica como

engajar-se em movimento de familiares vítimas de violência, é porquê tinham a conscientização que as mortes ao quais seus filhos foram submetidos era legitimada pelo Estado e partilhada por grande parte da sociedade civil.

Há uma inclinação a questionar a inviolabilidade dos atores sociais do Estado (policiais) quando matam os “jovens” ditos como pertencentes ao mundo do tráfico nas Favelas, onde os “agentes da lei”, em vez de seguirem a Constituição Brasileira e a lei, que não permite a utilização de pena capital, aplicam uma “pena de morte” a grupos específicos: jovens negros moradores de favela e periferia. Tal atitude sempre fora respondida com repúdio, não exclusivamente só pelos familiares de vítimas, mas pela maioria das pessoas que residem nesses territórios.

O interessante é notarmos que essa indignação sempre esteve presente nos atores sociais que habitam o território das periferias. No entanto, as possibilidades de se fazer que esse eco de revoltar ganhe adesão por parte da sociedade é um campo muito mais complexo. Quando temos a organização de um discurso de elites que sempre ao longo do nosso contexto histórico mapeou de forma perene os que deveriam ter acesso à cidadania, e todos aqueles que seriam eleitos como inimigos sociais, a criminalização de práticas e condutas ficou muito mais viável.

Vistos como um espectro social que ronda a questão urbana, e sendo derivado de um problema social que nos permeia, a Favela e todos os seus habitantes são negligenciados também de conseguirem ser protagonistas ou se quer terem espaço a própria construção ideológica de suas representações.

Tal realidade social, inviabiliza um discurso construído pela própria “favela”. Sendo sempre representada ao olhar daquele que está de fora, configurando o nativo a mero expectador, receptor dos estereótipos aos quais lhe são acionados, fazendo então, um retrato desses sujeitos. Em um contexto onde o então Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, colocou as mães de Favelas como fábricas de produzir marginais, esse discurso impossibilitou, ainda mais, qualquer êxito em ações políticas e sociais por parte dessas mães na luta por reparação nas mortes de seus filhos pelo Estado.

Isto, cria uma “territorialização”, espacialização da leitura dos processos de dor. Ela tem um espaço social típico a ser sentida, tem um corpo social próprio: o do favelado ou periférico, e também, um recorte de classe e gênero e, sobretudo racial.

O exercício de fala por parte dessas mulheres é a pista analítica das questões ao qual me indaguei nesta pesquisa. Não existe uma resignação por parte das vítimas de familiares de violência policial, quando estes estão na representação tipificada de serem parentes de sujeitos desviantes. O que inexistente é a militarização da justiça diante das Instituições nitidamente

acessadas por pessoas que estão desassociadas ao estigma de “bandido”, como trabalhadores ou estudantes.

Existe um movimento político empreendido por essas famílias, só que em campos próprios, cuja leitura e entendimento social só podem ser compreendidos a luz do aspecto simbólico ao qual esta retórica opera dentro do espaço das Favelas. As minhas entrevistadas se posicionaram politicamente no momento em que recusaram introjetar a gramática moral que as marginalizam como mães de bandidos. Elas rejeitam o raciocínio “belicoso” que legitima a morte de seus filhos pelo Estado. Tem-se um empreendimento de agência desses atores sociais em situações de sofrimentos. A singularidade com a qual estas mulheres organizam suas vidas, pós o infortúnio vivido, trouxe consigo as condições ativas que são próprias de sua situação social. Buscando através do contexto, representações que tornem o mundo dessas mães habitável novamente. Essa escuta a “dor” são vozes ativas que podem ou não ser acessadas por atores sociais que estão fora desse contexto.

De acordo com que a dada situação social de agentes que permutam nesse mesmo universo simbólico ao qual as mães estão inseridas, seu sofrimento, pode configurar-se como um convite ao jogo de linguagens do qual essas estejam narrando. Muitas vezes, os atores sociais que não compartilham do código simbólico do nativo, os sujeitos que estão de fora do contexto da favela, que se ancora nos esquemas de estigmas sociais representados pela mídia, ficam impossibilitados de pensar no outro – favelados - desconectados a configuração do mau.

As mães, de certa maneira, escolheram a forma de vivenciarem o seu luto. O contexto ao qual estão submetidas permitiu com que elas vivessem esse luto através dessa forma. Maria foi acolhida na sua igreja, mas também não podemos desconsiderar o capital social que ela obteve na Favela. Isso faz com que sua fala fosse acolhida e respeitada. Temos que observar a maneira com que cada uma dessas mulheres usaram a situação-limite ao qual foram submetidas, na definição de seu luto.

É possível ampliar esta abordagem para outras configurações de “Territórios de Margens” (DAS; POOLE, 2004), sendo que essas mesmas áreas têm como fator incomum, a administração militarizada dos seus espaços, tendo os seus habitantes inseridos nos estigmas raciais ao qual o poder Público e também a sociedade ensejam sobre os mesmos.

Um dos objetivos é compreender como a narrativa da história de vida dessas quatro mães contribuem para compreensão da forma com que o Poder Público e o Paralelo criam

territorialidades opressivas. Mas vale lembrar que, como diz Foucault<sup>3</sup> (1989), o poder também proporciona a existência de resistências por parte dos Sujeitos dominados.

Dessa maneira, os interlocutores vão redefinindo novas formas de criação cotidiana, que tem contornos próprios. As narrativas de uma das entrevistadas mostraram a maneira com que a dor, muitas das vezes, permitiu novos contornos e reconstrução de vidas. O infortúnio ao qual perpassa grande parte dos moradores de territórios militarizados, acaba possibilitando novas possibilidades de viver, fazendo com que os sujeitos apreendam não só a lidar com o que há de pior, o descaso da possibilidade do seu direito à cidadania, mas também formas de tecerem toda uma próto existência através da dor.

De acordo com Das (2007), o sujeito é parte da experiência, o desafio que se engendram para esses sujeitos reside na dificuldade em transformar um mundo viável de ser habitado nesses espaços militarizados. Esses indivíduos vão conjugando formas simbólicas para tornar esses espaços habitáveis. Esse trabalho político do luto na construção de novas tecitudes cotidianas é um trabalho social.

Esses territórios e os seus habitantes são vistos como “Classes Perigosas” (Leite, 2004), incivilizadas e imorais. É válido ressaltar que o consenso construído por parte de aparatos hegemônicos de controle desses territórios orquestrados pelo poder público, com grande inserção da mídia que reforça tal imagem, consegue alocar a adesão de grandes camadas sociais, inclusive dos próprios pobres, a favor do controle das favelas vistas como “Locos da violência”, Valladares (1992).

A forma com que os moradores das Favelas se relacionam com o Poder, na conformação e construção de sua subjetividade para lidar com esses processos de ordenamentos, não é uma exceção quanto ao método de administração dessas Margens na cidade do Rio de Janeiro. Isto faz parte de uma política de Estado, ou seja, estabelecer a fronteira e o cerceamento entre o mundo do asfalto e o mundo da rua, como é apontado nas diversas referências sobre o tema desde a “Origem das Favelas”, de Valladares (2000), a “Cidades Partidas”, de Zuenir Ventura. Segundo, Valladares (2000):

Considerando a literatura disponível em seu conjunto, pode-se distinguir dois grandes períodos, cujo marco divisor é a entrada das ciências sociais no campo da pesquisa e da reflexão sobre a favela. O primeiro vai do início do século XX aos anos 50, correspondendo ao período da gênese, da descoberta do fenômeno e da construção de um tipo ideal ou arquétipo, até a inauguração de um saber oficial sobre o mesmo, com a realização do primeiro Censo das Favelas da Prefeitura do Distrito Federal e do Censo Demográfico de 1950. Os autores dessa primeira leva são jornalistas, cronistas,

---

<sup>3</sup> O indivíduo é o efeito do poder e, simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu” (FOUCAULT, 1989, p. 183-184).

engenheiros, médicos, arquitetos, administradores públicos e assistentes sociais. O segundo grande período começa nos anos 60 e chega aos nossos dias. Rapidamente a universidade transforma a favela em um dos seus objetos de estudo, gerações de pesquisadores se sucedem, alguns se tornam “especialistas” e a favela se consagra, ganha centralidade e acaba por inspirar uma grande parte da literatura sobre a pobreza urbana no Rio de Janeiro e no Brasil (VALADARES, 2000, p.32).

De acordo com Valladares (2000), a Favela e os seus habitantes desde sua gênese foram encarados como lócus da incivilidade, da amoralidade e da desordem. Com frágeis dispositivos que a controlassem de forma fragilizada, aos poucos foram acionando e consolidando métodos que permitissem um conhecimento das Favelas não só para civilizá-la, mas também com o objetivo de controle dessas populações. Para isto foi preciso criminalizá-la. Desde então, estes territórios são gestões dos mais diversos controles por conta do poder Público.

A partir dos aspectos de controle e possibilidades de agenciamentos abordados neste capítulo podemos analisar como a abordagem da história de vida das mães e os desdobramentos dos relatos das entrevistas fornecidas no trabalho de campo. Pois coloca em contraste as possibilidades de construção de vidas cerceadas por tais dispositivos.

A punição tornar-se-á um lócus para os habitantes desses territórios. Não podemos dizer que tratá-se apenas da punição física, na forma dos mais diversos genocídios aos quais estão submetidas as juventudes dessas Favelas, mas também a punição e o extermínio social que esses moradores encaram para, inclusive, residirem neste local. São cerceados por estarem inseridos no estigma da incivilidade e protagonizarem a desconfiança de serem vistos como “classes perigosas” (LEITE, 2014). De acordo com Foucault:

A punição vai-se tornando, pois, a parte mais velada do processo penal, provocando várias consequências: deixa o campo da percepção quase diária e entra no da consciência abstrata; sua eficácia é atribuída à sua fatalidade não à sua intensidade visível; a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro; a mecânica exemplar da punição muda as engrenagens. Por essa razão, a justiça não mais assume publicamente a parte de violência que está ligada a seu exercício. O fato de ela matar ou ferir já não é mais a glorificação de sua força, mas um elemento intrínseco a ela que ela é obrigada a tolerar e muito lhe custa ter que impor (FOUCAULT, 1988, p.17).

Para Foucault a soberania está ancorada nessa possibilidade do fazer viver e fazer morrer. O soberano controla os dispositivos biológicos e sociais. Neste caso, pensar o gerenciamento do espaço das Favelas - é problematizar as séries de diferentes dispositivos implantados por esses diversos atores, e as articulações acionadas pelos moradores para sobreviver nessa margem.

A relação de “terror” também aparece nas análises de Mbembe (2015). O autor compreende a tortura como um mecanismo de controle. Tal dispositivo cria normativamente

conjuntos de “fantasmas sociais”. Ou seja, os sujeitos de espaços marginalizados da cidade, ensejam em sua existência o perigo e a belicosidade, seus espaços são guetizados.

Em uma das passagens da obra “Necropolítica”, o autor analisa que em certos contextos, a guerra infro-estrutural é consentida pelas forças Públicas e sociais atreladas a essa construção que interpreta a periferia como lócus de perigo. E para a soberania na Necropolítica, o objetivo central é fazer a morte, aliada a novas tecnologias eficazes de destruição, o que se torna central é a produção da morte. De acordo com Mbembe (2016):

Essa forma de governabilidade difere do comando (commandement) 71 colonial. As técnicas de policiamento e disciplina, além da escolha entre obediência e simulação que caracterizou o potentado colonial e pós-colonial, estão gradualmente sendo substituídas por uma alternativa mais trágica, dado o seu extremismo. Tecnologias de destruição tornaram-se mais táteis, mais anatômicas e sensoriais, dentro de um contexto no qual a escolha se dá entre a vida e a morte.<sup>72</sup> Se o poder ainda depende de um controle estreito sobre os corpos (ou de sua concentração em campos), as novas tecnologias de destruição estão menos preocupadas com inscrição de corpos em aparatos disciplinares do que em inscrevê-los, no momento oportuno, na ordem da economia máxima, agora representada pelo “massacre” (MBEMBE, 2016, p. 141).

Tal condição de manufatura da “bárbarie” tornar-se-á na Necropolítica uma gestão de Estados-Nações, mas também de subsidiários, como os traficantes. Uma das percepções colocadas na etnografia, é a análise de que o tráfico também se insere e opera com dispositivos próprios de controles espaciais, também demarcando corpos e fronteiras. Com formas simbólicas próprias de se impor, eles também operam na produção de se fazer viver e também fazer morrer.

Uma das escolhas analíticas pertinentes a ser observada na confecção da presente etnografia analisada consiste na escolha bibliográfica de Judith Butler (2006), principalmente nos seus estudos sobre a discussão política do luto. Como construir o cotidiano continuamente pós a perda de um filho? Essa problemática perpassa as possibilidades que debatem quais vidas são relevantes dentro de espaços estigmatizados como lócus da violência, onde tais habitantes são vistos de formas estereotipadas e erigidos como perigo social a ser intervindo e exterminado.

Temos que ressaltar que o Sujeito faz parte de toda uma pedagogia, um trabalho de incorporação do social. Então, como dá-se a construção do sujeito de perda? A ênfase na biografia da reconstrução da vida dessas mulheres, pós a morte de seus filhos, são âncoras fundamentais para compreendermos as retomadas de agência que muitas mulheres obtêm nesses territórios. Como desde cedo são tangenciadas a viver em situações de limiar, produzem articulações agenciais múltiplas a revelia dos cerceamentos morais e patriarcais ao qual estão submetidas.

De acordo com Butler (2006), o corpo é uma construção moral. Esta definição é central ao debatermos os dispositivos de Biopoder e Necropolítica, tendo em vista que na periferia, a produção de vida é desigual. Existe toda uma seletividade dos que moralmente importam. Neste caso, a dor e o luto dessas mulheres, mães desta juventude criminalizada, acabam tendo não só a morte de seus filhos criminalizada, mas também o seu luto. A desumanização desses sujeitos, ou seja, eles se tornam indignos de viver.

O que interessa a Butler (2006) é problematizar a produção de ordens desiguais e iguais de existência. Certas corporalidades impossibilitam que alguns sujeitos sejam entendidos como cidadãos. Logo, contra essa população vista e construída como indesejáveis, instaura-se uma série de fatores que destituem esses corpos de qualquer condição de humanidade. Logo o infortúnio dessas pessoas será irrelevante para as camadas que estão fora do que seria visto como condição indigna de se viver.

Érick Araújo, a parte de sua etnografia: "A vida em cenas de uso de crack" (ARAÚJO, 2018) demonstrou como corpos e territórios são demarcados dentro de uma necropolítica, haja visto que estas produzem territórios, que produzem corpos matáveis. Através do universo habitado por usuários de Crack, na Avenida Brasil, e nas Favelas aos arredores, o autor mostrou as mais diversas formas do poder Soberano atuar através de suas atenuantes Biopolíticas. Tais como:

Nesse sentido, um considerável conjunto de modos de existência urbanos tornam-se interrogações disfarçadas de problemas. Gera-se uma simetria, através do qual a própria ideia de conflito urbano se torna pouco funcional, o que aparece ocorrer é a detecção das variações da vida na cidade a partir de modelos de cidades, estável, legítima e que deveria ser protegida. Faz-se com que essas variações de vida urbana sejam apreendidas como "problemas" - o "Problema das Favelas" (...) Assim, responde-se à interrogação "como administrar a cidade?" a partir do problema "como existir na cidade?" (ARAÚJO, 2018, p.65).

Desta forma, a hegemonia pelo controle dos sujeitos, faz-se a necessidade de criação de um corpo soberano, onde um corpo que pode ter vida, tornar-se-á o "cracudo", ou no caso da etnográfica de Camargo (2014), "O Favelado". Tendo erigido-se esses estereótipos, constrói-se também o seu território como um perigo constante a ser controlado e combatido. Neste caso, o estereótipo acionado ("cracudo", "traficante", mãe de traficantes, etc) produz o esvaziamento dessa vida.

De certa maneira, é um trabalho biopolítico que objetiva excluir esses modos de existência. Vidas que são construídas como abjetas tornam-se extermináveis. Isto faz retornamos a Necropolítica Membembiana, tendo em vista que essas estigmatizações dos

sujeitos são empregadas para legitimar modos de governanças na gestão da vida dessas pessoas nestes enquadramentos dos territoriais.

Essa população, virando alvo de práticas Biopolíticas, é ligada aos dispositivos de poder e atravessada por um clamor técnico administrativo de ordem moral, que a transformará em um problema político. Esta demanda de ordenamento social, advém no território uma gama de especializações que vão definindo toda essa gestão política do fazer viver ou morrer nesses locais.

De acordo com Das e Walton (2015), na obra “*Political leadership and the urban poor: local histories*”, o objetivo central da análise foi pensar as políticas de gestão do pobre. Os autores procuram definir quais são esses sujeitos sociais a serem administrados. Das e Walton (2015) problematizam que o fato dos sujeitos não se mobilizarem através de Movimentos Sociais não significa que não tenham agência. O silêncio recria e faz vidas; é inconcebível comprarmos a pecha postulante que só consiga legitimar esses sujeitos como políticos se ambos estiverem organizados em uma série de conjuntos de resistência. Na maioria das vezes os indivíduos que estão fora desses enquadramentos não são vistos como Sujeitos Políticos. É preciso observarmos, quais as estéticas estão sendo acionadas por esses atores sociais.

O que Das (2015) contribui analítica e teoricamente para este campo consiste na percepção que enfatiza o poder de ação dos agentes sociais nos percursos mais complexo possível. Preocupando-se em detectar quais os atores sociais que agenciam essas “Resistências”. Sendo assim, é relevante pensar quais formas de resistências as margens permitem traçar. Que sujeitos políticos são esses para pensar a resistência? Quais as possibilidades dessas agências?

De acordo com Farias (2014), ao analisar a gestão das mortes dos moradores de Favelas em operações policiais, a autora vai enfatizar as tecitudes que se erigem na relação de dois sujeitos sociais: o Estado e os familiares das vítimas dessa violência. Revelando a racionalização desses corpos, isto permitirá vermos que as comoções são distintas. Todas as questões apresentadas por Farias (2014) ajudam a elucidar de forma consistente o papel social que o Estado tem na produção dessas vidas. Logo, as possibilidades que esta Instituição tem, através dos seus dispositivos, de gerenciar essas territorialidades.

Para a autora, o Estado não obtém um caráter meramente essencialista. Este opera também nas margens, recriando-se através delas. Entender a lógica de funcionamento desses mecanismos será fundamental para compreender as dificuldades estruturais e técnicas que essas famílias percorrem para conseguir ver a resolução acerca de seu infortúnio por parte da Justiça, revelara quais vidas sociais importam.

A ideia de como governar as mortes, vai demonstrar que algumas vidas são construídas como indignas de se viver. Isto é explícito desde a morte nas operações policiais, da retirada atravessada por atos de exceções, da passagem ao exame cadavérico, até as audiências públicas, feitas com os familiares das vítimas. Isso sem falar nos Auto de Resistência. Nota-se que se trata de um Estado, que funciona como gestão das governamentalidades.

A condição moral de ser mãe é um tributo imperativo diante dos leques de possibilidades que giram em torno dessa representação social. Por este motivo, muitas vezes a qualidade de ser mãe adquire forma substantivada, que é um conceito crucial para ingerência de mobilizações, possibilitando o direito à escuta dessa dor por parte do restante da sociedade civil. Portanto, este papel torna-se um fator indispensável nas lutas destas.

Por este motivo, é nítido observamos a guerra ideológica e política que gira em torno do apagamento da condição social por parte de agentes Públicos através de seus representantes e também por parte da mídia. Quantas vezes, já assistimos alguns jornais sensacionalistas ou pronunciamentos de figuras públicas como o então Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, se pronunciarem a mães de “Favelas” como fábricas de fazer marginais.

Abordagens desse tipo servem para criminalizar e desqualificar a condição de mães dessas mulheres. Passam a ser responsabilizadas diretamente pelas condutas vistas como desviantes que seus filhos adquiriram em suas trajetórias. Fazendo com que sua biografia seja rotulada como algo indigno de serem consideradas como mães. Este jogo do Estado também tem um recorte de gênero, pois este funciona sempre como um ente masculino, marginalizando essas mulheres e impossibilitando que estas de forma moral e simbólica venham a ser questionadas em relação a sua condição materna.

Apropriar-se dos códigos técnicos e simbólicos que permitam com que esses sujeitos sejam humanamente entendidos como tal, esbarra no enclave moral ao qual as mães de “traficantes” estão cerceadas de introjetar essa gramática política como parte de seus discursos. O fato da imagem de seus filhos estarem associadas ao “tráfico” dificulta e inviabiliza qualquer forma de crédito moral e responsabilização social e jurídica do Estado e de seus agentes as execuções cometidas contra seus filhos. De acordo com Farias e Viana (2011):

Acompanhar e participar de atos e situações estratégicas envolvendo essa rede de militantes marcas recorrentes. Antes de tudo, lidamos primordialmente – e familiares de vítimas de violência policial embrenhou-nos em contextos que trazem certas - mesmo que não exclusivamente – com cenas públicas, marcadas por um processo dinâmico de fabricação de unidades e antagonismos relacionalmente definidos. Audiências judiciais, julgamentos, batalhões da Polícia Militar, atos de protesto em frente a unidades da polícia, como a Chefia da Polícia Civil, do Degase, eventos das comissões de Direitos Humanos da ALERJ e da Câmara dos Deputados, diferentes secretarias municipais e estaduais e ONGs de Direitos Humanos, entre outros, fazem

parte do percurso em que tal militância é exercida e, por isso, traçaram também nossa agenda mais visível de pesquisa. (FARIAS; VIANNA, 2011, p.54)

Esta condição é acionada por todos os atores sociais implicados de forma direta ou indireta nesse processo acusatório e de visibilidade ou apagamento dessa execução como tal, desde os familiares - que procuram limpar o corpo da vítima desse rótulo (quando são trabalhadores ou estudante), através do policial, que aciona todo o discurso de que executou a vítima em legítima defesa, incluindo o campo midiático que pode ser condescendente e tolerante com esse genocídio, pois, estariam os policiais exercendo o seu desígnio de manter a “ordem” social. De acordo com Farias e Viana (2011):

Do ponto de vista de mães e demais familiares, esse trânsito implica processos claros de domínio crescente de códigos de conduta e de elaboração de estratégias para fazer-se ouvir. Se, com o caso de Celeste, mencionamos rapidamente algumas dessas estratégias usadas em uma cena com demarcações específicas, em outros momentos aprendemos sobre a relevância de acionar recursos distintos, como a demonstração do controle sobre os trânsitos burocráticos necessários para que um processo “ande” ou para que uma morte específica possa ser reconhecida como parte de um problema social e político mais amplo. Tais processos de aprendizado e uso de recursos dramáticos dependem em muito de características pessoais, mas, como vamos socializadas nessas diferentes instâncias e ocasiões, eles obedecem a scripts relativamente regulares, passados de modo mais ou menos explícito de participantes mais antigos para mais recentes (FARIAS; VIANNA, 2011, p.55).

Se a possibilidade de êxito nos trâmites das ações de luta por justiça visando reparação nas execuções orquestradas por agentes policiais a jovens de Favelas transitam pelas características pessoais e morais dos jovens em questão e também de seus familiares. Isso exclui as mães de “traficantes” deste cenário jurídico, uma vez que a morte de seus filhos não é vista como violação, mas sim como um ato de defesa dos agentes estatais na operação policial.

O debate das Antropólogas Adriana Viana e Juliana Farias (2011) trouxe a proposta específica de apresentar as estratégias que as mães que perderam seus filhos executados em decorrência de violência policial empregam para conquistar e ganhar espaços de reconhecimentos não somente na sociedade civil, mas também por parte do Poder Público e de seus representantes. Mapeando os códigos políticos que possibilitaria o êxito de suas militâncias na busca por justiça e reparação.

Nota-se a necessidade de perceber as gramáticas e linguagens corporais que estas utilizam-se para participar dessas lutas e reivindicar seus direitos. Esboçando a luta política dessas mães. Esses atores em disputa são as mães e o Estado. No terreno das emoções fica implícito em que situação ou contexto social permite que performances que enfatizem ou não momentos de explosão de raiva possam a ser legitimados, e momentos que não o são. De acordo com Farias e Viana (2011):

Nesse sentido, os anos de militância de Teresa realmente contribuíram para que sua intervenção na audiência fosse bem-sucedida. Ainda que os sentimentos enriqueçam as gramáticas políticas dos familiares, naquele momento era importante conseguir conter a emoção: muito choro, ou um tom de voz muito elevado, além de atrapalhar a própria execução da fala, poderiam desqualificar os argumentos fortes da denúncia. Sendo assim, é fundamental destacar o domínio de Teresa sobre informações técnicas, dados quantitativos, procedimentos formais de encaminhamento de um inquérito policial e de um processo jurídico etc. – pois a articulação entre esse domínio e a capacidade de “dosar” a explicitação da emoção torna evidente sua competência para ocupar o lugar de representante dos familiares de vítimas naquela audiência pública (VIANNA; FARIAS, 2011).

Mãe naquele contexto é um lugar social, e também de afeto, que é muito pessoal. No senso comum, ser mãe reside na função de ente moral que se parte quando o filho morre, que se dedica a ele integralmente. Isto pode ser percebido durante toda a biografia dos filhos em questão, e que mesmo a posteriore, no luto, esta continua a se dedicar a eles. O discurso moral da “boa mãe” cria significado moral nesse mundo de representações. Saber controlar as emoções ali é algo estratégico.

Para o senso comum, a ideia de compaixão ou indignação da morte do indivíduo apenado não é partilhada por grande parte do corpo social. Este é visto como um sujeito irrecuperável, sem a menor condição de regeneração. A sociedade se exime das execuções sumárias cometidas contra esses indivíduos, porque estes configuram-se como tão desviantes, que a única solução possível para estes passa a ser a morte. E a responsabilização moral de suas mães entrará aí, por parte do imaginário social.

Essa discussão nos faz atentar para o fato que nos faz pressupor que, expressar emoções não é só um estado interno, mas o efeito de obter êxito, fazendo com que esta sensibilize um conjunto de pessoas ao redor demonstra uma agência política desses atores sociais que não pode ser desconsiderada no desempenho dos papéis desses sujeitos. As expressões emocionais têm mais a ver com todo conjunto de estratégias e manipulações emocionais para interações sociais. Os afetos entram neste cenário como parte dessa luta e com um aspecto moral.

Temos então, uma combinação de corpo e território. A narrativa de sofrimento enfrentado por mães que perderam seus filhos decorrente de violência policial, somado o fato destas serem vistas como mães de “traficantes”, faz com que o corpo destas mulheres tenha por si só a leitura do território. E esse local de fala e contexto implicam na criminalização dessa dor. Tem-se um dispositivo de linguagens que produzirá uma narrativa que direcione esse corpo a sentença e a punição. Na gramática emocional narrada pelas mães, podemos observar a presença de recortes de gênero, raça e território nos discursos das mães de “traficantes”.

Pensando toda essa corporalidade que é estigmatizada e, conseqüentemente criminalizada, podemos pensar nas dimensões de territorialidade contidas nessas representações, com suas respectivas demarcações. Podemos observar dentro da gramática estatal, mas também para a sociedade civil quais corpos importam nessa interação, e quais as possibilidades de determinadas mortes serem construídas como uma morte social.

No caso do embate moral e político erigido pelo Estado contra essas mães, podemos observar o sentido de invisibilidade que as elites engendram sobre esses corpos. Esses sujeitos sociais - mães, familiares, traficantes, e em muitos casos, moradores destes territórios - acabam tornando-se “fantasmas políticos” desses atos de violações promovidos por essas instituições, isso inclui o Estado e seus subsidiários, como: polícia, delegacias, hospitais e Institutos Médico Legais, audiências, etc. Auxiliados por todo esse conjunto de dispositivos, torna-se hegemônica a possibilidade de construção da inexistência desses corpos. A produção de certas invisibilidades políticas depende disso, dessa gerência de invisibilidades.

Podemos observar que a necessidade do discurso belicista que legitima práticas arbitrárias como operações policiais em Favelas com altos índices de execuções sumárias em torno dessa população remete ao monopólio que o Estado adquire através de seus agentes de operar com o Direito de morte nesses espaços, objetivando resguardar à vida (FOUCAULT, 1974). O que remete a uma economia seletiva do medo, com pessoas colocadas sob constantes “vigilâncias” em nome da produção seletiva da vida. Nestes casos, a morte configura-se como salva guarda de uma biopolítica.

Qual o lugar do suplico no contexto do mundo contemporâneo disciplinar? Para certas categorias sociais não existe a menor capacidade de visibilidade dessa dor e dessa imolação por parte dos que estão isentos desse massacre social. Impera a apatia e o não desespero com situações limites, quando estas são direcionadas aos “indesejáveis”. A produção do medo caminha similarmente com essas práticas.

Dentro das práticas disciplinares os diversos coletivos de movimentos sociais tentam equacionar isso: a visibilidade desses corpos na sociedade. Visibilidade cultural, política e social desses atores sociais, trazendo nos seus corpos as marcas dessas denúncias. Isto permite a problematização da distribuição desigual desses suplícios, como por exemplo, dentro do próprio coletivo de mães vítimas de violência policial, a ausência, muitas vezes de militância de mães de “traficantes”, que perderam os seus filhos em circunstâncias similares. Mostrando como estes, por mais que distribuídos de formas diferentes, ainda estão acomodados na disciplina.

Essa reprodução no imaginário social de sujeitos encarnados como ameaça à ordem social, e um constante perigo para a preservação da mesma, vai reconfigurando-se nessa nova ordem econômica liberal. Tais mudanças carregam economias de medo, que são de longo alcance simbólico. Isso legitima a produção de vidas excedentes, sem valor político e social. Constrói-se esse discurso através de óticas racializantes, tendo em vista o nosso imaginário colonial, o inimigo é sempre o jovem negro e pobre. Porém, a questão é que estes corpos não se configuram só como inimigos, são vidas sem valor, portanto, matáveis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poder-se-ia dizer de acordo com o presente estudo, que o infortúnio ao qual foram submetidas essas mulheres é reflexo de séculos de negligência e extermínio físico e social ao qual estão submetidos os negros no cenário político e social brasileiro. Há insignificância social de suas vidas é o legado que mais de 300 anos de tradição escravocrata nos deixou.

A Favela é vista como um território das "margens", tal configuração além de estigmatizarem os seus habitantes faz com que a violência ao qual estão submetidos diariamente seja silenciada por boa parte dos segmentos sociais da população. Logo, a dor por qual essas mães passaram ao perderem os seus filhos passa a ser impenetrável para o restante da sociedade.

A Favela e seus habitantes passam a ser encarados como um corpo social a parte. Seus habitantes, vistos como um potencial perigo a ordem moral e social. Podemos concluir que tal afirmativa pôde ser ressaltada, ao longo das entrevistas as quatro interlocutores, a narrativa de dor e pedagogia da barbárie ao qual foram submetidos seus filhos e demais familiares mostra a condescendência do estado ao lidar com essas populações, as Políticas Públicas na área de Segurança Pública sempre operando com a metáfora de "ordem" e guerra ao se dirigirem a Favela.

Nos dois primeiros casos de homicídio da pesquisa com as Mães, seus filhos foram executados no ano de 2003 e 2008, no Período Pré- Upps, cujo projeto de Polícia Cidadã girava em torno de uma política de inserção social das Favelas visando a Civilização moral desses espaços, podemos assim assim perceber pelos relatos das mães que a forma ao qual seus filhos foram mortos, é fruto da velha política de combate ao inimigo tão dissimulada nas operações policiais nas Favelas.

Podemos concluir que existe uma mobilização dessas mães, não de forma coletiva por conta de inúmeras questões estruturais como desconhecimento a respeito da existência de entidades da sociedade civil a respeito de grupos sobre Mães de "traficantes" mortos em operação policial; descontentamento e descrédito a nível de reparação por parte da justiça (isso pode ser observado no relato de todas as entrevistadas), a descrença nas instituições sociais possíveis e disponíveis na busca por reparação e justiça foi um dos principais fatores que levaram a não mobilização dessas mulheres.

Entretanto, o fato de não entrarem com ação contra o Estado reivindicando justiça, ou não ingressando em movimentos sociais de familiares vítimas de violência policial, não significa uma tendência apolítica ou desinteressada de justiça. Essas mulheres usam diversos mecanismos de representação para manifestarem sua indignação diante da violência e das

servícias ao qual suas famílias foram submetidas : umas encontraram na religião o mecanismo de manifestarem essa dor, essa luta; outras, no próprio corpo, na modificação de suas condutas. O que fica visível e pode ser ressaltado é a maneira excludente ao qual não só o Estado, mas grande parcela da sociedade segue com a reprodução da e exclusão física e biológica de alguns sujeitos.

Torna-se inexistente uma definição sociológica de silêncio ou empatia por parte dessas mulheres. A recusa de reparação institucional por parte dessas ao Estado, não isenta a existência de mobilização dessas mulheres, elas, de certa forma, estão acionando a sociedade civil. O silêncio advém das várias instâncias que as cercaram enquanto mulheres: gênero, classes, etnia, vivem na favela sobre o império do silêncio, além do estigma que carregam por conta da trajetória de seus filhos, ou seja, todo um silenciamento que também vem da sociedade. Dessas mulheres é retirado o direito ao luto, ou seja, sua dor não é moralmente compartilhado por toda a sociedade.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBER, Giorgio. **Homo Sacer**. Le Pouvoir souverain et La vie nue. Paris: Seuil, 1997.
- AMORIM, Carlos. **Comando Vermelho**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1993.
- ARAÚJO, Fábio. **Das Consequências da “arte” macabra de fazer desaparecer corpos: violência, sofrimento e política entre familiares de vítima de desaparecimento forçado**. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia). IFC, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2012.
- ARAUJO, Erick. **A vida em cena de uso de crack**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.
- ARAUJO, Fábio. **Narrativa do terror e do sofrimento: relato materno sobre o desaparecimento forçado do filho**. SOC E CULT, GOIÂNIA, V.14, N.2. P. 333-344. 2011.
- ASAD, Talal. A construção da religião como uma categoria antropológica, In: *Cadernos de campo*. São Paulo, n. 19, 2010, p.263-284.
- AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. São Paulo: Martins, 1999.
- BARCELOS, Caco. **Abusado: O dono do morro Dona Marta**. 2017.
- BARROS, Rachel. **Urbanização e “pacificação” em Manguinhos: Um olhar etnográfico sobre sociabilidade e ações de governo**. Tese de doutorado defendida no Programa de PósGraduação em Sociologia, IESPI, 2016.
- BARTH, Fredrick (1988) [ 1969]- **grupos étnicos e suas fronteiras** In Poutignat & Streiff-Fenart. Teorias da Etnicidade, São Paulo: Editora UNESP, pp. 187-227;
- BAUMANN BURGOS, Marcelo. **Cidade, Territórios e Cidadania**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol.48, 2005, PP. 189 a 222.
- BECKER, Howard (1970) – Whose side are we on ? In: **Becker, Howard, Sociological Work, Method and Substance**. Allen Line, the Penguin Press.
- BENEDICT, R. **Padrões de Cultura\*** Edições Livros do Brasil, Lisboa, s/d;
- BOAS, F. As interpretações da Cultura. In: **A mente do ser humano primitivo**. Petrópolis, Vozes, 2010;
- BOAS, Franz. (1896) **The limitations of comparative method in anthropology\*** [ trad. Boas, F. Antropologia Cultural, Rio de Janeiro: Zahar, 2004, pp.25-40];
- BIRMAN, Patrícia. **Favela é uma comunidade. Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2008.
- BIRMAN, Patricia. **Ocupações: territórios em disputa, gêneros e a construção de espaços comuns**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das Ruas**; povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1997.

BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na Cidade**: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro (1907 1930). Rio de Janeiro, Rocco Ed., 1997.

BORGES, Dorian; MIRANDA, Dayse; MACHADO, Pedro; GUIMARÃES, Tatiana; CRUZ, Fernanda, NUNES, Pablo; MOTTA, Tammy; FIGUEIREDO, Juliana. Relatório “**Fronteiras, territórios e as disputas pelo poder**: Diagnóstico dos Homicídios no Rio de Janeiro e no Espírito Santo”, 2016 (no prelo).

BUTLER, Judith. **Vida Precaria: El poder del duelo y de la violência**. Buenos Aires: Paidós, 2006.

BURGOS BAUMANN, Marcelo. **Cidade, Território e Cidade**. Revista de Ciências Sociais, RJ, vol.48, nº1, 2005, Pp.184 a 222.

CANO, Ignácio; BORGES, Dorian; RIBEIRO, Eduardo. **Os donos do morro**: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. 2012.

CANO, Ignacio; DUARTE, Thais. **No sapatinho**: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011). LAV, Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ), 2012.

CAVALCANTI, Mariana. **Urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da ‘Pacificação’**. IN: Revista Dilemas. Volume, 6. 2013.

CLIFFORD, James. 1998. **A Experiência Etnográfica**. Rio de Janeiro: UFRJ.

COELHO, Edmundo Campos. **A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade**. Revista de Administração Pública, 1978.

DA MATA, Roberto (1978) – O ofício de etnólogo, ou como ter « anthropological blues ». In NUNES, Edson de Oliveira ( org.) – **A Aventura sociológica**; objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio : Zahar.

DAS, Veena. **Affliction**: health, disease, poverty. New York: Fordham University Press, 2015.

DAS, Veena. **O ato de testemunhar**: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.37, julho-dezembro de 2011, p.9-41.

DAS, Veena. **Life and Words. Violence and the descent into the ordinary**. Berkeley: University of California Press, 2007.

DAS, Veena. “**Sufrimientos, teodiceas, practicas disciplinarias y apropiaciones**”. In Veena Das: *Sujetos del Dolor, Agentes de Dignidad* / ed. Francisco A. Ortega. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas: Pontificia Universidad Javeriana. Instituto Pensar, 2008.

DAS, Veena. “Tecnologias del yo. La pobreza y la salud en un entorno urbano”. In: **Veena Das: Sujetos del Dolor, Agentes de Dignidad** / ed. Francisco A. Ortega. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas: Pontificia Universidad Javeriana. Instituto Pensar, 2008.

DAVIS, Angela. **Estarão as Prisões Obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel, 20018 [2003].

DIRK, R.; MOURA, L. **As motivações nos casos de letalidade violenta da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Cadernos de Segurança Pública, v. 9, n. 08, 2017.

DOUGLAS, M. Pureza e Perigo; **Dispositivos urbanos e a trama dos viventes: ordens e resistências**. Org: Patricia Birman...[et AL.].- Rio de Janeiro: Editora FGV,2015.

FARIAS, Juliana. **Quando a exceção vira regra: os favelados como população “matável” e sua luta por sobrevivência**. Teoria & Sociedade, nº 15.2, Julho- Dezembro de 2007. Pp.138-171.

FARIAS, Juliana. “**Da capa de revista ao laudo cadavérico: pesquisando casos de violência policial em favelas cariocas**”. In: Patricia Birman; Marcia Leite; Carly Machado; Sandra Sá Carneiro. (Org.). Dispositivos Urbanos e Trama dos Viventes: ordens e resistências. 1ed.Rio de Janeiro: EdFGV, 2015.

FARIAS, Juliana. **Governo das Mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro**. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – IFCS / UFRJ, 2014.

FERNANDES, Camila. **Figuras da causação: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado**. (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2017.

FERNANDES, Florestan. **A integração do Negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008.

FERREIRA, Leticia de Carvalho M. **Dos Autos da Cova Rasa: A identificação de corpos nãoidentificados no Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro 1942-1960**. Rio de Janeiro: Laced/Epapers, 2009.

FOUCAULT, Michel. Aula do dia 17 de Março. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1994 [c1975].

FRANZ, Fanon. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

GERSON, Brasil. **História das Ruas do Rio**. Editora Bem-te-vi. 2013;

GEERTZ, Clifford. 1998. **O Saber Local**. Petrópolis: Vozes.

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da Cultura**. 1989.

KANT DE LIMA, Roberto. **Direitos Civis, Estado de Direito e “Cultura Policial”**: A formação policial em questão. Revista Brasileira de ciências criminais, São Paulo, SP, V.11.N.1, P. 241-256, 2003.

LARA, Sílvia Hunold. **Campos da Violência**: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro (1750-1808). São Paulo, Paz e Terra, 1988.

LEITE, Márcia P. **Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”**: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 6, p. 374-389, 2012.

LEITE, Márcia Pereira. **Entre a ‘guerra’ e a ‘paz’**: Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 7, n. 4, p. 625-642, 2014.

LEITE, Márcia Pereira. **Entre o individualismo e a solidariedade**: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. Red Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2000.

LEITE, Márcia; MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. **Violência, crime e polícia**: o que os favelados dizem quando falam desses temas? Sociedade e Estado, Brasília, v.22.n.3, Set- Dez. 2007. Pp 545- 591.

LYRA, Diogo. **A república dos meninos**: juventude, tráfico e virtude/ Diogo Lyra.- Rio de Janeiro: Mauad x: FAPERJ, 20013.

LYRA; Diogo. **A Republica dos Meninos**: Juventude, tráfico e Virtude. 2013.

MACHADO DA SILVA, Luis Antonio. **Criminalidade violenta**: por uma nova perspectiva de análise. Revista de Sociologia e Política, 1999.

MACHADO DA SILVA, L.A; LEITE, M.P.; FRIDMAN, L. **Matar, morrer, civilizar**: o problema da segurança pública. IN: Mapas: monitoramento ativo da participação da sociedade. Rio de Janeiro: IBASE, action AID, FORD FOUNDATION, 2005. 1 CD ROM.

MACHADO DA SILVA, Luis Antonio. **Violência urbana, sociabilidade violenta e ordem agenda pública** EM: Machado da Silva, Luis Antônio (org) Vida sob Cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2008.

MACHADO, Carly. **Morte, perdão e esperança de vida eterna**: “ex- bandidos”, policiais, pentecostalismo e criminalidade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

MAGALONI, Beatriz; CANO, Ignacio. **Determinantes do Uso da Força Policial no Rio de Janeiro**. Editora UFRJ, 2016.

MALLART, Fábio e GODÓI, Rafael. **“Vidas Matáveis”**. In MALLART, Fábio; GODOI, Rafael. (Org.). BR 111: a rota das prisões brasileiras. São Paulo: Editora Veneta/Le Monde Diplomatique Brasil, 2017.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. N1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. N1 edições, 2018.

MEDEIROS, Flavia. **Matar o morto**: uma etnografia do Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro. Niterói: EdUFF, 2016.

MEDEIROS, Flavia. **Visão e o cheiro dos mortos**: uma experiência etnográfica no Instituto Médico-Legal. Cadernos de Campo (USP. 1991), 2015.

MENDONÇA, Tassia. **Batan: Tráfico, Milícia e “Pacificação” na Zona Oeste do Rio de Janeiro**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2014.

MICHEL, Agier. **Do refúgio nasce o gueto**: antropologia urbana e política dos espaços precários. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

MISSE, Michel (Org.). **Acusados e acusadores**: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

MISSE, Michel. **Crime, sujeito e sujeição criminal**: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". Lua Nova, n. 79, 2010.

MISSE, Michel. **Crime urbano, sociabilidade violenta e ordem legítima**: Comentários sobre as hipóteses de Machado da Silva. Rio de Janeiro, v. 25, 1997.

MISSE, Michel. **Malandros Marginais e Vagabundo: A acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. (Tese de doutorado em sociologia), IUPERJ, Rio de Janeiro, 1999.

MISSE, Michel. **Sobre a acumulação Social da Violência no Rio de Janeiro**. Revista Civitas, Porto Alegre, v.8, 2008.

MISSE, Michel. **Sujeição Criminal: quando o crime constitui o ser do Sujeito**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

MUSUMECI, Leonarda. **UPP: Última chamada. Visões e expectativas dos moradores de favelas ocupadas pela Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CESeC, 2017.

PISCITELLI, Adriana. **Gênero: a história de um conceito Re-criando a (categoria) Mulher?** Rio de Janeiro: CESeC, 2017.

PITA, María Victoria. **Formas de vivir y formas de morir**: el activismo contra la violencia policial. Buenos Aires: Del Puerto/CELS, 2010.

OLIVEIRA, Luciano. **Do nunca mais ao eterno retorno**: uma reflexão sobre a tortura/ Luciano Oliveira- São Paulo: Brasiliense, 2009.-- ( Tudo é História; 149).

POLLANK, Michel. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.2 n.3, 1984. Pp. 3-15.

RAFAEL, Antônio. **As armas do crime Reflexões sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro**. Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 1, n. 2, 2001.

RAFAEL, Antônio. **O baile e a prisão: onde se juntam as pontas dos segmentos locais que respondem pela dinâmica do tráfico de drogas no Rio de Janeiro**. Cadernos de Ciências Humanas, 2006.

RAMOS, Silvia. **Violência e polícia: Três décadas de políticas de segurança no Rio de Janeiro**. Boletim Segurança e Cidadania, n. 21, março de 2016.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. **Cor e Criminalidade: Estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)**. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1995.

RIBEIRO, Ludmila. **O nascimento da polícia moderna: uma análise dos programas de policiamento comunitário implementados na cidade do Rio de Janeiro (1983-2012)**. Análise Social, 2014.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana**. Topoi (Rio de Janeiro), v. 5. 2004.

RICARDO DE RAMALHO, José. **Crime como escola; cadeias, facções e leis criminosas. E a formação do bandido como “sujeito homem”**.- Esta publicação faz parte da Biblioteca virtual de Ciências Humanas edels teind de pesquisas sociais. Copyright`2008, José Ricardo Ramalho.

ROCHA, Viviane e FILHO SOUSA E SILVA, Dario. **Quem pacifica o “pacificador” e quem tem medo do “caveirão”? As representações da violência segundo jovens de favelas no Rio de Janeiro**./ livro: Cidade: olhares e Territórios./ Sandra de Sá Carneiro, Maria Josefina Gabriel Sant`Anna (organizadoras)- Rio de Janeiro: Garamond, 2009. Pp. 456-472.

SAHLINS, Marshall. **Como pensam os “nativos”**, São Paulo, Edusp, 2001.

SILVA FILHO, D.S.E.; ROCHA, V.C.P.C.C.. **Quem pacifica o “pacificador” e quem tem medo do “caveirão” ? As representações da violência segundo jovens da Favela no Riode Janeiro**. Sandra de Sá Carneiro, (org.). Cidades, olhares e trajetórias. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SILVA, Thiago Lemões da. **De vidas infames à máquina de guerra: etnografia de uma luta por direitos**. (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2017.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A Capoeira Escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (18081850)**. Campinas, Ed. UNICAMP, 2004.

TEIXEIRA, César. **“Saindo do crime”: igrejas pentecostais, ONGS e os significados da “ressocialização”**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

TYLOR, E.B. **The origins of culture\*** [1971](Caps I e II, PP.1-69) ( há tradução em espanhol);

VALLADARES, Licia. **A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais.** Red Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2000.

VELHO, Gilberto (1978) – « Observando o familiar ». In: NUNES, Edson de Oliveira ( org.) – **A Aventura sociológica ; objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social.** Rio : Zahar.

VELHO, Gilberto (2011) – **Antropologia Urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento.** Mana.Rio de Janeiro, Garamond, 2015.

VITAL DA CUNHA, Christina. **Oração de Traficante: uma etnografia.** Rio de Janeiro, Garamond, 2015.

VIANNA, Adriana; FACUNDO, Angela. “**Tempos e deslocamentos na busca por justiça entre ‘moradores de favelas’ e ‘refugiados’**”. Cienc. Cult. vol.67, n.2, 2015.

VIANNA, Adriana e FARIAS, Juliana. **A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional.** cadernos pagu v. 37, 2011.

**VIOLÊNCIA POLICIAL.** Especial Caros Amigos, ANO XVII. 66. Dezembro de 2013.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas.** FGV Editora, 2004.